



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão

PPPI

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

São Luís
2020

UNIDADE ESCOLAR

CNPJ: 02973240/0001-06

RAZÃO SOCIAL: Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão

NOME DE FANTASIA: ESP/MA

ESFERA ADMINISTRATIVA ESTADUAL

ENDEREÇO: Rua 28 de Julho, nº 312 (antiga Rua do Giz) e Rua da Estrela, 415 –
Praia Grande – Centro.

CIDADE/ UF: São Luís/MA

CEP: 65.010-680 e 65010-200

TELEFONE / FAX (98) 3232-3233

E-MAIL DE CONTATO: escoladesaudepublica.ma@gmail.com

espma@saude.gov.br

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

Carlos Eduardo de Oliveira Lula

DIRETORIA CIENTÍFICA

Ananda Beatriz Rodrigues Marques

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Ana Lúcia Nunes

SECRETARIA ACADÊMICA E ESCOLAR

Fernando Cesar Santos Vieira

COORDENAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO

Cynthia Griselda Castro Viegas

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE

Leandro Marques da Silva

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Stephanie Matos Silva

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE

Emmanuele de Jesus Balata Sousa Alves

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Wellington Queiroz de Freitas

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Alexsandra Gomes Barros

APOIO INSTITUCIONAL

Anne Catarine de Moraes Soares
Carla Priscilla Belchior Marques Sampaio
Ceanny Cristina Pinho Costa
Daniele Ramaianne Rocha da Silva
Flávio Martins Mendes
Isabela de Siqueira Barbosa
Isabelle Aguiar Prado
Isana Barros de Oliveira
Jacyane Ramos de Sousa
Jailma Carvalho Brito
Jéssica Valéria Portela de Sousa
José Paulino Sousa Santos
Leidinalva Carvalho
Luiza Samara Abreu Cardoso Carvalho
Magisa Garcês Barros Sousa
Maria da Graça Ferreira
Maria de Lourdes Carvalho
Mariana Pereira de Almeida Santos
Mariano de Ribamar Lindoso Frazão
Mayara Franciele Pantaleão
Milena Soares Santos
Ruy Ribeiro Moraes Cruz
Ruzemilton Charles Ferreira Reis

Sebastiana Belfort Ferreira
Sílvio Sérgio Ferreira Pinheiro
Tatiane Martins Tavares
Teófila Margarida Monteiro da Silva
Thais Silva dos Reis
Vanalda Costa Silva
Waldianne Pereira Lemos Aguiar

APOIO ADMINISTRATIVO

Carlene Carvalho Salazar
Flávia Helena Oliveira dos Santos
Genézio Moraes Protázio
Josinilson Furtado Penha
Luana Junqueira Ayres Gomes
Lucilene Gomes Carvalho
Maria José Lopes Almeida
Marines de Jesus Graces
Michelle Teixeira Araújo
Railson Carlos Ferreira Pinheiro
Rayllene Dhessica da Silva Sousa

“O ponto de partida para o trabalho no círculo de cultura está em assumir a liberdade e a crítica com um modo de ser do homem. O aprendizado só pode efetivar-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre educandos e entre estes e o coordenador [...]. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social [...]”.

Paulo Freire, Educação como prática da liberdade

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE/MA	Conselho Estadual de Educação do Maranhão
CES	Conselho Estadual de Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAI	Comissão de Avaliação Institucional
COAPES	Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino-Saúde
CONSEP	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP	Conselho Superior
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão
ESF	Estratégia da Saúde da Família
ESP/MA	Escola de Saúde Pública do Maranhão
ESPs	Escolas de Saúde Pública
ETSUS	Escola Técnica do SUS
FESMA	Força Estadual de Saúde
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSAP	Condições Sensíveis à Atenção Primária
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MS	Ministério da Saúde
NDAE	Núcleo Docente Assistencial Estruturante
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não-Governamentais
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Projeto Intervenção Institucional
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
REDESCOLA	Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública
RMM	Razão de Mortalidade Materna

SEMUS	Secretarias Municipais de Saúde
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SES/MA	Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	10
2	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO (ESP/MA)	11
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO	11
2.2	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: Etsus e ESP/MA	15
2.3	ESTRUTURA DA ESP/MA	18
2.3.1	Acessibilidade/inclusão de alunos/as deficientes	21
2.3.1.1	<i>Site institucional</i>	22
2.3.2	Laboratórios de prática, informática e metodologia ativa	25
2.3.3	Sala de Professor/a	27
2.3.4	Sala de atendimento discente	27
2.3.5	Sala de reunião	28
2.3.6	Reprografia	28
2.3.7	Cantina como espaço de integração e socialização	28
2.3.8	Biblioteca	29
2.4	BASES NORMATIVAS	30
3.0	VISÃO, MISSÃO E VALORES DA ESCOLA	35
4.0	OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: GERAL E ESPECÍFICOS	36
5.0	INSERÇÃO REGIONAL	37
6.0	RESPONSABILIDADE SOCIAL	40
7.0	ENSINO PRESENCIAL, HÍBRIDO E A DISTÂNCIA	42
8.0	PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	43
8.1	CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	44
8.2	PROPOSTA PEDAGÓGICA	47
8.3	MARCOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO EM E NA SAÚDE	49
8.3.1	Pedagogia do Cuidar	50
9.0	METODOLOGIA ATIVA	52
9.1	TAXONOMIA DE BLOOM	56
10.0	CONCEPÇÃO CURRICULAR	62
10.1	CONCEITO	64
10.2	RELEVÂNCIA SOCIAL	65
10.3	INCLUSÃO DA DIVERSIDADE	66
10.4	ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	67
10.4.1	Revista da ESP/MA	70

11	ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM	74
11.1	ATIVIDADE EM CONCENTRAÇÃO	74
11.2	ATIVIDADE EM DISPERSÃO	74
12	NATUREZA AVALIATIVA	74
12.1	CRITÉRIOS AVALIATIVOS	76
12.2	INSTRUMENTOS AVALIATIVOS	79
12.2.1	Provas, questionários, fórum, jogos e similares	79
12.2.2	Seminários, mesas redondas e similares	80
12.2.3	Fichamentos, sínteses, resumos e similares	81
12.2.4	Casos clínicos	81
12.2.5	Estudos de caso	83
12.2.6	Artigos científicos	84
12.2.7	TCC	84
12.3	SISTEMATIZAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR	87
13	RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	90
14	CERTIFICAÇÃO	91
15	DOS CURSOS E RESPONSABILIDADES DA ESP/MA	92
15.1	CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO nº 031/2018 DO CEE/MA	92
15.2	CURSOS TÉCNICOS, PÓS-TÉCNICOS, APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	92
15.3	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	95
15.4	ESTÁGIO E PRÁTICA CURRICULAR	96
15.5	PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE	96
16	INOVA SAÚDE	98
17	PROGRAMA ESTADUAL DE BOLSAS DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	99
18	PARCERIAS REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA FORTALECIMENTO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO	100
19	COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO EGRESSO: GERAIS E ESPECÍFICAS	101
20	PLANEJAMENTO DOCENTE	103
21	PLANO GESTOR BIANUAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	107
22	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL, A PARTIR DA LEI ESTADUAL Nº 11.114 DE 02/10/2020	108
22.1	FLUXOGRAMA DA ESP/MA	109
22.1.1	Núcleos Colegiados e de Avaliação Institucional	109

22.1.1.1	<i>Conselho Escolar</i>	109
22.1.1.2	<i>CONSUP: Conselho Superior</i>	110
22.1.1.3	<i>CONSEP: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	111
22.1.1.4	<i>NDAE: Núcleo Docente Assistencial Estruturante</i>	112
22.1.1.5	<i>COREMU: Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão</i>	113
22.1.1.6	<i>COREME: Comissão de Residência Médica</i>	113
22.1.1.7	<i>CAI: Comissão de Avaliação Institucional</i>	113
22.1.1.8	<i>Núcleo Pedagógico</i>	114
22.1.1.9	<i>Núcleo de Pesquisa</i>	116
22.1.2	Diretoria Científica	117
22.1.3	Diretoria Administrativa	119
22.1.4	Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	122
22.1.5	Coordenação de Pós-Graduação	122
22.1.6	Coordenação de Tecnologias Educacionais	123
22.1.7	Coordenação de Formação e Trabalho na Saúde	123
22.1.8	Coordenação de Educação em Saúde	124
22.1.9	Coordenação Pedagógica	125
22.1.10	Apoio institucional/ Assessoria Técnica	126
22.1.11	Apoio Administrativo	128
22.1.12	Secretaria Acadêmica	129
23	CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE	129
23.1	CONTRATAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOCENTE	130
24	AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	130
25	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	133

1 APRESENTAÇÃO

As Escolas de Saúde Pública (ESPs) no Brasil têm assumido o compromisso com a formação, a educação permanente, a pesquisa e a produção de conhecimentos em saúde em consonância com os preceitos constitucionais e éticos do Sistema Único de Saúde (SUS). É com esse mesmo propósito que a Escola de Saúde Pública do Maranhão (ESP/MA) está inserida.

Desde sua publicação, a Constituição Federal de 1988, designa como uma das competências do SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” e “incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico” [BRASIL, [2016], não paginado). A Lei Orgânica da Saúde, nos Arts. 12 e 13, aponta a criação de comissões intersetoriais com a finalidade de articular programas e políticas de interesses para a saúde, entre elas os recursos humanos e a ciência e tecnologia. E, nos termos do Art. 14 afirma que “deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre serviços de saúde e instituições de ensino profissional e superior”, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação de trabalhadores do SUS (BRASIL, 1990, não paginado).

A estruturação de um SUS com qualidade e resolutividade, que atenda às necessidades dos indivíduos e populações, demanda a busca pela qualificação da gestão, da atenção, do controle social e da educação, permanente em saúde.

A educação no contexto da saúde coletiva compreende ações que partem dos princípios e diretrizes do SUS, e que se materializam na formação e pesquisa no âmbito da saúde.

Desta maneira, é preciso planejar, desenvolver, e executar ações de educação em saúde que levem em conta as necessidades locais e regionais, partindo da integração necessária para a construção de uma política de saúde efetiva. Tal integração deve ser produzida a partir de um trabalho em conjunto com os demais departamentos da Secretaria Estadual de Saúde e na intersectorialidade com outros níveis e Secretarias de Governo.

Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ESP/MA é fruto da contribuição dos profissionais que ora constituem a escola e também de outros

que por aqui passaram e deixaram seu legado. Sua socialização e implementação é de responsabilidade de todos os atores envolvidos com a instituição.

Nas próximas páginas, serão descritos a identificação político-institucional, o histórico da formação na ESP/MA, as principais atividades em desenvolvimento, as políticas articuladoras do processo ensino-aprendizagem, os princípios filosóficos e teórico metodológicos. Será ainda apresentada, a organização acadêmica e administrativa, a caracterização da infraestrutura e do corpo docente, e técnico-administrativo e apoio institucional.

Assim, elaborar um PPP é um passo importante para que as ações e programas propostos pela ESP/MA contribuam efetivamente para o fortalecimento do SUS/MA de modo democrático, participativo, responsável e transparente.

2 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO (ESP/MA)

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Brasil tem, atualmente tem uma população de mais de 200 milhões de habitantes. Em números absolutos, são 210 milhões de pessoas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a população cresceu 0,79% em relação a 2018.

A região Nordeste, está com aproximadamente 56,1 milhões de habitantes, está em segundo lugar entre as regiões mais populosas do país, em termo populacional e de riqueza é o Sudeste que é a maior a região do Brasil. O Maranhão integra os 9 estados do nordeste, pertence à região Nordeste, mas ainda é área de transição para a Amazônia (PINHEIRO, 2018).

Aspectos demográficos

Em 2015, o Maranhão possuía 6,9 milhões de habitantes e, em 2018, a população passou para 7,0 milhões. Além de ser o estado mais rural do Brasil, com 39,5% da sua população vivendo no campo, observa-se também o predomínio da população negra (80,5%), que compreende pretos e pardos (MARANHÃO, 2019a).

A pirâmide etária do Estado apresenta modificações gradativas, acompanhando a tendência global e nacional de envelhecimento da população.

Entretanto, convém enfatizar que a taxa de natalidade ainda é a maior do país, sendo 16,14 nascidos vivos para cada mil habitantes.

O Estado ocupa uma área de 331.935,5 km², sua capital é São Luís, está dividido em 217 municípios e possui como principais cidades Imperatriz, Timon, Caxias, Codó, Santa Inês, Bacabal, Balsas, São José de Ribamar, Barra do Corda, Itapecuru, Barreirinhas e Santo Amaro. O Maranhão, atualmente com uma população de 7.035.055 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018) milhões de habitantes, apresenta densidade de 19,81 hab./km², além de possuir a segunda maior costa litorânea brasileira, com extensão de 640 quilômetros, desde o Delta do rio Parnaíba até a foz do rio Gurupi (Bandeira Tribuzi chegou a desenvolver uma tese sobre a economia dos grandes rios. O que sustentou economicamente o Maranhão por um período).

Em relação ao PIB, em 2018, o Estado do Maranhão apresentou o valor de R\$ 67,593 bilhões ocupando a 17^a posição no ranking nacional. O Maranhão é a 17^a maior economia (PIB) do Brasil. Destaca-se aqui que São Luís ocupa o 26^o no ranking nacional entre os 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto em 2013 (MARANHÃO, 2019b).

O Maranhão foi uma área ocupada tardiamente no conjunto da região Nordeste, considerado porta de entrada da Amazônia, e não era identificada como nordestina, tornando-se um espaço de transição. Teve um marco importante de integração aos quadros do sistema de exportação colonial apenas na segunda metade do século XVIII, quando conheceu um rápido boom econômico que durou até o fim de 1920. Logo, o processo de desenvolvimento do Maranhão foi de uma lentidão maior que em outros estados do Nordeste. A modernização que se teve foi uma modernização de um capitalismo tardio, assim como nos demais estados da região nordeste, de um Estado dependente ao poder central, segundo dados do IBGE de 2017, a região nordeste é dependente de transferência de recursos públicos federais (PINHEIRO, 2018).

Com foco nos temas da região Nordeste, o economista Celso Furtado voltou-se para entender as formas de manifestações dos atrasos políticos no Nordeste brasileiro, comparado com o restante do país. Em a *Seca e Poder* (FURTADO, 1998, p. 52):

[...] Não sei dizer o que é atrasado em São Paulo. A política representa muito menos para uma região rica do que para uma região como o Nordeste, que depende bastante do governo¹. A política de um estado como o Rio de Janeiro é muito autônoma, o estado é rico [...]. São Paulo nem se fala. A ação do governo federal nessas regiões mais desenvolvidas é complementar, não é essencial. Portanto a responsabilidade maior é com respeito às regiões mais pobres. Em regiões subdesenvolvidas, como Amazônia e Nordeste, a ação do governo é fundamental, porque esses problemas são estruturais. E, tratando-se de problemas estruturais, só a ação política resolve [...].

Nota-se que é a região Nordeste o campo por excelência das pesquisas de Celso Furtado, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960. Elas estão focadas com objetivo de combater os atrasos da região, mediante ações, como por exemplo: a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Também desenvolveu pesquisas para entender os fundamentos e as consequências do atraso político no processo de manutenção de um dado padrão de organização social autoritária, personalista e clientelista que estava muito presente naquela região (PINHEIRO, 2018).

Neste parágrafo, traz-se um breve diagnóstico das desigualdades, focada em fatores, como: saúde, educação/analfabetismo, trabalho/renda, pode-se afirmar que, não deixa de interferirem em determinadas perspectivas de um dado desenvolvimento. O que se observa é que há vários “brasis dentro do Brasil, ou pelo menos dois brasis”, que se dividem nas regiões Sudeste e Sul, em contraposição ao Nordeste e Norte, ficando o Centro-Oeste literalmente no meio, geograficamente, mas com diferenças socioeconômicas abissais.

De acordo com a descrição no Plano Plurianual (PPA) do Maranhão (2020-2023) quando aponta os cenários social do estado:

Educação

Um dos principais problemas enfrentados pelo Estado do Maranhão é o analfabetismo. Em 2011, 21,6% da população com idade a partir de 15 anos não sabia ler nem escrever. Esse resultado posicionava o estado como o 2º maior

¹ O IBGE já apontou que são os estados da região Nordeste os mais dependentes de transferências dos recursos públicos federais (PINHEIRO, 2018).

percentual de analfabetos do país. A taxa de analfabetismo no Maranhão apresentou redução nas duas últimas décadas, especialmente no quadriênio 2015-2018, resultante da implantação de políticas públicas estaduais direcionadas a alfabetização da população, a exemplo do programa de alfabetização “Sim! Eu Posso!”. No ano de 2018, foi registrada a menor taxa (16,3%) do período analisado, contudo, em nível superior as médias obtidas pelo Nordeste (13,9%) e pelo Brasil (6,8%), o que justifica a necessidade em manter políticas públicas estaduais para dirimir esse problema, com foco nos adultos e idosos, faixas que concentram maior quantidade de pessoas analfabetas (MARANHÃO, 2019a).

Saúde

O Maranhão registrou uma redução da sua taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (Icsap) de 34,8% para 25,9%, no período compreendido entre 2010 a 2018. A taxa apresentou redução mais significativa entre 2014 a 2018 (MARANHÃO, 2019a).

Convém enfatizar que a interpretação para as altas taxas para esse indicador revela que há deficiência na cobertura de saúde básica, dificuldade de acesso por parte da população e fragilidade da atenção primária para solucionar determinados problemas de saúde. No ano de 2018, a cobertura do Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF) no Maranhão era de 83,1%, e, para ampliar o acesso à população mais carente, o Governo do Estado reforçou as equipes de ESF com equipes multidisciplinares de saúde, atendendo na zona rural dos municípios mais pobres. Visando reduzir a taxa de Icsap, o Governo se comprometeu em consolidar a Força Estadual de Saúde (Fesma) e em fortalecer Atenção Primária (MARANHÃO, 2019a).

Um dos grandes desafios no estado é a atenção à saúde da criança e da mulher. Durante o período de 2010 a 2017, o Maranhão permaneceu com a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) acima do nível considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 10 mortes a cada mil nascidos vivos. No ano de 2017, a TMI no Maranhão foi de 15,8‰, superior ao Nordeste (14,1‰) e ao Brasil (12,4‰) (MARANHÃO, 2019a).

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) mede o número de óbitos de mães por causas relacionadas à gravidez. O Maranhão apresentou uma redução da

RMM de 102,9 para 85,1 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, no período de 2010 a 2017, mas ainda se encontra em um patamar elevado, se comparado com o Nordeste (65,8) e o Brasil (58,0). No ano de 2017 o Maranhão obteve diminuição de -14,5 p.p. na RMM, quando comparado com 2016 (MARANHÃO, 2019a).

As condições socioeconômicas da família, como renda, escolaridade, acesso a serviços de saúde e de saneamento básico influenciam diretamente nessas taxas. Diante dessa realidade, um dos objetivos do Governo é enfrentar a mortalidade infantil e materna, com a intensificação nas políticas de acesso e acompanhamento pré-natal e puerpério.

Em relação a mortalidade da população em geral, destacam-se a mortalidade por câncer e por acidentes de transporte. O Maranhão apresenta taxas menores que o Nordeste e o país em ambas, mas destaca-se o crescimento das mortes por câncer no estado enquanto o país registrou redução. Em 2010, a taxa de mortalidade por câncer no estado era de 44,8 a cada 100 mil pessoas, aumentando para 60 mortes em 2018 (MARANHÃO, 2019a).

Saneamento Básico

No Maranhão, o percentual de domicílios que possuem abastecimento de água por rede geral passou de 65,5% em 2010 para 70,6% em 2018. Em comparação ao Nordeste e Brasil, o Maranhão teve a maior variação positiva da série, com destaque para os últimos quatro anos, que registrou crescimento (+8,2 p.p.), após diminuição do índice no quadriênio anterior (-3,1 p.p) (MARANHÃO, 2019a).

2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: Etsus e ESP/MA

A Escola Técnica do SUS no Maranhão, foi fundada em dezembro de 2003, através do Decreto nº 20.217, de 30 de dezembro de 2003 e sendo inaugurada em 05 de dezembro de 2006, quando se iniciou construção dos projetos pedagógicos, reconhecimento dos cursos e da escola junto ao Conselho Estadual de Educação, planejamento e execução das 400 horas da primeira etapa formativa do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS), nos 217 municípios do

estado. Em se tratando de continuidade na formação inserida no SUS, o Governo do Estado extingue a Escola Técnica do SUS (Etsus) e cria a ESP/MA que assume a demanda de formação para o SUS.

A ESP/MA, foi instituída em 02 de outubro de 2019, pela Lei nº 11.114 do Governo do Estado do Maranhão, está vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Os seus recursos financeiros são procedentes do Ministério da Saúde (MS) e dos Governos Estadual e Municipais e por convênios com entidades governamentais e não governamentais e outras fontes nacionais e internacionais.

A ESP/MA tem como pressuposto a crença na possibilidade de mudança do outro e o firme propósito de motivar os que dela fazem parte para um compromisso ético, diante de sua prática profissional, e desta forma, contribuir para transformação da formação do modelo assistencial curativo para atender ao novo conceito de saúde com ênfase na promoção, prevenção e reabilitação, consolidando assim os princípios de universalidade, equidade, integralidade da assistência e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

A ESP/MA já integra a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (Redescola) – que é uma rede de cooperação aberta e de associação voluntária, sem fins lucrativos, que agrega instituições públicas que se dedicam à formação em saúde pública e em saúde coletiva e tem como propósito desenvolver ações integradas voltadas para o SUS que visem ao fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão na área em questão.

Esta rede tem a missão de articular e fortalecer as escolas e os centros formadores em saúde pública/coletiva, mediante estratégias para o desenvolvimento de políticas e ações no âmbito da Educação na Saúde, visando a produção do conhecimento e a qualificação da força de trabalho no SUS.

Considerando a atuação da ESP/MA voltada para a formação e qualificação dos trabalhadores da saúde para atender às necessidades do SUS, as ações operacionais devem centrar-se nas seguintes funções (MARANHÃO, 2019c):

- a. A formulação e proposição de políticas nas suas áreas de atuação;
- b. O fortalecimento das capacidades operacional, tecnológica e gerencial da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA) e das Secretarias Municipais de Saúde (Semus);

- c. O desenvolvimento de programas de capacitação, formação profissional, aperfeiçoamento, residências médicas e multiprofissional e de Pós-graduação (*lato sensu*);
- d. A organização dos campos de práticas no âmbito dos serviços de saúde públicos e complementares;
- e. A promoção, o incremento e a difusão da inovação científica e tecnológica em saúde;
- f. A manutenção de redes e laboratórios de pesquisa;
- g. O fomento de programas de concessão de desenvolvimento tecnológico e estímulo à inovação, pesquisa científica e tecnológica e de formação;
- h. O estímulo à incorporação de práticas em saúde referenciadas nas necessidades sociais, ambientais, epidemiológicas, clínicas e de gestão do SUS;
- i. A criação de soluções em tecnologias da informação e comunicação para dar suporte no cuidado, na atenção em saúde e na gestão do SUS;
- j. A política de estímulo, desenvolvimento e gestão dos sistemas informatizados, dos bancos de dados e da informação em saúde em nível estadual;
- k. A elaboração de estudo de dimensionamento da força de trabalho no SUS, com o diagnóstico permanente das necessidades de formação, de aperfeiçoamento e de provimento de profissionais de saúde para o Estado e Municípios;
- l. A realização de acordos de cooperação e intercâmbio com outras instituições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas, com vistas à consecução das competências previstas no artigo 2º da Lei n.º 11.114/2019;
- m. O incentivo ao desenvolvimento e à modernização do complexo produtivo e do parque tecnológico da saúde;
- n. A elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde (CES);
- o. A definição de cursos, currículos e programas de ensino a serem oferecidos, com aprovação prévia do Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA), quando legalmente exigível;

- p. A operacionalização dos cursos em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e com os programas de ensino;
- q. Promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas na modernização na gestão do SUS, mediante a oferta de cursos de pós-graduação, de cursos de capacitação e treinamento, e de cursos de educação à distância inclusive para a iniciativa privada;
- r. Desenvolver projetos de extensão.

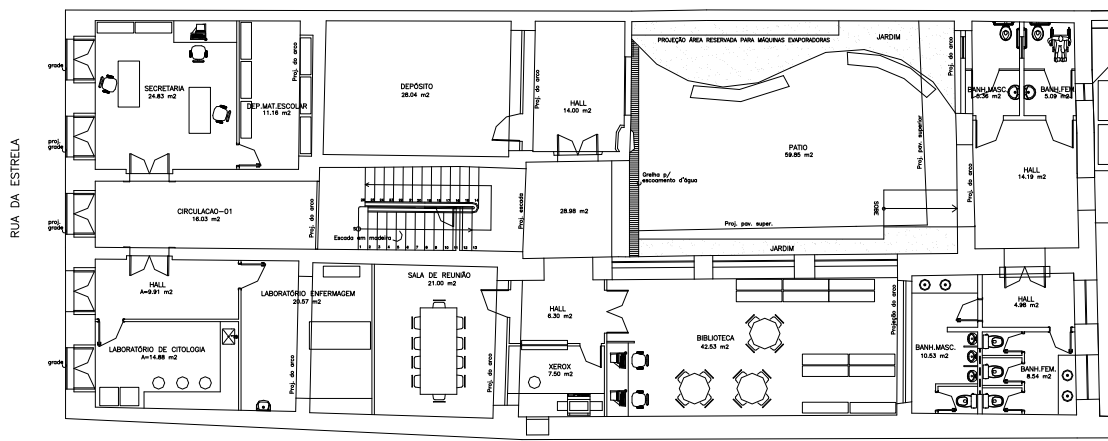
2.3 ESTRUTURA DA ESP/MA

A estrutura física da ESP/MA é composta por dois prédios próprios da Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão que foram adquiridos após pesquisas, solicitações e negociações pelo grupo de implantação da Escola Técnica do SUS do Maranhão que identificou os prédios ociosos e após articulações necessárias para que fossem transferidos, em caráter definitivo, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplan) para a Secretaria de Estado da Saúde, em 31 de agosto de 2004, conforme Termo de Transferência.

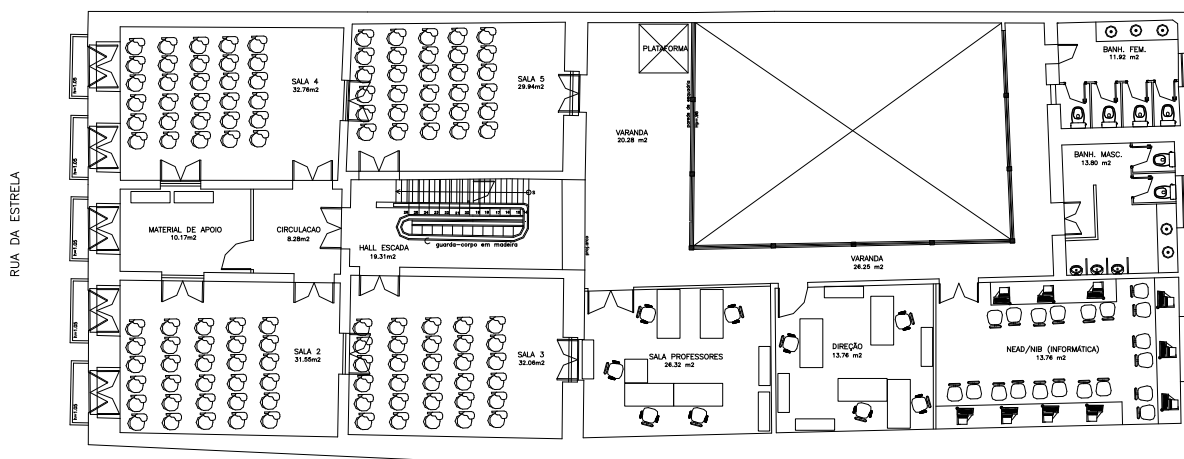
A sede da escola está situada a Rua 28 de Julho, nº 312, antiga Rua do Giz, entrada principal e Rua da Estrela, nº 415, entrada secundária, no Centro Histórico de São Luís/MA, área tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e revitalizada pelo Projeto Reviver.

O prédio principal está localizado na Rua da Estrela nº 315, possui 2 (dois) pavimentos, sendo o térreo composto de arquivo morto, salas, biblioteca, sanitários masculino e feminino, sanitários para deficientes masculino e feminino e pátio interno com jardim.

No pavimento superior, têm-se salas de aula, salas para as coordenações de área e secretaria acadêmica/escolar, bem como sanitários masculino e feminino. Conta também com um depósito de material de expediente e acesso ao almoxarifado maior localizado no sótão. Toda a ventilação interna das salas ocorre por meio de um avarandado com esquadrias em madeira.

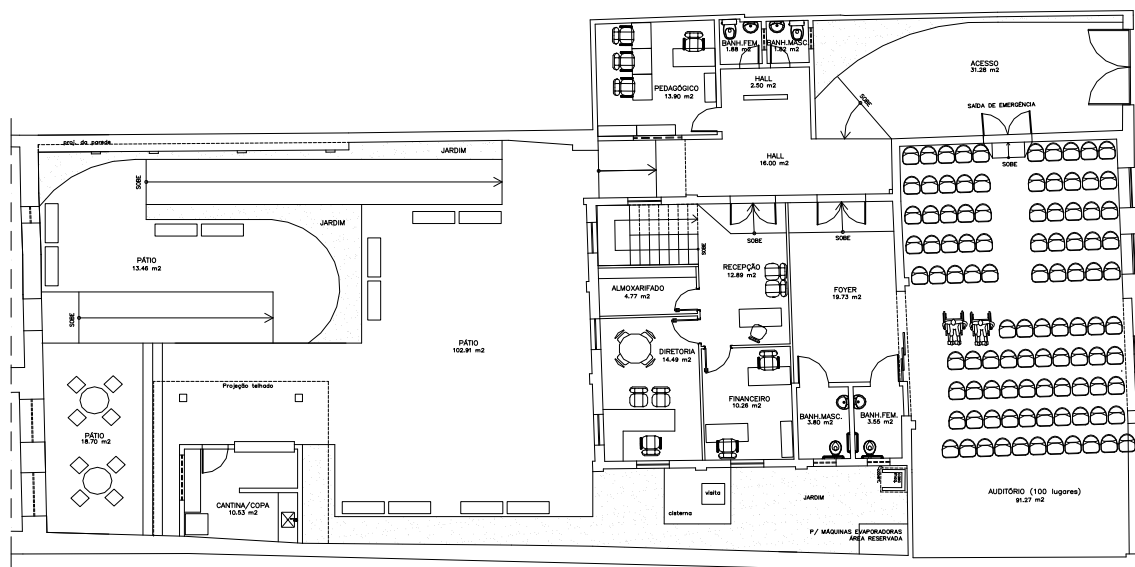


Rua da Estrela, nº 415
Planta Baixa do Pavimento Térreo

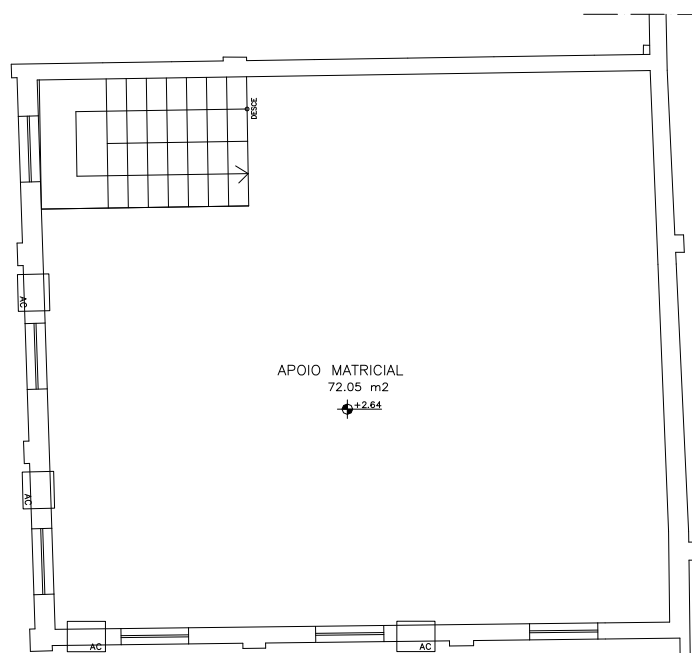


Rua da Estrela, nº 415
Planta Baixa do Pavimento Superior

O segundo prédio da ESP/MA, localiza-se na Rua 28 de Julho, nº 312. Conta com um pavimento distribuído em pátio de entrada, auditório, foyer, banheiros para funcionários/as e discentes, além de banheiros para deficientes - masculino e feminino, sala para administração da escola, salas de aula, pátio interno, cantina, rampa coberta de acesso ao outro prédio e mezanino.



Rua 28 de Julho, nº 312
Planta Baixa do Pavimento Térreo

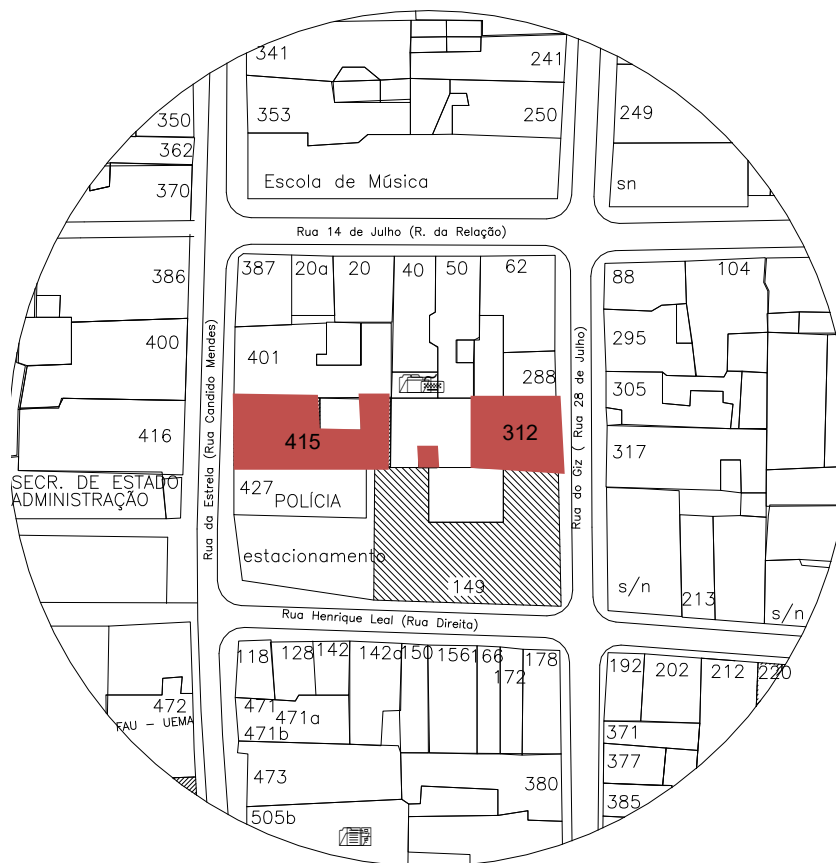


Rua 28 de Julho, nº 312
Planta Baixa do Pavimento Superior

As turmas descentralizadas nos municípios ou instituições de saúde onde os cursos ocorrem, também contam com infraestrutura mínima necessária para o funcionamento, com apoio complementar dos gestores municipais e instituições de saúde envolvidas no processo.

Toda a estrutura da escola é dotada de recursos físicos com capacidade para a execução de suas atividades. Os espaços são equipados com insumos audiovisuais (projetores multimídias, equipamentos de som) e infraestrutura de

informática que possibilita a adequada implementação das atividades de ensino quando ocorrem na escola.



Planta de Localização dos Prédios da ESP/MA
Sem Escala

2.3.1 Acessibilidade/inclusão de alunos/as deficientes

A ESP/MA, compreendendo a relevância de adequar-se à diversidade de sua demanda de alunos/as e comunidade maranhense, considerando os fundamentos da sua responsabilidade social, pretende organizar a sua estrutura arquitetônica e pedagógica para melhor responder aos/às alunos/as deficientes e às suas peculiaridades de formação, adequando o prédio à lógica inclusiva, com sinalizações, piso tátil, barras de apoio, rampas, elevadores, banheiro e vestiário adequados, salas de aula e seus recursos materiais e tecnológicos fundamentais, além de biblioteca, dentre outros.

Para tal, segue, em anexo, Relatório Técnico de Engenharia 11/2020, que versa sobre reforma na estrutura física da ESP/MA, possibilitando o acesso e atendimento aos/às nossos/as usuários/as deficientes.

A ESP/MA é sensível à causa e a percebe como fundamental, pois, por meio de sua filosofia institucional (Pós-estruturalista) e responsabilidade social, pretende alcançar o diverso público, com suas subjetividades e necessidades, qualificando-o para responder às demandas técnico-científicas da sociedade contemporânea.

A Escola de Saúde Pública do Maranhão constituiu a Coordenação Pedagógica, Núcleo institucional composto por um/a Coordenador/a e demais equipe de pedagogos/as com a missão de, também, pensar e estruturar o processo e demandas de acolhimento do/a aluno/a deficiente, orientando, supervisionando e avaliando ações de natureza pedagógica e psicopedagógica, além de prestar apoio ao planejamento docente e toda a sua ação educativa.

Neste contexto, entende que a formação inicial e continuada dos/as seus/suas funcionários/as e docentes far-se-á fundamental. Assim é que sistematizará cursos e financiará a formação de seus/suas colaboradores/as, conforme às demandas apresentadas.

O site institucional ou qualquer outro recurso virtual ou físico de comunicação receberá a adequação precisa para que seus usuários possam participar factualmente da vida escolar/acadêmica da ESP/MA, promovendo a socialização e inclusão de todos.

Os/as nossos/as alunos/as terão em seus currículos a disciplina Libras.

2.3.1.1 Site institucional

Vivemos em tempos confusos, como muitas vezes é o caso em períodos de transição entre diferentes formas de sociedade. A urgência de uma abordagem para compreendamos o tipo de economia, cultura e sociedade em que vivemos é intensificada pelas crises, conflitos que caracterizam a primeira década do século XXI. A sensação de desorientação é formada por mudanças radicais no âmbito da comunicação derivadas da revolução teológica ou 4.0 (CASTELLS, **A sociedade em rede**, 2012).

Como bem descreve o sociólogo espanhol Manuel Castells, um autor clássico quando tratou de pesquisar os reflexos da sociedade em rede na economia e na convivência social, com a passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação organizadas em torno da internet, e da comunicação sem fio agora mais que necessária, no campo da educação (com ensino online) e no mercado de trabalho, em todo mundo. A construção de uma nova cultura baseada na comunicação multimodal e no processamento digital de informações cria um hiato geracional entre aqueles que nasceram antes da Era da Internet (1969) e aqueles que cresceram em um digital (CASTELLS, 2012).

Todavia, ao pensar um PPP não se pode deixar de descrever neste a importância das suas mídias digitais/web para o desenvolvimento dos processos na ESP/MA, suas redes sociais: *facebook*, *instagram*, *whatsApp* estas também de forma institucionalizada, esse campo de conhecimento vai facilitar com mais velocidade e dinamizando os processos e informações à sociedade.

A Escola de Saúde Pública (EPS/MA), portanto, entende que as ferramentas de tecnologias institucionais são muito importantes para as organizações e é uma poderosa área para aumentar e melhorar a sua comunicação. Nesse sentido, e já aponta no seu planejamento a criação do seu Site Institucional, que estará hospedado na página online da Secretaria de Estado do Saúde (SES/MA).

Um site institucional tem algumas características vantagens que a organização pode obter com páginas de qualidade.

As principais características:

- a. Um site institucional de sucesso deve ser feito sob medida para suprir as necessidades da organização, dos clientes e dos principais interessados. Sendo assim, é uma ferramenta importante de comunicação instituição com o público;
- b. Informações atualizadas;
- c. Páginas rápidas e objetivas;
- d. Otimização para uso em dispositivos móveis;
- e. Criação de conteúdo relevante;
- f. Disponibilização de serviços on-line (quando relevante);

- g. Ter visual limpo e que conta apenas com as informações necessárias para os usuários.

São importantes pontos que devem ser destacados para que os Site/Páginas sejam rápidos, relevantes e, por consequência, esteja nas primeiras posições de buscadores como o Google.

Aqui alguns motivos importantes para te ajudar a entender quais são os impactos de um site institucional para o seu negócio:

- ✓ **Fortalece a imagem da empresa:** a imagem da empresa fica mais forte quando está presente nos principais canais disponíveis. Quando falamos de presença digital, a importância é ainda maior. Tem pesquisa que já aponta que mais de 100 milhões de brasileiros estão conectados à internet. Isso significa que as suas ações on-line podem alcançar metade da população do país. Sendo assim, um número muito maior de pessoas estará disponível para ver os seus conteúdos e passíveis a adquirir o seu produto ou o seu serviço;

- ✓ **Passa credibilidade:** se a sua organização deseja se mostrar “antenada” e mais próxima do cliente, você deve estar representado on-line. Quando um usuário procura pelo site de determinada empresa, entre outras coisas, deseja saber como ela interage com as novidades do mundo on-line e acessar mais informações que auxiliem o usuário no momento da decisão de qual empresa contratar.
Importante dizer que, quando uma instituição não possui uma página na internet, ela já começou atrás dos seus concorrentes.

- ✓ **Disponibiliza informações importantes:** outra vantagem importante é ter disponível um local em que os usuários (profissionais, docentes, discentes) possam consultar informações importantes, atualizadas e confiáveis sobre a organização. Além de dados comuns — como dias de funcionamento e horário de abertura e de fechamento —, é interessante divulgar a relação de produtos e de serviços;

- ✓ **Atrai pessoas interessadas:** um bom site institucional deve contar com espaço para parceiros. Nele, a sua organização criará conteúdo atrativo e relevante para o seu público-alvo. Em vez de simplesmente postar conteúdo relacionado aos seus produtos ou à sua instituição, o seu site pode abordar as questões que são mais importantes para o seu público;
- ✓ **Aumento o número de clientes:** caso o seu site seja bem criado e alimentado, você poderá esperar por crescimento no número de acesso. Um dos motivos para isso está na maior visibilidade que a instituição terá no ambiente virtual.
É importante, porém, que não deve se apostar na criação de qualquer site, mas páginas que agradem os seus usuários/clientes em beleza, conteúdo e velocidade. A criação deverá obedecer sempre aos planos e objetivos expostos na estratégia da instituição.

2.3.2 Laboratórios de prática, informática e metodologia ativa

Compreendendo que a formação exige cenários que ultrapassam a sala de aula, haja vista as perspectivas conceituais, procedimentais e atitudinais do saber curricular e profissional, tem-se, como prospecção, para complementação do itinerário formativo dos nossos/as alunos/as, e mesmo atendendo à demanda atual da educação remota e híbrida, os Laboratórios de Prática, Informática e de Metodologia Ativa como recursos pedagógicos e metodológicos fundamentais para o desdobramento curricular dos nossos Cursos Técnicos e de Pós-graduação.

1. Laboratório de Prática – a prática é componente curricular obrigatório. Neste sentido, a ESP/MA estabelece parceria com as Unidades de Saúde do Estado do Maranhão para que a construção do conhecimento seja consolidada por nossos/as discentes, respeitando todo o itinerário formativo, em meio à prática de situações concretas.
 - a. Elaborar-se-ão e aprofundar-se-ão saberes, gerando competências profissionais em meio às ações práticas nestes espaços profissionais,

com a orientação, supervisão e avaliação de docentes/tutores e/ou preceptores.

- b. Em meio a experiências concretas e a partir de Estudos de Caso e Casos Clínicos os saberes necessários da formação serão sistematizados e vivenciados, na articulação teoria-demanda-serviços.
2. Laboratório de Informática – compreendendo a necessidade do Laboratório de Informática no contexto da sociedade do conhecimento e da informação, com vistas a formação escolar/acadêmica de qualidade, bem como da educação remota, híbrida e totalmente a distância, prospecta-se a construção de um espaço didático-pedagógico com capacidade para até quarenta usuários/as simultâneos/as, contendo quarenta computadores completos, além de cabines e carteiras.
 - a. O laboratório será climatizado, tendo as tecnologias necessárias para o seu funcionamento, como: datashow, caixas de som, microfone, lousa digital, televisor, Wi-fi etc., atendendo ao fundamento que justifica a sua necessária existência, especialmente na contemporaneidade.
 3. Laboratório de Metodologia Ativa – o Laboratório de Metodologia Ativa será um espaço para até quarenta usuários/as simultâneos/as, contendo quarenta computadores completos, além de mesas e cadeiras.
 - a. O laboratório será climatizado, tendo as tecnologias necessárias para o seu funcionamento, como: datashow, caixas de som, microfone, lousa digital, televisor, Wi-fi etc., atendendo ao fundamento que justifica a sua necessária existência, especialmente na contemporaneidade.

Outros recursos fundamentais: estantes; armários; jogos físicos e eletrônicos, softwares; livros, revistas, artigos, jornais; papéis, canetas, lápis, hidrocor, borrachas, régua, cartolinas, tintas, pincéis variados, pincéis de quadro, isopor, colas, tesouras, estiletes, murais etc.

A ESP/MA tem como metodologia de trabalho pedagógico/curricular a problematização, exigindo que professores/as e alunos/as tenham vivência

constante no referido espaço, constituindo-se como cenário de formação continuada aos/às docentes e inicial aos/às discentes.

2.3.3 Sala de Professor/a

A ESP/MA entende que os seus docentes necessitam ter acesso e permanência a um espaço, interno às suas dependências, que lhes assegurem a socialização entre os seus pares, além do fortalecimento do processo de estudo, produção e planejamento de ensino, avaliação e registro de atividades.

A sala é pensada também como um espaço de descanso e troca de informações entre os/as professores/as, devendo possuir:

- a. Mesa de reunião e cadeiras para organização coletiva;
- b. Mesas pequenas que portarão computadores ligados à rede de internet e cadeiras, constituindo espaços individuais;
- c. Sofás;
- d. Armários individuais;
- e. Estantes;
- f. Reprografia;
- g. Telefone;
- h. Banheiros completos com chuveiro – masculino e feminino.

A sala deverá ser climatizada, tendo um secretário para assessorar o grupo docente.

2.3.4 Sala de atendimento discente

Em meio ao processo formativo várias questões coletivas e individuais surgem, desafiando a criatividade, a ética, o saber e a responsabilidade social de cada educador/a. Assim é que a ESP/MA planeja a construção de uma sala climatizada, com cabines individuais para atendimento docente ao/à aluno/a.

2.3.5 Sala de reunião

A ESP/MA tem um número significativo de colaboradores/as e de processos administrativos e pedagógicos, requerendo a sistematização de um espaço, interno à escola, para agrupar os seus membros em situações que se fizerem oportunas.

A discussão coletiva é um importante recurso democrático e de força escolar, pois é no agrupamento e na lucidez que a instituição se faz empoderada.

Prospecta-se uma sala climatizada, com mesa e cadeiras. O espaço deverá ter um computador e seus acessórios, conectado à internet e com impressora, com vistas à produção de atas e relatórios.

2.3.6 Reprografia

A instituição necessita de um espaço de reprografia para que os/as seus/suas diretores/as, coordenadores/as, administrativos, de apoio, docentes e discentes possam dar celeridade às suas demandas profissionais, escolares e acadêmicas.

Ressalta-se que a escola ainda não possui impressoras em cada um de seus setores, o que dificulta alguns fluxos internos. Nesse sentido, a reprografia responderia significativamente às necessidades pronunciadas pela ESP/MA.

A reprografia situar-se-á em sala climatizada, contendo estantes e material de expediente, além de mesa e cadeira, bem como computador (e seus acessórios) ligado à rede de internet.

A sala deverá ser organizada com um balcão de atendimento.

A ESP/MA tem se ocupado com a demanda, buscando solucionar a pauta.

2.3.7 Cantina como espaço de integração e socialização

Todos os núcleos de uma escola são pensados e estruturados com vistas à excelência da oferta de uma educação de qualidade aos seus usuários, que ganha sentido e aplicação no mundo social/comunitário.

Posto isso, a cantina é avaliada na dimensão da integração e socialização, sendo mais que um espaço de consumo de bebidas e comidas, é um espaço de empatia institucional, que acolhe e educa os/as seus/as colaboradores/as e discentes em meio às rotinas escolares.

Assim é que se projeta a construção e terceirização de um quiosque/cantina da ESP/MA, que contemplará em sua agenda semanal momentos de arte e cultura.

Ela deverá ser arejada e ter uma cozinha e seus utensílios, bem como recursos, com balcão para atendimento e pagamento, com caixa registradora e opção de pagamento nas formas débito e crédito. Deverá ter mesas e cadeiras, além de bancos.

2.3.8 Biblioteca

A Biblioteca é dirigida por um/a bibliotecário/a e a ele/a compete:

- a. Incentivar a aquisição de acervo físico e digital pela ESP/MA;
- b. Coordenar, planejar e organizar o serviço de documentação da biblioteca;
- c. Receber, organizar, divulgar material bibliográfico convencional e não convencional, de acordo com o conteúdo programático dos cursos oferecidos pela ESP/MA, destacando a necessidade de leitura, pesquisa e informação de estudantes, docentes, técnicos e administrativos;
- d. Criar e sistematizar rotina de empréstimo de exemplares;
- e. Gerar, junto à Gestão da ESP/MA, sistema de multa por atraso de entrega dos exemplares e extravio, além de outras sanções cabíveis;
- f. Elaborar manual da biblioteca, contendo rotinas e fluxos de atividade, além das regras para publicação de trabalhos em revistas e livros de circulação no Brasil e internacionais, além de TCC e projeto de intervenção;
- g. Contribuir ao processo de publicação docente, orientando quanto ao uso das bases normativas ABNT e Vancouver;
- h. Organizar e supervisionar o uso dos terminais de pesquisa digital, bem como consulta local do material bibliográfico;

- i. Manter contato com outras bibliotecas, centros e outras instituições congêneres do país e do exterior, visando o intercâmbio de publicações e aquisição de material técnico – científico;
- j. Avaliar, periodicamente, o acervo, permitindo o crescimento racional e equilibrado do mesmo, considerando as áreas de atuação da ESP/MA;
- k. Descarte de títulos e/ou exemplares de livros, periódicos ou outro material bibliográfico, tendo como critérios: inadequação ao conteúdo programático dos cursos oferecidos pela ESP/MA, desatualização, condições físicas, duplicata e periódicos não correntes para posterior encaminhamento a ser definido junto ao Conselho Escolar da ESP/MA;
- l. Exercer as demais atividades que lhe forem atribuídas.

A Biblioteca da ESP/MA, possibilita acesso aos/às estudantes, docentes e demais membros da comunidade escolar às informações contidas em seu acervo, a partir das demandas pronunciadas pelo desenho curricular de cada curso e projeto, apresentando o “estado da arte” de cada temática, podendo, também, ser utilizada pelo público em geral para consulta local ou virtual. Em anexo, seguem listagens do nosso acervo (ETSUS/MA e ESP/MA).

A ESP/MA está em processo de implantação de uma Estação de Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e com o Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (Bireme)/Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), com a finalidade de democratizar o acesso às fontes de informação no campo da saúde pública.

2.4 BASES NORMATIVAS

A Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão (ESP/MA), foi instituída através da Lei nº 11.114, de 2 de outubro de 2019, criada para dar continuidade dos serviços de formação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) prestados anteriormente pela Escola Técnica do SUS (ETSUS), a qual foi fundada através do Decreto nº 20.217, de 30 de dezembro de 2003 e extinta pela lei que criou a ESP/MA.

ANTECEDENTES E MARCOS LEGAIS

- 1 – REFORMA SANITÁRIA DO BRASIL (RSB)
- 2 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (CF/1988)
- 3 – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – Lei n.º 80080/90
- 4 – LEI Nº 9.394/96 de DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)
- 5 – RESOLUÇÕES DA SAÚDE E EDUCAÇÃO
- 6 – RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE(CNS)
- 7 – RESOLUÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE/MA)
- 8 – PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO
- 9 – LEI Nº 11.114 DE 2 DE OUTUBRO 2019 – INSTITUI A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

1 – REFORMA SANITÁRIA DO BRASIL (RSB)

Aprovação das principais demandas da reforma sanitária:

- Fortalecer o setor público de saúde;
- Expandir a cobertura a todos os cidadãos e integrar a medicina previdenciária à saúde pública.

Constituindo assim um SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

- A grande mobilização da sociedade pela reforma do sistema de saúde teve como marco a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1986.
- A 8ª CNS foi convocada pela Presidência da República, por solicitação do ministro da Saúde, em julho de 1985, (Paim, 2008).

2 - CONSTITUIÇÃO DO BRASIL (CF/1988)

- Com a promulgação da nova CF/88, completou-se o processo de retorno do país ao regime democrático;
- A carta constitucional transformava a saúde em direito de cidadania e dever do Estado, dando origem ao processo de criação de um sistema público, universal e descentralizado de saúde. Transformou, profundamente a organização da saúde pública no Brasil.

DOS SERVIDORES PÚBLICOS (AR. 39 - EC Nº 18/99)

“CF/88 - Art. 39. § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”

Obs.: o objetivo é formar e aperfeiçoar servidores públicos.

Obs.: servidores públicos participarão de cursos as vezes para requisitos da promoção na carreira.

Portanto, a Educação Permanente é fundamental. E é aqui o nosso objetivo central, enquanto escola, no caso, da ESP-MA.

DA SAÚDE

(Art. 196 ao Art. 200)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(Art. 196 ao Art. 200)

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

Inciso III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

Inciso V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

Inciso VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

3 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O marco legal é a Constituição de 1988.

Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90

- A partir dos anos 1990, nascia a implantação do SUS constitucional;
- A reforma sanitária foi um fato histórico, para o surgimento do SUS e um marco na trajetória da saúde pública brasileira.

Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90

Se o seu objetivo profissional é atuar como **gestor de sistema de saúde é fundamental que você conheça a** regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo desse post é apresentar de forma compreensível os aspectos gerais da legislação do SUS, mais especificamente, a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, nomeada como a Lei Orgânica da Saúde.

A Lei nº 8.080/90 regulamenta a Constituição Federal de 1988 e é a primeira Lei Orgânica do SUS. A Lei dispõe sobre a promoção, proteção recuperação da saúde e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios.

A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde.

Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

4 - LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN)

LEI Nº 9.394/1996

TÍTULO VI - DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

1. associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
2. aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

5 - RESOLUÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007 (*) ()**

“Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização”.

6 - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

RESOLUÇÃO Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

“Compete ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde”

“Considerando a Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, que define critérios técnicos educacionais e sanitários relativos à abertura, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos para a área da saúde;”

7 - RESOLUÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE/MA)

RESOLUÇÃO Nº 031/2018 – CEE-MA

“Dispõe sobre credenciamento e credenciamento de instituições escolares e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para oferta de Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências”.

8 - PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

PORTARIA Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007.

“Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde”.

9 - LEI DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO.

LEI Nº 11.114 DE 2 DE OUTUBRO 2019.

“Institui a Escola de Saúde do Estado do Maranhão - ESP/MA, cria o Programa INOVA SAÚDE e o Programa Estadual de Bolsas de Estudo, Pesquisa e Extensão no Sistema Único de Saúde.”

3.0 VISÃO, MISSÃO E VALORES DA ESCOLA

Visão da escola

Ser reconhecida como uma Escola de excelência e referência, com foco na formação, educação permanente, inovação, tecnologia, pesquisa, extensão e demais ações que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas e da promoção de saúde, com vistas ao fortalecimento do SUS, no âmbito estadual e nacional.

Missão da escola

Desenvolver a gestão da educação em saúde coletiva no estado através de ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento do SUS e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população maranhense.

Valores

- a. Democratização do conhecimento e da participação

- b. Integração e Cooperação
- c. Compromisso e ética
- d. Integração entre trabalho e educação
- e. Equidade
- f. Articulação Intersetorial
- g. Gestão compartilhada
- h. Respeito à diversidade
- i. Inovação contínua
- j. Responsabilidade socioambiental.

4.0 OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo geral

Fundamentar as diretrizes filosóficas e político-pedagógicas da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão, no âmbito da formação e qualificação dos trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde no Maranhão.

Objetivos específicos

- a. Promover e desenvolver a educação e a produção de conhecimento no campo da saúde por meio do ensino, da pesquisa, das atividades de extensão educativa, da difusão de informação científica, documental e de educação popular e da articulação interinstitucional e intersetorial, de modo a contribuir para a melhoria das condições de saúde da população maranhense;
- b. Participar da elaboração e desenvolvimento de programas/estratégias, estudos e projetos específicos de educação permanente, desenvolvimento institucional e inovação em saúde na SES, em articulação com a Assessoria de Recursos Humanos;
- c. Fomentar cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de ações de

- pesquisa e educação permanente em saúde, buscando ampliar a cobertura e qualificar os programas educacionais;
- d. Promover e estimular ações articuladas com as Secretarias Municipais de Saúde e os Conselhos de Saúde, oferecendo assessoria técnica e orientação para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde coletiva e pesquisa;
 - e. Buscar continuamente a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e documentação, caracterizando a ESP/MA como um centro de educação e pesquisa potencializador da educação em saúde coletiva e da produção intelectual para o Sistema Único de Saúde;
 - f. Coordenar e implementar suas ações de forma descentralizada no interior do Estado, por meio das Regionais de Saúde;
 - g. Desenvolver ações educacionais com base nos Estudos Culturais, discutindo Educação em Saúde com fundamento filosófico-político a partir do Pós-estruturalismo.

5.0 INSERÇÃO REGIONAL

A importância e a relevância social do ensino, da pesquisa e da extensão, além das parcerias e das perspectivas de inserção regional e responsabilidade social com instituições internacionais, federais, estaduais e municipais justificam a atuação de uma instituição e pesquisa em diferentes níveis de ações, visando à promoção de alternativas para o desenvolvimento humano e sustentável.

O impacto no desenvolvimento socioeconômico e socioambiental nos cenários nacional e internacional restabelece princípios e práticas indissociáveis ensino-pesquisa-extensão, promove a equidade, visa à ampliação dos mecanismos de inclusão social (acesso e descentralização) e de redes acadêmicas, bem como flexibilização de modalidades de aprendizagem (aqui EaD começa a ganhar protagonismo).

De acordo com o documento síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES², 2009) uma instituição de ensino comprometido socialmente é espaço de educação de cidadãos em um mundo de desigualdades e injustiças; de pessoas em condições de encontrar seu lugar no mercado de trabalho e produzir, de pessoas responsáveis pelo mundo e sociedade onde vivem, comprometidas com a causa pública.

E levando em conta assimetrias econômicas e sociais acentuadas no território maranhense, e com indicadores socioeconômicos da área de abrangência da ESP/MA, permitem enfatizar o papel da instituição como promotora de ações da Educação Permanente em Saúde com vistas à integração entre municípios, valorização da diversidade cultural e dos aspectos ambientais e sociais. Sendo também um dos princípios constitucionais do SUS, a descentralização³ das políticas de saúde e com foco na pessoa no lugar, logo, no município. Daí se faz importante o papel dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que estão na ponta, na base social, é ainda considerado mais importante na **Atenção Primária à Saúde** com foco na prevenção.

É missão da SES “**cuidar de pessoas**” e da ESP/MA “**Contribuir para a gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento do SUS e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população maranhense**”.

Quando se observa os indicadores sociais em muitas regiões de diferentes do Estado onde a ESP/MA deve atuar com Índices de Desenvolvimento Humano, IDH, ainda muito baixos. E buscando certa descentralização a Comissão Intergestores Bipartite – CIB/MA, aprovou por meio da Portaria GM/MS nº399 de 22/02/2006 e nº 699 de 30/03/2006, que divulgam e regulamenta o Pacto pela Saúde em sua 3 (três) demandas: pela VIDA, em defesa do SUS e da Gestão e considerando a Portaria nº 372/GM/MS de 16/02/2007 que altera a Portaria nº 699

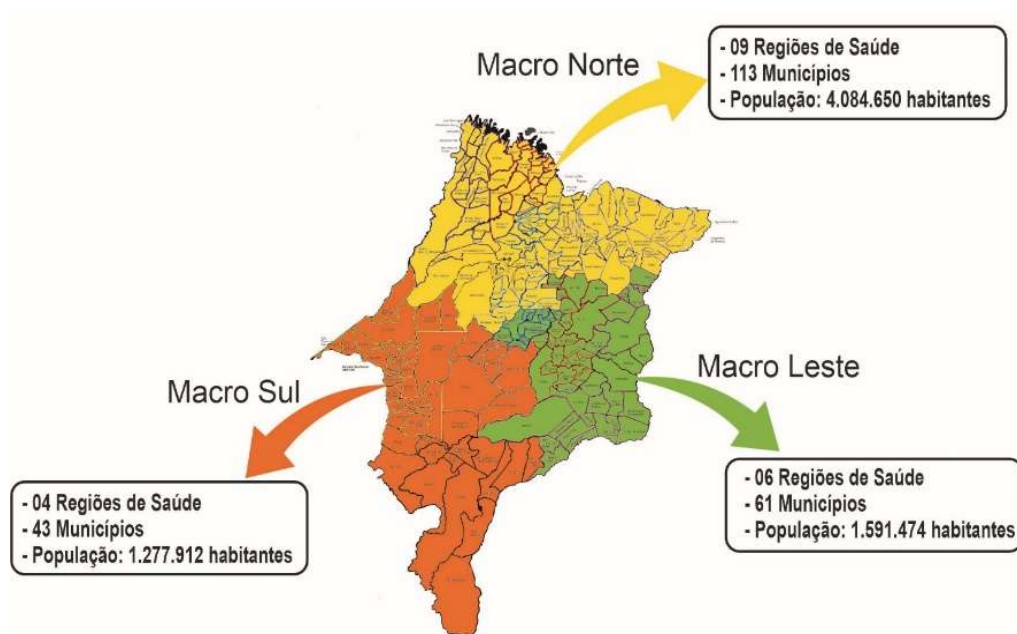
² Ver doc. “A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) do Brasil, com o apoio da Secretaria de Educação Superior, organizou em Brasília, entre 24 a 26 de maio de 2009, o Fórum Nacional de Educação Superior (FNES)”.

³ CF/1988 “os **princípios** e diretrizes do **SUS**, as linhas mestras delineadas no texto da constituição federal: a universalidade, a equidade, a integralidade, a descentralização, a participação da população e a organização da rede de serviços de modo regionalizado e hierarquizado”.

de 30/03/2006, quanto considerou a necessidade do Estado em ter um Sistema de Saúde com resolutividade e a deliberação da comissão CIB/MA, tendo em vista o processo de Regionalização no estado Maranhão. (Fonte: SES/Diário Oficial do Estado, 22/07/2011, p.7).

Resolve:

Aprovar a constituição da Regionalização no estado no Maranhão com a criação de 19 (dezenove) Regiões de Saúde e 8 (oito) Macrorregiões, dividida da seguinte forma:



Fonte: SES/MA, 2019.

As 19 (dezenove) Regiões de Saúde, são:

- 1.Região de São Luís (com 5 municípios);
- 2.Região de Açailândia (com 8 municípios);
- 3.Região de Bacabal (com 11 municípios);
- 4.Região de Caxias (com 07 municípios);
- 5.Região de Barra do Corda (com 06 municípios);
- 6.Região de Balsas (com 14 municípios);
- 7.Região de Chapadinha (com 13 municípios);
- 8.Região de Codó (com 06 municípios);

9. Região de Imperatriz (com 15 municípios);
10. Região de Itapecuru-Mirim (com 14 municípios);
11. Região de Pedreiras (com 13 municípios);
12. Região de Pinheiro (com 17 municípios);
13. Região de Presidente Dutra (com 16 municípios);
14. Região de Rosário (com 12 municípios);
15. Região de Santa Inês (com 13 municípios);
16. Região de Viana (com 11 municípios);
17. Região de Timon (com 04 municípios);
18. Região de São João dos Patos (com 15 municípios);
19. Região de Zé Doca (com 15 municípios).

Nesse cenário que se faz necessário a inserção regional da ESP/MA, buscando atender a pesquisa e a extensão e o fortalecimento da Gestão Estadual do SUS com foco na educação permanente em saúde no estado do Maranhão.

6.0 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Toda escola deve preocupar-se com seu entorno, com a sociedade e a cultura do seu povo/território – local, regional e nacional, objetivando um tipo de homem/mulher e mundo, tendo eles as dimensões técnicas/científicas, políticas/críticas e humanas asseguradas através do currículo e de suas práticas escolares/acadêmicas.

Assim é que o/a ato/ação educativo/a deve ser planejado/a desde o nascimento da escola, em meio à formulação do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI e demais documentos, uma vez que o PPPI cria e fundamenta toda a vida educativa, com prospecções futuras de médio e longo prazos, pois não existe educação de qualidade sem intencionalidade e racionalização pedagógica.

A sociedade contemporânea e seus saberes exige da escola um olhar diverso sobre a realidade, uma vez que a instituição educativa não tem apenas como meta comunicar o acervo de saberes históricos e culturais armazenados ao longo das gerações através de seu currículo. A escola precisa responder às demandas plurais que dizem respeito à sua pasta, sendo necessária à sua

observação e a sua escuta sobre a comunidade, pois só assim tornará o construto curricular vivo e com sentido.

A sensibilidade/empatia escolar deve ser atenta ao dito e não dito pela comunidade.

A ideia não é de uma mera formação, mas de um processo construtivo e significativo do conhecimento, que tem a sensibilidade de (re)conhecer o que é imediatamente mais importante, além do saber técnico-científico, para a formação inicial e continuada do sujeito aprendente, percebendo que as questões de relevância social deverão atravessar o currículo, fomentando o preparo do/a aluno/a policompetente e de uma sociedade mais humana e politizada.

As questões relativas a gênero e sexualidade, trabalho e consumo, meio ambiente, drogas, fome, desemprego, violência etc. devem estar presentes por toda a formação, enriquecendo o conteúdo científico e histórico.

O enfrentamento dos saberes tecnológicos e de inovação fazem parte dos desafios apresentados à escola, visto que a sociedade está em plena evolução, inserindo-se na era transnacionalizada que o presente de globalização nos apresenta. Desse modo, no processo de formação serão valorizados os conteúdos locais, regionais, nacionais e internacionais, apoiados em toda a base normativa e filosófica que pressupõe a sistematização da oferta de cursos, como instrumento de emancipação do/a aluno/a e do/a docente.

Novas linguagens e posturas são vivenciadas na contemporaneidade, sugerindo que o sujeito se assuma plural. Entendem e expressam que a formação escolar/acadêmica da sociedade pós-moderna é complexa, tratando os saberes de maneira transitória, em respeito à evolução da humanidade e de seus conhecimentos.

A responsabilidade social perpassa pelos ditos oficiais e filosóficos da escola, afirmando a necessária organização dos profissionais da educação para sistematização e oferta de um serviço de qualidade, que responda aos apelos planetários.

A tônica em uma escola é a formação e a preparação para a vida, sociedade e trabalho. Nesse sentido, todos os atores da escola, conjuntamente à comunidade, devem trabalhar por uma educação transformadora.

A ESP/MA pretende adotar algumas comunidades do seu entorno, visando o ensino, a pesquisa e a extensão, além da melhoria dos serviços de saúde e qualidade de vida da população. Pretendemos ser referência na formação do profissional de saúde.

7.0 ENSINO PRESENCIAL, HÍBRIDO E A DISTÂNCIA

A contemporaneidade desafia a escola quanto à sistematização de processos educativos que ultrapassem os métodos tradicionais, uma vez a realidade que vivenciamos. Ela impõe a reinvenção dos modos de ensino e de aprendizagem, assentando seu fazer na perspectiva da problematização, preparando o sujeito aprendente para o exercício de suas ações profissionais.

Embora a LDBEN 9.394/96 já vislumbrasse um estilo de educação para além do presencial, foi na pandemia do Covid-19 que as escolas tiveram que assumir, indefinidamente, e sistematizar a oferta da educação remota, EaD e híbrida, pois a não sistematização acarretaria prejuízos para a escola, para o currículo, alunos/as e sociedade.

A reinvenção da escola não apenas mexeu com rotinas, mas com processos formativos dos/as profissionais da educação, além da necessária aquisição de recursos tecnológicos por parte do espaço formador, docentes e discentes.

Na educação presencial, os espaços formativos já estavam alinhados em seus procedimentos, pois foi um exercício centenário de formulação de práticas pedagógicas, não havendo tanta dificuldade quanto a ritualística. O mesmo não foi possível observar na educação remota, EaD e híbrida.

A educação remota é um estilo de educação que utiliza o ambiente virtual, estando o professor à frente do processo e sem a presença de um tutor. Os encontros são totalmente virtuais, assim como a realização de atividades e provas.

A educação remota foi uma medida administrativa, política e pedagógica mundial, além de paliativa, visando vencer os processos de formação já iniciados em 2020, bem como suas novas exigências. Com ela, indiscutivelmente, teremos um ônus histórico, pois a comunidade escolar e acadêmica não foi trabalhada para

trabalhar o desafio da educação virtual, mas “aprendeu” no exercício diário do desafio, deixando hiatos na formação.

Por outro lado, a EaD, prevista na última LDBEN – 9.394/96, é caracterizada como sendo uma modalidade de ensino semipresencial e à distância. A semipresencial é também conhecida como híbrida, sendo trabalhada nos moldes à distância e presencial simultaneamente, conforme a demanda pronunciada. Já o molde à distância, tem peculiaridades previstas na legislação educacional 9.394/96, destacando como necessária a realização de provas na presencialidade, além de toda uma logística que lhe caracteriza.

Disto compreende-se, pela lógica contemporânea e mesmo pelos processos neoliberais, que a EaD está consolidada, sendo uma modalidade de educação prevista para os níveis e etapas da educação brasileira. Sua existência é inquestionável, devendo os espaços formadores organizarem-se para a oferta curricular/de cursos de maneira qualitativa e pertinente.

O trabalho com a educação não presencial exige do ambiente escolar algumas adaptações, como salas de aula equipadas com Datashow, computadores, microfones, câmeras etc., professores/as e equipe gestora qualificados, além de um núcleo tecnológico, responsável pela plataforma virtual de aprendizagem e por todas as idiosincrasias administrativas e pedagógicas do processo.

Profissionais – pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, cientistas da computação, dentre outros – são requeridos nesse complexo desafio escolar, pois a educação precisa seguir a rota de qualidade e pertinência, caso contrário teremos muitos problemas sociais, dentre os quais, o de saúde.

Sendo assim, a ESP/MA já iniciou um processo de estruturação logística e pedagógica para atender às demandas hodiernas da formação, sem que a sua responsabilidade social seja negada.

A escola pretende ser referência na Educação em Saúde no Estado do Maranhão.

8.0 PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

8.1 CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A concepção de processo ensino-aprendizagem que vem sendo construída tem como referência os Estudos Culturais e o conjunto de atividades desenvolvidas pela ESP/MA, destacando-se as propostas pedagógicas da Residência Multiprofissional e Médica, dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* e os pressupostos da educação permanente e da educação em saúde coletiva.

Tendo em vista o conceito ampliado de saúde que consta na Constituição Federal, que implica entre seus fatores determinantes e condicionantes, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, [2016]). Agregado a isto, a Lei 8.080/1990 do SUS complementa este conceito ao indicar que as ações de saúde se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, cabendo à educação em saúde contemplar estas intencionalidades para que se tornem efetivas nas práticas de saúde. A nossa proposta de educação assume então o conceito ampliado de saúde proposto pela Constituição Federal e referendado pela Lei n.º 8.080/90 ao considerá-la como um problema complexo e produção social. Saúde como equivalência de vida com qualidade (não só ausência de doença) e capacidade de enfrentar adversidades e lutar por qualidade de vida de forma criativa implica autoria, engajamento subjetivo e reconhecimento de uma coletividade.

Para melhor compreensão em relação à educação na e em saúde, cabe aqui trazer a conceituação utilizada no campo de atuação da área técnica da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde:

- **Educação em saúde (referências):** processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população e não à profissionalização ou à carreira na saúde. Ou ainda, o conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar a atenção em saúde de acordo com as suas necessidades [...] potencializa o exercício do controle social sobre as políticas e os serviços de saúde para que esses respondam às

necessidades da população e deve contribuir para o incentivo à gestão social da saúde [...].

- **Educação na saúde:** produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular.
- **Educação permanente em saúde:** ações educativas embasadas na problematização do processo de trabalho em saúde e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência às necessidades de saúde das pessoas e das populações, a reorganização da gestão setorial e a ampliação dos laços da formação com o exercício do controle social em saúde. (BRASIL, 2006, p. 20).

O trabalho em saúde tem se construído com a interdisciplinaridade de conhecimentos; a intersetorialidade de práticas; a cooperação e intersubjetividade; comunicação, empatia, numa forma singular de compromisso e construção de redes.

Nesse sentido, pode-se dizer no mundo atual, já não há mais separação entre o tempo da formação e o tempo do trabalho. Os espaços de formação e trabalho se interpenetram. A educação está inserida no espaço do trabalho e deve ser considerada como parte do mesmo, já que se formar é trabalhar.

No âmbito da educação os desafios que se tem vivido nos vários espaços de formação indicam que se faz necessário não só repensar os serviços de saúde e suas práticas, como também a formação dos profissionais de saúde, tendo em vista a consolidação do SUS e a aproximação com as principais necessidades de saúde da população, buscando-se através da educação, o caminho possível para produzir transformações e ou rupturas no modelo assistencial e na reorganização dos serviços.

Nesse sentido, é preciso ter presente que a educação permanente conceituada como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se

incorpora ao cotidiano das organizações e ao trabalho (BRASIL, 2007), baseada em aprendizagens significativas implica reconhecer e compreender a subjetividade e complexidade, para, a partir disso, agir sobre processos de trabalho e desenvolver ações factíveis.

A palavra complexidade é tomada em seu sentido etimológico latino COMPLEXUS 'aquilo que é tecido em conjunto/junto'. O pensamento complexo, segundo Morin, tem como fundamento formulações surgidas no campo das ciências exatas e naturais, como as teorias da informação e dos sistemas e a cibernética, que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas. 'Ele considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a religação dos seres e dos saberes'.

A concepção complexa do gênero humana comporta a tríade indivíduo-sociedade-espécie [...]. Os indivíduos são mais do que produtos do processo reprodutor da espécie humana [...]. Assim, indivíduo-sociedade-espécie são não apenas inseparáveis, coprodutores um do outro. Cada um destes termos é, ao mesmo tempo, meio e fim dos outros. Não se pode absolutizar nenhum deles e fazer de um só o fim supremo da tríade; está é, em si própria, rotativamente, seu próprio fim [...]. No seio desta tríade complexa, emerge a consciência. (MORIN, 2011, p. 22-23).

Assim, também, o fazer cotidiano relacionado ao trabalho se constitui como espaço permanente de aprendizagem, o que por sua vez, ressignifica-o quando se instituem os processos de educação permanente.

Ainda quanto aos pressupostos teórico e metodológico da educação pensada e estruturada pela ESP/MA tem-se que a teoria adotada assenta-se no currículo pós-crítico, buscando em Edgar Morin, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e outros pós-estruturalistas fundamento para o fazer pedagógico problematizador.

Aqui, a epistemologia interdisciplinar é valorizada em meio ao conjunto das atividades educativas, entendendo a Pedagogia do Cuidar como um caminho assertivo para a produção de uma educação e intervenção em saúde significativa.

8.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA

No contexto atual de mudanças vertiginosas e complexas do mundo contemporâneo, pensar a inovação pedagógica no ensino profissionalizante – técnico e pós-graduação significa, antes de tudo, situá-la como elemento essencial na busca contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, que deve ser entendida como opção política por um projeto educacional plenamente comprometido com a construção de novas formas de existência social.

É preciso, então, que se reflita sobre o ensino, compreendendo-o como um processo histórico que se constrói, inter-relaciona-se e que interage em um contexto socialmente determinado. É o enfoque nesse quadro referencial que garante que não haja um descompasso entre o discurso formal e a prática educativa, no que diz respeito ao compromisso social e à consonância com a dinâmica das exigências da realidade social.

Essas exigências não se restringem apenas ao atendimento específico e limitado do mundo do trabalho pela formação profissional, mas que reportam também, e, sobretudo, à premência da transformação social por meio da formação do cidadão. Diante das inovações pedagógicas que se fazem necessárias para a mudança qualitativa do processo ensino-aprendizagem, é preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. Essa mudança no núcleo central da relação ensino-aprendizagem – do saber pronto para o conhecer em construção – passa necessariamente pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Algumas ações serão prioritárias no que se refere à inovação pedagógica e à formação do profissional cidadão, tais como:

- a. Produção de uma nova lógica de organização curricular que expresse a concepção de currículo como um conjunto das atividades nucleares indispensáveis ao processo de produção, socialização, incorporação e disseminação do saber;
- b. Valorização das questões culturais no trabalho de sistematização e desenvolvimento do currículo, entendendo a saúde em uma trama de saberes que comporta a educação e a diversidade;

- c. Avaliação contínua dos processos curriculares, do currículo vigente, como forma de garantir a consonância dos objetivos da instituição com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- d. Qualificação didático-pedagógica do docente, aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras, quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades do curso;
- e. Resgate da unidade dos cursos pelo fortalecimento de suas instâncias coordenadoras e norteadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;
- f. Integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do discente na realidade concreta, enquanto processo que alia teoria e prática;
- g. Aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do discente na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino; e
- h. discente ser o próprio agente da aprendizagem: aprender a aprender, tornando-se um investigador na busca de novos conhecimentos.

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, devem conduzir o educando a aprender, a fazer, a ser, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à vida em sociedade e à empregabilidade, tais como:

- a. Comportamento humano, problematizador e ético;
- b. Criatividade e inovação;
- c. Aprendizagem continuada;
- d. Inteligência Emocional⁴;

4 A Inteligência Emocional (IE) constitui um construto psicológico recente, e um dos aspectos da inteligência mais discutidos na atualidade. Ela reflete, sobretudo, o estudo das interações entre emoção e inteligência, o que nos permite inferir a complexidade do campo conceitual, bem como as dificuldades metodológicas daí decorrentes (Daniel Goleman, 2016 é o autor que popularizou a IE). A inteligência emocional envolve a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual (MAYER; SALOVEY; CARUSO, 1997).

- e. Desenvolvimento cognitivo;
- f. Aceitação do diverso cultural;
- g. Saber interdisciplinar e policompetente;
- h. Trabalho em equipes multidisciplinares e interdisciplinares;
- i. Domínio de comunicação e expressão;
- j. Domínio de procedimentos básicos no uso de microcomputadores e navegação nas redes da tecnologia da informação;
- k. Produção e socialização do conhecimento.

8.3 MARCOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO EM E NA SAÚDE

Para pontuar os marcos conceituais que influenciaram a concepção do processo ensino-aprendizagem da ESP/MA buscou-se as contribuições de diversos documentos de referência no campo da educação e da saúde e que, de alguma forma, auxilia-nos a traçar o percurso que foi se delineando na interação entre estes dois campos, configurando a educação permanente em saúde como um dispositivo fundamental de promoção da saúde.

As bases teóricas apontadas a seguir são marcos históricos para a saúde coletiva, foram as Conferências Nacionais de Saúde e de Recursos Humanos, o Relatório de Alma Ata de 1978 (BUSS; RAMOS, 2000), a carta de Ottawa (1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde de 1986), e a Legislação de Educação Permanente em Saúde (2004-2007), entre outros.

Em 1980, a Opas com o desenvolvimento de estudo em 23 países e 155 programas, sobre o tema da educação permanente, anteviu algumas dificuldades, entre as quais podemos destacar: dispersão e falta de continuidade das ações propostas pelos programas; baixa cobertura territorial e entre as equipes de saúde; falta de correspondência entre a doutrina educacional enunciada e a realidade concreta dos programas (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Desse contexto, impôs-se à definição de um marco teórico conceitual para propostas de Educação Permanente que valorizassem a dimensão pedagógica do trabalho em saúde. Como decorrência deste processo foi construído um plano pedagógico, com o objetivo de fazer da educação dos trabalhadores de saúde um processo permanente, no qual o trabalho se destacava como eixo do processo

educativo, fonte do conhecimento e objeto de transformação. Trata-se de uma proposta educativa centrada no enfrentamento dos problemas que emergem do trabalho cotidiano nos serviços de saúde.

Na prática educativa em Saúde, se faz necessário estabelecer vínculo com à Defesa da Vida, uma vez que a promoção da saúde envolve informações sobre si, sobre o mundo, sobre a convivência social, sobre as relações sociais; o conhecimento das garantias constitucionais, o conceito de saúde e a construção da saúde nas interações sociais.

Na vertente progressista desenvolve o agir educativo valorizando a experiência vivida de cada indivíduo por meio da aprendizagem participativa, do desenvolvimento da consciência crítica e da compreensão da realidade dos indivíduos, ampliando e rompendo as fronteiras entre educação e saúde.

8.3.1 Pedagogia do Cuidar

A Pedagogia do Cuidar, como fundamento da ESP/MA, nasceu da necessária compreensão sobre os saberes que o profissional enfermeiro deve portar para conduzir o seu trabalho com excelência. Saberes que ultrapassam o âmbito da ciência em pauta, pois lida, de maneira interdisciplinar, com conhecimentos da ciência Pedagogia, estando o/a profissional enfermeiro/a na assistência, na sala de aula etc, implicado/a ao conhecimento e à vivência dele.

A Enfermagem tem o cuidar como objeto de seu estudo, aprofundamento e ação, visando a saúde e bem-estar das pessoas e da comunidade; busca o ato de educar como uma de suas principais práticas, entendendo que o sujeito deve ter o conhecimento como instrumento para a construção de uma saúde integral. Assim é que o ato de educar é, também, cuidar. Algo semelhante ocorre com a ciência Pedagogia, que tem no ato de educar o cuidar, pois, sem conhecimento, as pessoas não alcançariam a condição de cidadãos, favorecendo possibilidades de intervenção e transformação das realidades. Observamos que as ciências Enfermagem (cuidar) e Pedagogia (educação) partilham de iguais objetos de saber, em meio aos seus desdobramentos teóricos e práticos, pois o cuidar e o educar revelam-se como processos comuns em suas rotinas e propósitos, devendo ser a pedagogia do cuidar um ato intencional, traduzido por uma metodologia problematizadora e

interdisciplinar, onde o profissional da saúde precisará fundamentar-se em uma formação, inicial e continuada, que valoriza os processos educativos, além dos conhecimentos específicos da área de Enfermagem. (BARROS & SÁ-SILVA, 2020, p.60)

Contudo, não é apenas a Enfermagem, a ciência da saúde, responsável pelo cuidar, mas todas as outras ciências da área conduzem-se pela pesquisa em torno do mesmo objeto, produzindo saberes e ações em favor da promoção e manutenção da saúde comunitária.

O cuidar exige uma técnica que vai mais longe do que estruturar e executar um plano de assistência, evoca mudanças de comportamento e atitudes, promovidas pela compreensão de todo o complexo processo de saúde e educação. Nesse sentido, tem-se na abordagem embasamento para pensar os processos de Educação em Saúde na ESP/MA.

Para tal, uma ciência específica, a pedagógica, precisa fundamentar o ato metodológico e político de quem educa, assegurando ao sujeito aprendente saberes que o qualifiquem a sua condição cidadã e transformadora, pois sem ter o conhecimento como instrumento de poder, o homem entenderia apenas a específica relação saúde-doença-cura, sem analisar todas as dimensões da sua vida pessoal e em comunidade, objetivando o equilíbrio fundamental para sua existência significativa no mundo, relacionando-se com o meio. (BARROS & SÁ-SILVA, 2020, p.64)

Posto isso, enquanto escola e responsabilidade social, não podemos pensar uma construção educativa apartados dos pressupostos críticos e emancipadores da Pedagogia do Cuidar, visto que ela vem fundamentar, na vanguarda da discussão, os itinerários formativos da instituição.

A Pedagogia do Cuidar, em nosso viés pós-estruturalista, guarda a complexidade contemporânea da problematização, buscando entender e intervir sobre os discursos (abstratos ou materializados) no conjunto da cultura e da sociedade, que historicamente vem nos impondo ideologias e ritos, que também segregam minorias sociais.

A Pedagogia do Cuidar quer interpretar, entender, problematizar e encontrar caminhos, onde todos (população) possam ter voz, uma vez que o silêncio, embora guarde um conjunto de saberes, possa ser minimizado.

9.0 METODOLOGIA ATIVA

Surge como uma estratégia de ensino no Brasil, a partir da reforma da educação brasileira nos anos de 1990. A reforma trouxe novidades para a Educação Básica, que, posteriormente, alcançaram, como realidade, o Ensino Superior, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Divisão curricular por eixos, temas de relevância social, interdisciplinaridade, habilidades e competências, inteligências múltiplas etc. foram práticas instituídas e vivenciadas pelo currículo Pós-crítico. Já não havia mais espaço para o cartesianismo.

O desafio era grande, girava em torno de uma escola tradicional, que precisava trabalhar os conteúdos historicamente acumulados, cumprindo a sua responsabilidade social, através de uma estratégia, agora, de ensino renovado, o que remetia o grupo docente à necessária formação inicial e continuada significativa, sendo capaz de responder ao movimento contemporâneo.

Assim é que o lúdico chegou às salas de aula e, por meio de situações-problema (problematização), as temáticas curriculares passaram a ser abordadas, respeitando a organização, em planejamento, dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

A brincadeira não foi prospectada apenas para que a criatividade modificasse a ritualística da sala de aula tradicional, mas para que o múltiplo sociocultural, coexistente na escola, pudesse contribuir na configuração e aprofundamento de saberes, tornando a aprendizagem mais significativa para todos os envolvidos.

As respostas já não mais eram dadas pelo/a docente, mas pelo/a discente. O erro passou a ser construtivo e a maturidade intelectual valorizada, entendendo-se as particularidades de cada sujeito da aprendizagem.

Nunca se havia falado tanto no Brasil sobre Piaget, Vigotsky, Ausebel, Cool Salvador, Hernández, Morin etc., pois embasaram a reforma educacional brasileira. Assim é que o modelo vigente brasileiro de educação formal tem base nas escolas europeias (Espanha e França).

É nesse panorama que a metodologia ativa é fundada na ESP/MA, com o ideal de ativação das inteligências diversas, tendo como elemento norteador as competências da formação.

A problematização, gênese da metodologia ativa, constitui-se em sua característica singular, podendo ser feita no início da aula e/ou através de jogos, seminários, provas, casos clínicos, estudos de caso etc. A ideia é entender o objeto de saber a partir de uma rede complexa de informações, que possibilite a integração entre o teórico e o prático.

Nesse sentido, perguntar sobre o objeto é também informar-se sobre ele, rompendo-se com a estrutura simples de perguntas que giram em torno do nomear, definir, classificar, listar e exemplificar, uma vez que a relação objeto de conhecimento e realidade é muito maior do que isso, sendo indispensável na jornada de significado e significação do conhecimento. O saber é instrumento de poder e condição cidadã importante para o cenário pessoal e produtivo brasileiro.

Entretanto, cabe destacar que a perspectiva conceitual do saber é importante. A crítica feita à escola tradicional tem lógica na compreensão que o ensino deve ser mais criativo e significativo, alcançando outras dimensões, como a procedimental e a atitudinal.

A experiência com o conhecimento deve ser vivenciada dentro e fora da sala de aula. Assim o/a discente construirá um conhecimento aplicável em diversas situações cotidianas. O saber tem que ter aplicação e sentido, não sendo apenas objeto de aula e de prova.

A problematização permitirá lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e construir (Taxonomia de Bloom) a partir do objeto de conhecimento, fundamentando um trabalho avaliativo que não é apenas conceitual, mas procedimental e atitudinal.

A problematização/o questionamento precisa ser intencional, destacando o “estado da arte” do conhecimento em trabalho, se conceitual, se procedimental, se atitudinal.

Ao tratar o conceito, busca-se os conteúdos acumulados pela humanidade e ciência. Ao tratar o procedimento, busca-se o fazer (teoria+prática). Ao verificar a atitude, busca-se a competência e a consagração da *práxis* (teoria+prática+teoria).

Mas como estruturar uma problematização? Alguns passos são fundamentais:

- a. Definição do objeto;
- b. Articulação do objeto, contextualmente, a diversos saberes, que estão organizados em disciplinas, pois é preciso que o/a leitor/a perceba a profundidade da discussão, além de sua aplicação. Nesse quesito a exemplificação é válida;
- c. Enriquecimento da discussão através da flexibilização, ou seja, conteúdos de relevância social/temas sensíveis são incorporados à narrativa/dissertação. Como: drogas, desemprego, fome, feminicídio, gênero e sexualidade, meio ambiente, trabalho e consumo etc.
- d. A problematização também poderá ser feita através de gravuras, gráficos, tabelas, mapas, gibis, matérias de jornais e revistas, filme etc.

São algumas das características da Metodologia Ativa:

- a. Discussão permanente sobre questões de relevância social;
- b. procuram desenvolver no educando a capacidade de análise crítica dos objetos curriculares propostos, argumentação sólida e produção do conhecimento e socialização, a partir da problematização.
- c. Aprofundamento dos saberes curriculares a partir do estudo individual e grupal;
- d. Socialização do conhecimento e validação dos saberes;
- e. Criatividade e inovação;
- f. Aceitação da diversidade intelectual;
- g. Trabalho por competência, a partir de critérios previamente estabelecidos;
- h. Desenvolvimento de padrões novos de gestão, inclusive do conhecimento;
- i. Fomento à autonomia intelectual em oposição à heteronomia;
- j. Ênfase em todo processo ensino-aprendizagem e em suas peculiaridades;
- k. Acesso a recursos tecnológicos em cada área de atuação;

- l. Valorização do saber prévio;
- m. Aprendizagem significativa;
- n. Criação de um espaço aberto à reflexão;
- o. Usufruto de cidadania;
- p. Desenvolvimento de uma educação integral que leva em conta a multidimensionalidade do ser humano, trabalhando a relação entre suas necessidades e aspirações e o seu envolvimento na sociedade;
- q. Fomento ao estabelecimento de um processo em que o sujeito é autor de sua existência e de sua história individual e social;
- r. Busca de múltiplos referenciais;
- s. Valorização do ensino, da pesquisa e da extensão.

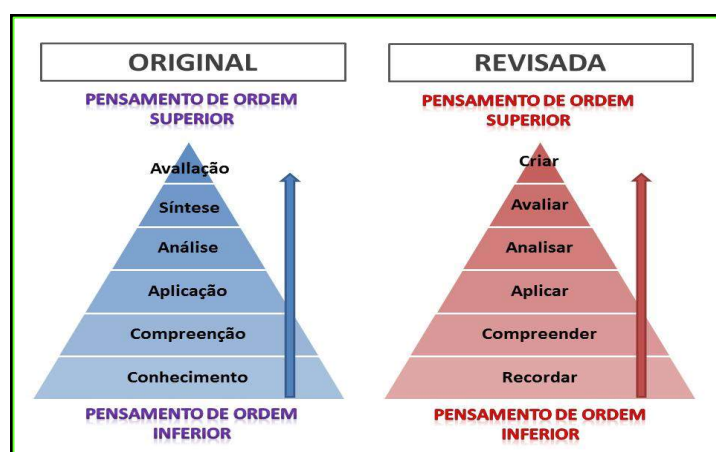
Posto isso, são pressupostos da ação pedagógica:

- a. Planejar considerando a filosofia e a política institucional;
- b. Planejar a partir do currículo do Curso e de suas demandas de formação, com atenção às competências;
- c. Planejar ações de ensino e aprendizagem a partir da relação teoria e realidade, pois o conhecimento deve ser aplicável;
- d. Empregar linguagem acolhedora, técnica, científica e que permita a aceitação do diverso social e cultural, com suas representações, sendo adequada à compreensão do discente;
- e. Garantir que a estrutura curricular seja intelectualmente e materialmente exequíveis, dando conta das demandas do mundo do trabalho;
- f. Fomentar a aprendizagem, por meio da ação formativa, reconhecendo que os discentes podem aprender uns com os outros;
- g. Fazer uso da interdisciplinaridade e transversalidade;
- h. Cada aula deve partir de objetivos explícitos, com metodologia ativa evidente e avaliação consolidada a partir de critérios;
- i. Fomentar a autonomia intelectual e a produção e socialização do conhecimento.

9.1 TAXONOMIA DE BLOOM

A ESP/MA definiu para si o referencial Pós-estruturalista, entendendo a estruturação do planejamento pedagógico a partir da Taxonomia de Bloom, visto a sua significativa disposição didática para sistematizações dessa ordem, sem, no entanto, compreendê-la como uma verdade inquestionável, mas como recurso de importante valor, especialmente para os profissionais que transitam pelo cenário da educação e que possuem pouca ou nenhuma qualificação pedagógica.

A Taxonomia de Bloom é também conhecida como a Taxonomia dos Objetivos Educacionais. Foi desenvolvida por Benjamim Bloom e um grupo de especialistas membros da Associação Americana de Psicologia, e publicada em 1956. (Kratwohl, 2002)



https://www.google.com/search?q=taxonomia+de+bloom&tbm=isch&ved=2ahUKEwituIm8zPPqAhWcDrkGHdwIDf8Q2-cCegQIABAA&oeq=taxonomia+de+bloom&gs_lcp=CgNpbWcQARgBMgQIABAEgYIABAKEBg6BAGAEEM6AggAOgQIlxAnOgUIABCxA1Ck2fMBWJyD9AFgzKl0AWgAcAB4AIABqgOIAeYokgEIMi0xMS41LjKYAQCgAQGqAQtn3Mtd2l6LWltZ8ABAQ&scient=img&ei=3gMiX61RnJ3k5Q_ckbT4Dw&bih=657&biw=1366#imgrc=3PDvliyiqbK3dM

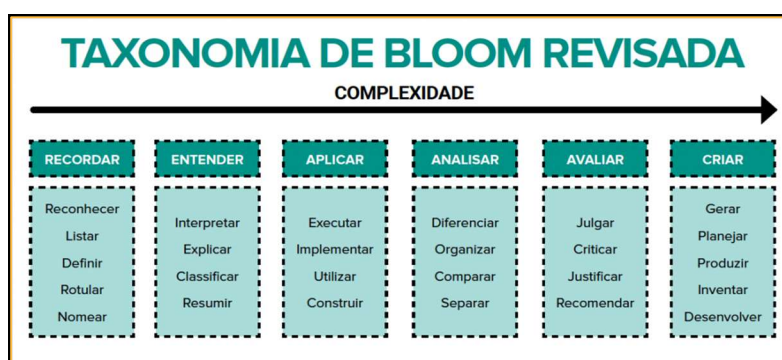
A Taxonomia de Bloom classifica em níveis os objetivos de aprendizagem. É preciso que o aluno adquira habilidades e competências em um nível para que esteja apto a compreender o seguinte, portanto as etapas são evolutivas.

Assim, compreende-se que:

1. Nível - Lembrar/recordar: Reconhecer e reproduzir ideias e conteúdos. Reconhecer requer distinguir e selecionar uma determinada informação. Reproduzir ou recordar está mais relacionado à busca por uma informação relevante memorizada.
2. Nível - Entender/compreender: Estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido. A informação é entendida quando o aprendiz consegue reproduzi-la com suas “próprias palavras”.
3. Nível - Aplicar: Executar ou usar um procedimento numa situação específica e pode também abordar a aplicação de um conhecimento numa situação nova.
4. Nível - Analisar: Dividir a informação em partes relevantes e irrelevantes, importantes e menos importantes, e entender a inter-relação existente entre as partes.
5. Nível - Avaliar: Realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia.
6. Nível - Criar: Colocar elementos junto com o objetivo de criar uma nova visão, uma nova solução, estrutura ou modelo, utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos. Envolve o desenvolvimento de ideias novas e originais, produtos e métodos por meio da percepção da interdisciplinaridade e da interdependência de conceitos.

Conforme Ferraz e Belhot (2010), a definição clara e estruturada dos objetivos instrucionais direcionará o processo de ensino para a escolha adequada de estratégias, métodos, delimitação do conteúdo específico, recursos, instrumentos de avaliação, referências bibliográficas e, conseqüentemente, fomentará uma aprendizagem significativa. Os objetivos são uma síntese das competências da formação, ou seja, um caminho pedagógico e instrucional sistematizado.

Posto isto, ressalta-se que os alunos devem ter consciência das expectativas em relação ao seu aprendizado, para que saibam o quanto precisam se desenvolver para alcançarem os objetivos de aprendizagem esperado. Alunos conscientes podem autorregular seu conhecimento por meio de alternativas estratégicas.



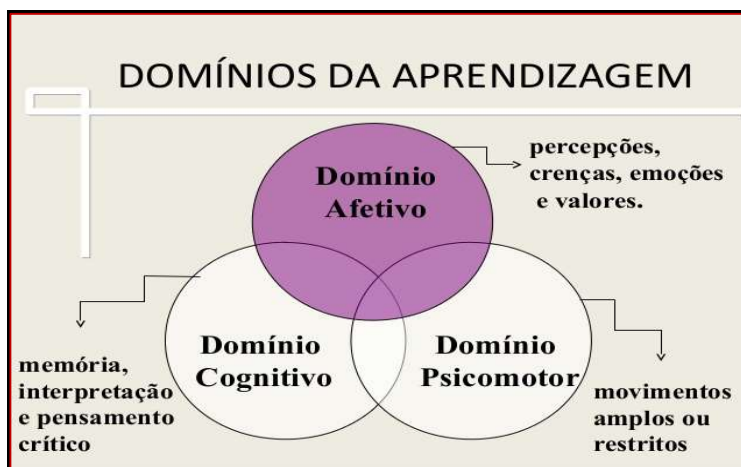
https://www.google.com/search?q=taxonomia+de+bloom+verbos&sxsrf=ALeKk03ZX3tmxQSVsY39jXXw8OBydKYYnA:1596222005704&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi-vletlvjqAhUflrkGHZAgBmMQ_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=657#imgrc=pp4tltR4BPRaMM

Então, antes que você possa *entender/compreender* o conceito, precisa *lembrar/relembrar* dele. Para *aplicar* um conceito, deve primeiro *entendê-lo/compreendê-lo*. Para *avaliar* um conceito, deve primeiro *analisá-lo*. Para *criar* uma conclusão, precisa primeiro fazer uma *avaliação* completa.

São características da Taxonomia de Bloom:

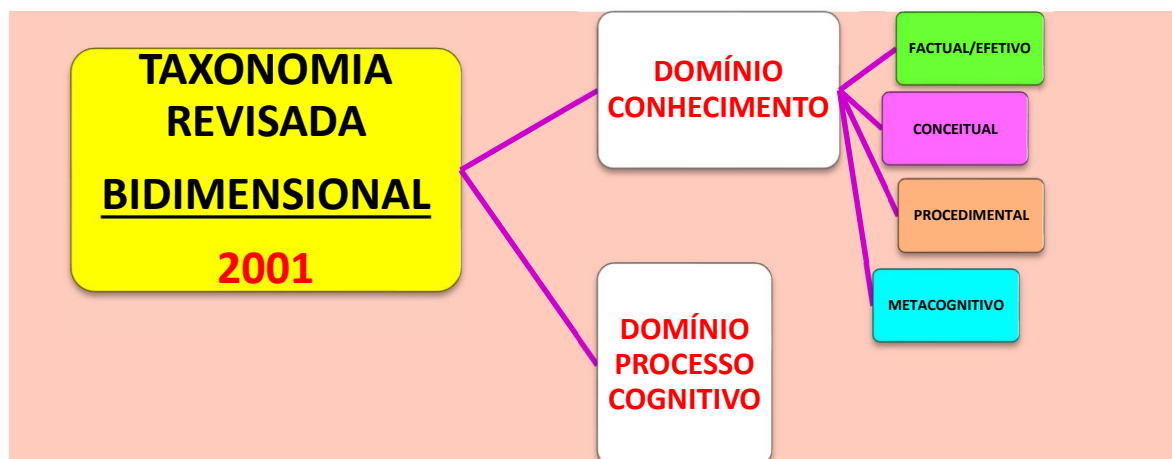
- a. Definição dos objetivos da aprendizagem;
- b. Respeito à hierarquia dos objetivos educacionais;
- c. Foco na aquisição de competências, estabelecendo critérios avaliativos claros;
- d. Fundamento para a Metodologia Ativa;
- e. Utilização em espaços pedagógicos presenciais e virtuais;
- f. Norteadora para o trabalho com o ensino, a pesquisa e a extensão.

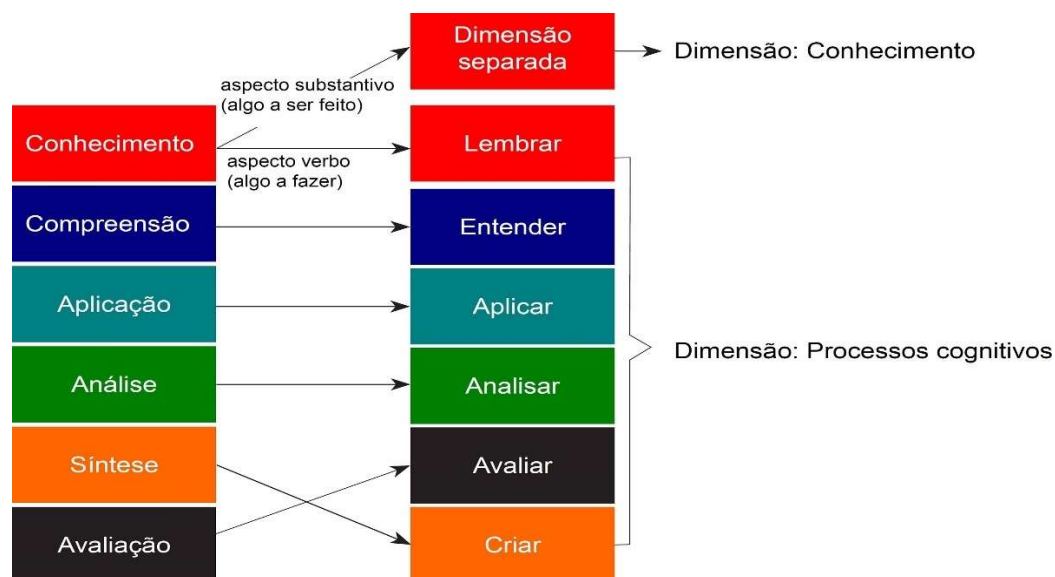
A Taxonomia de Bloom divide-se em três categorias de aplicação, cognitiva, afetiva e Psicomotora. Aqui estamos tratando apenas da categoria cognitiva para efeito de trabalho na ESP/MA, considerando os instrumentos de planejamento e avaliação que decorrem dela.



https://www.google.com/search?q=taxonomia+de+bloom+cognitivo+afetivo+e+psicomotor&tbm=isch&ved=2ahUKEwjL1pbrpPPqAhWeMLkGHWOWAPMQ2-cCegQIABAA&oq=taxonomia+de+bloom+cognitivo+afetivo+e+psicomotor&gs_lcp=CgNpbWcQAzoECAAQQzoFCAAQsQM6AggAOgcIlxDqAhAnOgQlIxAnOggIABCxAXCDAToECAAQHjoGCAAQCBAeUJrE11iN5iRgluwkaAFwAHgEgAHeAogBkGeSAQYyLTQ5LjWYAQCgAQGqAQtn3Mtd2I6LWltZ7ABCsABAQ&scIent=img&ei=T9ohX4vzFp7h5OUP4-CCmA8&bih=657&biw=1366#imgrc=k8kccelo16OwcM&imgdii=Z3w3ptMp7bpvSM

Os quadros abaixo articulam a categoria cognitiva (lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar) ao domínio do conhecimento (factual/efetivo, conceitual, procedimental e metacognitivo).



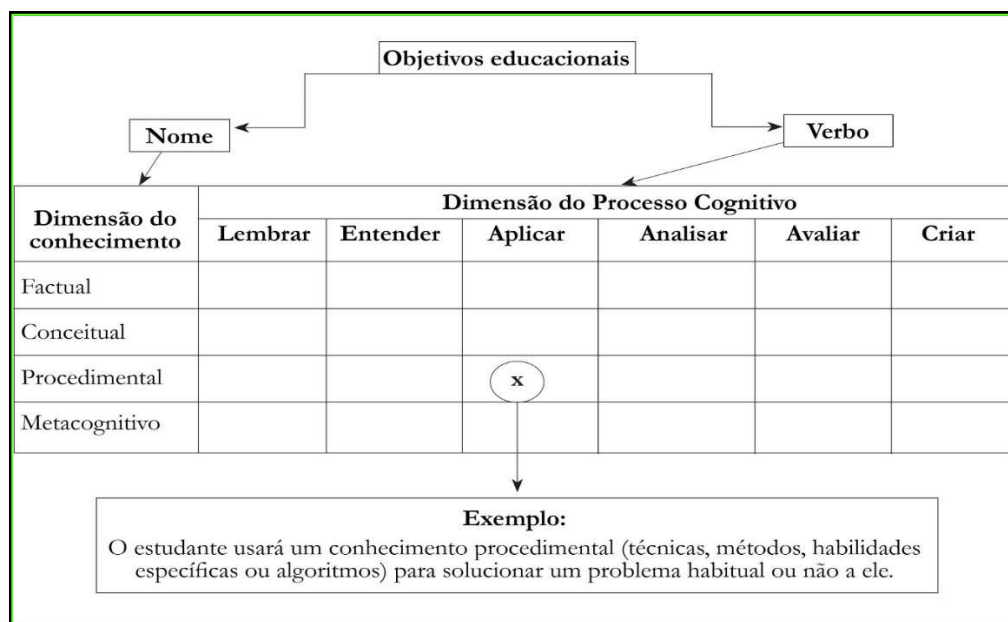


https://www.google.com/search?q=taxonomia+revisada&tbm=isch&ved=2ahUKEwinisnvy_fqAhU_NLkGHT1KD-YQ2-cCegQIABAA&oq=taxonomia+revisada&gs_lcp=CgNpbWcQAZiCCAAyBggAEAgQHjIGCAAQCBAeOgQIABAEogcIxDqAhAnOgQIIXAnOgUIABCxAzoICAAQsQMqgwE6BAGAEEM6BggAEAUQHIDApCVY9dglYmBgJWgBcAB4BIAB3wGIAZcgkgEGMC4yMS4ymAEAoAEBqgELZ3dzLXdpei1pbWewAqRAAQE&sclient=img&ei=HBwkX6eMIL_o5OUPvZS9sA4&bih=657&biw=1366#imgrc=ppPUclL2jEDJM

Abaixo segue a conceituação de cada um dos domínios de conhecimento:

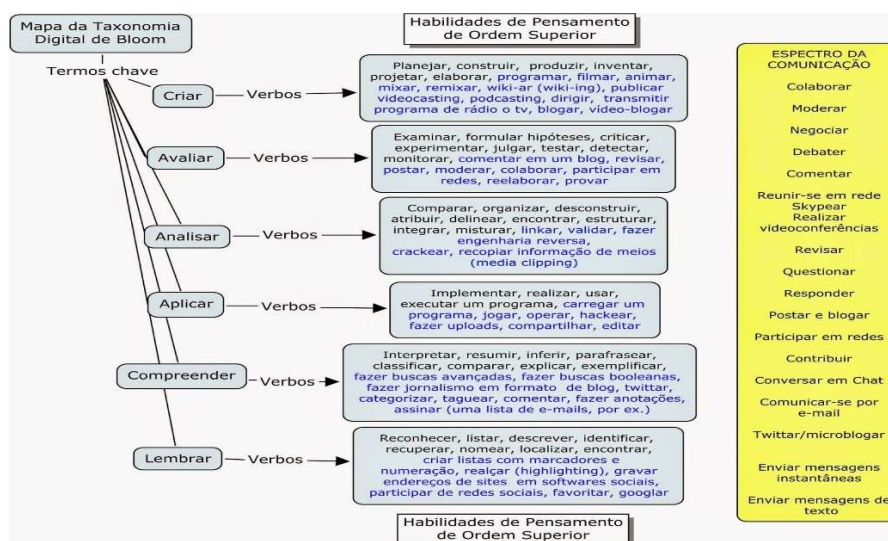
- a. Conteúdo factual: conteúdo "básico" que o discente deve dominar para realizar e resolver problemas. Material de aprendizagem composto por dados, fatos, terminologia, acontecimentos, ocorrências, experiências, entre outros.
- b. Conteúdo conceitual: inter-relação dos elementos "básicos" em um contexto mais elaborado. Material de aprendizagem composto por definições, classificações, conceitos, teorias, regras, princípios, explicações, entre outros.
- c. Conteúdo procedimental: realizar alguma coisa utilizando métodos, critérios, algoritmos, técnicas, entre outros. O conhecimento abstrato começa a ser estimulado, mas ainda de forma única - não interdisciplinar. Material de aprendizagem composto por atividades, situações, ferramentas e recursos práticos.
- d. Conteúdo metacognitivo: reconhecimento da cognição em geral, da consciência e da amplitude do conhecimento adquirido. Este é

relacionado a interdisciplinaridade. Material de aprendizagem composto por informações que estimulem o raciocínio, a crítica, a descoberta, a solução de problemas e a tomada de decisão. Estratégico.



[https://www.google.com/search?q=dimens%C3%A3o+conhecimento+\(conte%C3%BAdo\)+e+de+processos+cognitivos&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiVnLrK2PDqAhWUH7KGHeNUdV4Q_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=657#imgrc=x6G3rw8WdWsLcM](https://www.google.com/search?q=dimens%C3%A3o+conhecimento+(conte%C3%BAdo)+e+de+processos+cognitivos&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiVnLrK2PDqAhWUH7KGHeNUdV4Q_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=657#imgrc=x6G3rw8WdWsLcM)

Segue quadro que apresenta o trabalho com a Taxonomia de Bloom em espaço virtual de aprendizagem, com devidas sugestões de verbos, contemplando a categoria cognitiva da aprendizagem e seus respectivos domínios.



https://www.google.com/search?q=taxonomia+digital+de+bloom&tbm=isch&ved=2ahUKEwja9aqR7vfgAhUtlkGHa1cC3gQ2-cCegQIABAA&og=taxonomia+digital+de+bloom&gs_lcp=CgNpbWcQAZlCCAAyBggAEAgQHjIGCAAQCBAeMgQIABAEgQIABAEgYIABAFEB4yBggAEAgQHjIGCAAQCBAeOgUIABCxAzoHCAAQsQMqQzoECAAQZoHCCMQ6glQJzoECCMQJzoiCAAQsQMqQwE6BggAEAcQHjoiCAAQCBAHEB46CAGAEAcQBRAeUMfKD1jo8hBgovgQaAFWAHGEgAH8A4gBuFOSAQsYLTEyLjEwLjYuM5gBAKABAaoBC2d3cy13aXotaW1nsAEKwAEB&sclient=img&ei=CkAkX9rICK3A5OUPrbmtwAc&bih=657&biw=1366#imgrc=uzVMKjr0cUi9oM

10.0 CONCEPÇÃO CURRICULAR

O currículo da ESP/MA, entendido como itinerário de formação do discente, visa desenvolver a consciência sobre a dimensão educativa da ação em saúde. A proposta pedagógica da ESP/MA se alicerça no **currículo integrado**, seja através de disciplinas, unidades temáticas ou módulos que possam dialogar entre si. A organização curricular modular envolve um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores contextualizados por eixos temáticos e sustentados por um perfil profissional identificado com a complexidade do nosso tempo.

Os cursos de especialização, aperfeiçoamento e os cursos técnicos elaborados de acordo com a concepção modular contemplarão em sua organização um currículo flexível em blocos de aprendizagem, que podem ser combinados uns aos outros, de diversas maneiras, sendo os discentes orientados pelos docentes para administrarem, progressivamente, seu próprio aprendizado.

Os módulos favorecem a interdisciplinaridade e têm compromisso efetivo com a integração entre teoria e prática, ensino e serviço. Para tanto, será necessário problematizar o cotidiano do trabalho, de forma crítica e reflexiva, permitindo a compreensão relacional e interativa entre profissionais, discentes, comunidade e rede de serviços.

O módulo tem organicidade própria e em relação ao todo do curso, abrangendo área temática ou competências específicas, ao mesmo tempo em que se articula e se integra ao todo. Os módulos que podem estar presentes em cada curso são:

- a. Módulos comuns e ou introdutórios, que trazem à tona a história, a atenção e a gestão do Sistema Único de Saúde, e referências conceituais, tais como, ética, educação em e na saúde, vigilância em saúde, entre outros;
- b. Módulos específicos, que tratam do tema principal do curso;

- c. Módulo de Educação Permanente e Pesquisa em Saúde, que trata da dimensão educativa da ação na saúde; Metodologia de Pesquisa; Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os dispositivos de integração teórico-práticos ocorrem através de seminários integradores, que serão acompanhados pelo responsável do módulo e ou docente de atividade acadêmica, construídos em diálogo com os docentes de cada unidade temática e docente convidados.

O objetivo dos seminários integradores é articular os diferentes conhecimentos propostos nos cursos com os problemas da prática dos serviços visando à produção de conhecimento que está se desenvolvendo.

Os módulos poderão trabalhar uma ou mais competência, desdobrada sob forma de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. O currículo integrado implica uma prática social que leva em conta o encadeamento de atividades de aprendizagem, que surgem das situações do trabalho. A partir da reflexão, deverão ser buscadas novas formas de ação, de busca ativa e de transformação das práticas existentes. Dentro dessa perspectiva:

- a. O trabalho é visto como um princípio educativo, uma condição para que o homem se construa a si mesmo na relação com os demais;
- b. Os princípios e diretrizes do SUS norteiam toda a formação profissional em saúde;
- c. As questões de relevância social e diversidade cultural permearão e enriquecerão o fundamento e desdobramento curricular;
- d. A educação na ESP/MA abrange a formação inicial, permanente e continuada de trabalhadores da área da saúde;
- e. A certificação contemplará diversas possibilidades, de acordo com o itinerário percorrido pelo discente, podendo ser parcial ou total, respeitando a forma de ingresso e os requisitos de cada curso;
- f. A elaboração do currículo, em disciplinas ou em módulos, deve contemplar três marcos: **o conceitual, o instrumental e o metodológico.**

A configuração curricular nas modalidades de Educação a Distância (EAD) contará com uma Rede Virtual de Aprendizagem como espaço de encontro virtual para colaborar na produção e socialização de conhecimentos coletivos, na perspectiva da mudança das práticas em saúde e intersetoriais, por meio de recursos, metodologias e tecnologias de aprendizagem, tais como portfólios; fóruns de discussão; biblioteca de arquivos; agenda de eventos e outros.

10.1 CONCEITO

O que é currículo? É uma construção histórica, cultural, científica, técnica, filosófica, política, crítica, etc, que tem intencionalidades formativas e legais, prospectando um tipo de homem e de sociedade para cada tempo.

Na história da educação brasileira, o currículo foi dividido em: a-crítico, crítico e pós-crítico. A ESP/MA opta pelo currículo Pós-crítico como fundamento para o desenvolvimento de suas práticas.

O currículo a-crítico trata sobre os conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, no formato de ciência, dando conta dos interesses hegemônicos.

O currículo crítico é dos saberes das metanarrativas, discutindo o capital, o trabalho, as relações de poder, as ideologias etc. como instrumento de poder, em favor da transformação social.

O currículo pós-crítico compartilha da filosofia da diferença, tem atenção às linguagens. As questões de relevância social, como os estudos culturais, são extremamente valorizadas. Funda-se no pós-estruturalismo, na teoria *queer*, nos estudos feministas e de gênero, nos estudos pós-colonialistas, étnicos, ecológicos etc. Ele é substituição, ruptura e mudança, abertura, transgressão, subversão e multiplicação de sentidos.

O currículo pós-crítico opõe-se aos saberes eurocêntricos e cartesianos, quando analisados como únicos e verdadeiros, silenciando a multiplicidade de linguagens históricas e culturais. Identifica-se com o pós-modernismo. A pós-modernidade é a desconfiança, a recusa na crença do sujeito emancipado através de uma progressiva razão.

O ideário pós-moderno tem como características:

- a. o abandono das metanarrativas;
- b. a descrença em uma consciência unitária, homogênea, centrada;
- c. a negação da ideia de utopia;
- d. a valorização da linguagem e da subjetividade;
- e. a compreensão de que todo discurso está atravessado de poder;
- f. a celebração da diferença.

10.2 RELEVÂNCIA SOCIAL

O currículo pós-crítico valoriza as questões de relevância social, transversalizando e interdisciplinarizando temáticas contemporâneas com os conteúdos, as disciplinas, as unidades temáticas, os eixos ou blocos curriculares, pois as discursões e práticas vão além do que é previsto pelas Bases Normativas oficiais. A discursão precisa ganhar pertinência na ação cotidiana e profissional dos sujeitos da aprendizagem. A perspectiva é política/transformadora.

A referida ação pedagógica requer planejamento, sistematização do percurso educativo, exigindo paradas do/a docente para estudo, formulação, discursão, aplicação e avaliação.

O conhecimento como instrumento de poder perpassa pelos locais de fala e por suas construções históricas e sociais.

São temas de relevância social:

- a. Trabalho e consumo;
- b. Droga;
- c. Pobreza;
- d. Fome;
- e. Guerra;
- f. Lutas minoritárias;
- g. Covid-19;
- h. Desemprego;
- i. Gênero e sexualidade;
- j. Meio ambiente e sustentabilidade...

As questões de relevância social são avaliadas, assim como os conteúdos previstos pelo currículo tradicional, através de vários instrumentos, permanecendo as naturezas avaliativas da ESP/MA – diagnóstica, processual/formativa, somativa e emancipadora.

10.3 INCLUSÃO DA DIVERSIDADE

O Brasil é um país marcado historicamente pelo diverso de raça, étnico, religioso etc, demandando claramente da escola um olhar múltiplo.

Assim é que o olhar múltiplo que a ESP/MA assume é pós-estruturalista, marcando o rompimento e desconstrução com a e da heteronormatividade, compreendendo que não há um padrão clássico a ser seguido, mas a aceitação do presente diverso, que, na contemporaneidade, de certo modo, ainda agride os imaginários mais conservadores, com seus jeitos e formas “mutantes”.

Historicamente, a escola/academia tem se movido pela tradição do homem branco, europeu, heterossexual, cristão e de classe média, renegando os que estão fora da norma ao mundo do estranho/diferente/menor.

Talvez, em favor da ruptura com o modelo clássico e mesmo pelas peculiaridades da sociedade hodierna, globalizada e neoliberal, bem como a maior e melhor organização dos grupos minoritários, surge o sistema de cotas, visando diminuir os hiatos sociais. Contudo, sozinhas, as políticas afirmativas não dão conta do ranço cultural, uma vez que aprendemos a excluir todos e tudo que não se aproxima a regra.

Criamos um biologismo para justificar os nossos preconceitos, basta, a exemplo, analisarmos e avaliarmos os discursos em torno da temática gênero e sexualidade.

A postura de rompimento com o paradigma cartesiano centenário exige da escola uma sistemática curricular e metodológica que expresse a necessidade da releitura sobre os modelos conservadores, pois a sociedade globalizada e cosmopolita apresenta um híbrido relacional que não pode sugerir o silêncio de nenhuma das partes envolvidas.

A responsabilidade social de uma instituição educativa assegura o compromisso com a diversidade, pois é ela o coletivo comunitário que necessita de saberes para o enfrentamento da vida em toda a sua complexidade.

É com este olhar que, certamente, surgem as disciplinas *Etno* (diz respeito a um povo ou etnia. É uma categoria de pessoas que se identificam, geralmente pela genealogia ou ancestralidade.), como: etno-matemática, etno-história, etno-botânica, etno-ciência etc., assegurando lugares de fala, bem como contribuições centenárias para a constituição do que hoje somos.

Nesse sentido, a ESP/MA prospecta a inclusão em seu currículo, além do desenvolvimento de práticas escolares/acadêmicas que fortaleçam os laços de pertencimento do conjunto de identidades partícipes do seu processo de formação.

10.4 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O espaço formador que pretende contribuir de maneira significativa ao desenvolvimento científico e tecnológico da sua região e nação pressupõe um desdobramento curricular que não apenas valoriza o ensino, mas a pesquisa e a extensão.

Desse modo, para nortear a ação da ESP/MA na busca e na consolidação de uma educação de qualidade, bem como transformadora, serão adotadas as seguintes diretrizes de ensino:

- a. adoção plena do conceito de educação permanente, do conceito ampliado de saúde e do conceito de saúde coletiva;
- b. concepção de espaço de aprendizagem que contemple espaços de reflexão e de prática e integração entre ensino, serviço e pesquisa;
- c. relação dialógica entre os atores da aprendizagem;
- d. construção coletiva de conhecimento como base de transformação social;
- e. avaliação como processo formativo e somativo;
- f. docentes e discentes mediatizados pela realidade que apreendem;
- g. qualificação e consolidação do atendimento ao usuário do SUS e das condições do próprio trabalho em saúde;

- h. registros fidedignos das atividades realizadas arquivadas nos setores competentes;
- i. construção de redes que contemplem a finalidade e a missão da ESP/MA;
- j. dimensão educativa contemplada em todos os projetos de cursos;
- k. criação e desenvolvimento de cursos descentralizados;
- l. atendimento às políticas de inclusão social e diversidade cultural.

Serão adotadas as seguintes diretrizes de pesquisa:

- A. aderência às linhas de pesquisa da ESP/MA;
- B. atendimento das exigências normativas do comitê de ética em pesquisa;
- C. promoção de atividades interdisciplinares na área da saúde e sua interface com outras políticas setoriais;
- D. estímulo à realização de projetos de pesquisas nos espaços de atuação dos alunos para subsidiar os trabalhos de conclusão de curso;
- E. priorização dos temas dos trabalhos de conclusão de curso aplicados às necessidades detectadas nos espaços de atuação profissional;
- F. promoção do desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento e a qualificação dos recursos humanos na saúde;
- G. liderança dos projetos de pesquisa por colaboradores da ESP/MA com título de mestre e doutor;
- H. articulação com as diretrizes do departamento de recursos humanos da secretaria de estado da saúde do maranhão para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa;
- I. articulação com as diretrizes de pesquisa da FAPEMA, CAPES e CNPQ, para a aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- J. utilização das possibilidades de recursos públicos e ou privados existentes para subsidiar os projetos de pesquisa;
- K. estímulo e promoção da publicação dos trabalhos de conclusão em publicações científicas e próprias, dando visibilidade aos trabalhos que apresentem qualidade compatível com as exigências científicas.

Linhas de pesquisa

Baseado no Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: **Ensino, Gestão, Atenção, Participação e Controle Social**, segundo Ceccim e Feuerwerker (2004). Tal opção conceitual deve-se ao entendimento de que a investigação científica na área da saúde deve contemplar os desafios da mudança do modelo de atenção à saúde, a necessária produção do conhecimento no campo da gestão do sistema de saúde, de forma indissociável da educação permanente dos trabalhadores e do fortalecimento das instâncias de participação social no SUS. Ficam assim, definidas as linhas de pesquisa da ESP/MA:

- a. Atenção em Saúde - refere-se a estudos que envolvam as práticas de atenção à saúde, voltadas aos indivíduos e coletividades em todos os níveis de atenção, suas interfaces interdisciplinares e intersetoriais, a partir do enfoque da saúde coletiva. Esta linha abriga os estudos que surgem da problematização da prática cotidiana nos serviços de saúde, da implantação e fortalecimento das políticas públicas, com base na integralidade da atenção à saúde. Faz parte também desta linha, a pesquisa clínica, a qual se refere a estudos de intervenção com métodos de abordagem quantitativa que propõe inovações (seja de tratamento ou procedimento) aos serviços de saúde;
- b. Gestão em Saúde - refere-se a estudos que abordam o processo de planejamento, organização e avaliação do sistema de saúde em todos os níveis e do gerenciamento dos serviços de saúde. Pressupõe a realização de pesquisas a partir do reconhecimento do território como espaço de produção de saúde;
- c. Educação Permanente em Saúde - esta linha é relativa aos estudos da educação e da saúde contextualizados nos cenários de trabalho. Refere-se às investigações sobre os processos de formação empreendidos no sistema de saúde, com base filosófica no princípio pedagógico do trabalho e, operacionalmente, nas políticas provenientes dos setores da

saúde e da educação para a formação/qualificação dos trabalhadores de saúde;

- d. Participação e Controle social - compõem esta linha de pesquisa os estudos referentes aos desafios enfrentados para o fortalecimento da participação da sociedade no sistema de saúde. Esta linha sustenta-se na compreensão de que o conhecimento produzido a partir dos processos participativos empreendidos em todos os níveis do sistema de saúde pode contribuir para o aumento da capacidade de intervenção dos cidadãos, de forma individual ou coletiva, na formulação, execução e avaliação das políticas de saúde.

Serão adotadas as seguintes diretrizes de extensão:

- a. priorização das políticas públicas na área da saúde;
- b. atendimento das demandas sociais com foco em determinados grupos de interesse sanitário e com vulnerabilidades;
- c. articulação e subsidio de atividades de extensão de iniciativa de diferentes instituições e grupos;
- d. priorização de liderança aos profissionais que têm conhecimento das práticas em saúde e sobre o sus na sua área de atuação, articulado com a interdisciplinaridade e intersetorialidade, para atuar nas atividades dos cursos de extensão;
- e. priorização de locais de atendimento e ou operacionalização das atividades que oferecem interface com o sus, como serviços de saúde, instituições de ensino, ministério público, judiciário, organizações não governamentais (ONGS);
- f. estabelecimento de carga horária adequada à necessidade da atividade;
- g. oferecimento de atividades, cursos e ou eventos que demonstrem e justifiquem aderência às necessidades de qualificação para atendimento das políticas de estado e do governo estadual na área da saúde.

10.4.1 Revista da ESP/MA

Desde o seu surgimento até os dias de hoje, o periódico científico desempenha funções específicas e possui características importantes na comunicação científica, possibilitando a comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados; preservação do conhecimento registrado; estabelecimento da propriedade intelectual e a manutenção do padrão de qualidade na ciência (Mueller, 2000).

Com o advento da globalização e grande volume de novas tecnologias e pesquisas, fica evidente a preferência por fontes de informação. práticas e rápidas. Dessa forma, o periódico científico deve atender plenamente essa demanda por meios de comunicação eficientes, de alcance amplo e ilimitado, tanto para a divulgação quanto para a consulta de informações pelo público. Diversos são os dados de utilizados no desenvolvimento dessa breve introdução, como pesquisas bibliográficas e documentais através da identificação de artigos, coleta de dados estatísticos e indicadores de publicação nas seguintes fontes: livros, base de dados da Scielo Brasil, CAPES, CNPQ, IBICT e arquivos digitais da Revista

Segundo Bourdieu (O PODER SIMBÓLICO, 2007):

(...) Uma exposição sobre uma pesquisa é, com efeito, o contrário de um *show*, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale. É um discurso em que *a gente se expõe*, no qual se correm riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de neutralizar as estratégias de apresentação, gostaria de poder apanhar-vos de surpresa, dando-vos a palavra sem que vocês estejam prevenidos nem preparados – mas, não tenha receio, eu saberei respeitar as vossas hesitações). **Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e**, estou certo, mais benevolentes serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de “liquidar” os erros – e os receios que muitas vezes os ocasionam, – seria podermos rir-nos deles. Todos ao mesmo tempo (...).

Com essa citação de Pierre Bourdieu fica explicitado que o fazer ciência é exposição, e daí a importância do papel da divulgação da ciência. Considerando que uma Revista científica é por excelência um veículo para a transmissão e a reprodução do saber à medida que sem a sua intervenção dificilmente se desenvolvem as escolas de pensamento e, conseqüentemente, de conhecimento.

E como os estudos e pesquisas são ações fundamentais em qualquer área do conhecimento e funcionam como alicerces no processo de evolução e desenvolvimento. Tão importante quanto a geração do conhecimento é a disseminação e difusão destas informações, utilizando meios de comunicação abrangentes e eficientes é importante a criação de uma revista com o objetivo de desenvolver e consolidar os resultados e ações obtidos da produção de pesquisa de determinada organização, faz-se necessário a elaboração da revista.

Uma boa justificativa para a elaboração da Revista Científica da ESP/MA é o incentivo para geração de linhas de pesquisas nos espaços integrantes da rede estadual de saúde e no fortalecimento da Educação Permanente em Saúde, o que preparasse por acesso e divulgação científica à comunidade técnico-científica de novas descobertas e o desenvolvimento de novos materiais, técnicas e métodos de análise nas diversas áreas da ciência; para lançamento no mercado de trabalho de profissionais mais capacitados em conhecimentos técnico-científicos; e aumentar o prestígio da instituição vinculada a revista, uma vez que usufruem do reconhecimento técnico de seu nome, o que ajuda a atrair maiores investimentos e ganhos para esta organização. Os objetivos de uma Revistas: (Projeto de Criação de Revista Científica. ESP/MA, 2020).

Objetivo Geral

- a. Criar um espaço de veiculação de produções científicas, bem como, a possibilidade de articulação de ideias de cientistas, pesquisadores, professores, discentes, profissionais e outros que queiram divulgar suas produções.

Objetivos específicos

- a. Manter edição regular (bimestralmente);
- b. Disponibilizar a publicação em servidores seguros e/ou online, digital, eletrônica;
- c. Possuir abrangência regional, nacional e/ou internacional, quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico;

- d. Conter ligações (links) unindo artigos e autor, no sentido de facilitar a navegação;
- e. Manter controle estatístico do acesso eletrônico dos artigos.

Mueller (2000) afirma que a “confiabilidade” é a principal característica para a atribuição do caráter científico a um periódico. Para obter confiabilidade, além da utilização de uma rigorosa metodologia científica para a geração do conhecimento, é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista sejam submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares. A autora ressaltou ainda que, quando avaliado por um corpo de revisores respeitados, o artigo científico adquire autoridade e confiabilidade.

A criação de uma revista é uma tarefa complexa. Sua implantação prevê a realização de várias etapas. Para cada etapa é fundamental o envolvimento e comprometimento da instituição proponente, pois além do empenho da equipe de criação da revista, é preciso que a instituição forneça os recursos necessários para o sucesso de criação da revista. O movimento de acesso aberto traz benefícios à comunicação científica.

A comunicação científica é tão importante quanto a própria produção da pesquisa em uma escola de saúde pública, pois a sua legitimidade passa pela análise e aceitação do que foi realizado pelos atores desse processo (MEADOWS, 1999). A comunicação eficiente, portanto, é essencial para o processo de investigação científica.

Nesse sentido, todo processo de comunicação que se pretende eficaz depende do entendimento de basicamente três elementos: o veículo utilizado para transferência das informações, a natureza dessas informações e o público que se deseja atingir (MEADOWS, 1999).

No âmbito do processo de comunicação científica, as revistas científicas são veículos importantes para os serviços de referência, pois através delas são divulgados os resultados das pesquisas mais atuais sobre uma determinada área do conhecimento. Apresentados por Stumpf (1998) como o principal veículo de comunicação do saber, são o arquivo da ciência e o principal meio para conferir prestígio e reconhecimento aos pesquisadores.

11 ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM

No desenvolvimento do curso, serão realizados momentos de concentração, dispersão e elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) – Artigo Científico ou Projeto Intervenção Institucional (PII).

11.1 ATIVIDADE EM CONCENTRAÇÃO

Os períodos em concentração são caracterizados como momentos de reflexão/teorização da prática profissional, visando à construção teórica de princípios científicos que buscam instrumentalizar e explicar a prática profissional, ou seja, a construção das competências requeridas. Sob a orientação direta do docente, capacitado técnica e pedagogicamente quando necessário, são discutidas as questões referentes à sua prática cotidiana, bem como desenvolvidos novos conhecimentos e habilidades que objetivam instrumentalizá-los para uma ação profissional.

11.2 ATIVIDADE EM DISPERSÃO

Os períodos em dispersão são caracterizados como momentos de reflexão/teorização da prática profissional, visando à construção teórica de princípios científicos que buscam instrumentalizar e explicar a prática profissional, ou seja, a construção das competências requeridas. Sob a orientação direta do docente, capacitado técnica e pedagogicamente quando necessário, são discutidas as questões referentes à sua prática cotidiana, bem como desenvolvidos novos conhecimentos e habilidades que objetivam instrumentalizá-los para uma ação profissional.

12 NATUREZA AVALIATIVA

Partindo de um referencial Pós-estruturalista⁵, a ESP/MA tem a avaliação como parte integrante do itinerário formativo, tendo como propósito vivenciar as dimensões avaliativas: diagnóstica, processual/ formativa e somativa.

À luz do citado referencial, não entende o processo avaliativo como rígido, mas busca, dentro da sistemática escolar brasileira, que pressupõe algumas ritualísticas, desenvolver um processo de respeito às diversidades, sem desmerecer o arcabouço científico, que, também, fundamenta o fazer escolar e profissional dos sujeitos, assumindo-se em uma consciência e prática emancipadora.

Assim é que a avaliação se constitui em um acompanhamento sistemático, orientação da caminhada de ensino e de aprendizagem, e mesmo de averiguação do próprio processo avaliativo, bem como dos atores e sujeitos envolvidos, retroalimentando o ensino e a aprendizagem dentro dos horizontes de suas demandas.

Ao assumir a dimensão diagnóstica, quer conhecer o conjunto de saberes pré-existentes e compreender o nível intelectual e comportamental em que os sujeitos da aprendizagem estão situados.

Quanto à dimensão processual/formativa, quer fomentar a construção e sofisticação de saberes significativos, capazes de responder à contemporaneidade, com toda a sua complexidade relacional e produtiva, a partir dos saberes já existentes, historicamente constituídos em cada cultura.

Na dimensão somativa, quer “quantificar”/mensurar as aprendizagens (*se é que é possível*), haja vista o Brasil ter um sistema predominante de avaliação classificatória, restando à instituição sistematizar o processo de ensino, pesquisa e extensão em um formato problematizador, garantindo qualidade e pertinência ao processo.

Ao tratar as referidas dimensões em um formato de valorização da diversidade e de seus conteúdos históricos, além do respeito aos saberes científicos, surge a dimensão emancipadora da avaliação, como um produto natural do movimento, compreendendo-se os saberes como instrumentos de poder, onde

⁵ que entende a importância dos estudos culturais, ou seja, do legado histórico e social das pessoas e de suas comunidades. Entretanto, não nega o poder da ciência e de seus saberes, mas o complementa, situando as subjetividades em meio ao discurso cartesiano.

o questionamento é característica fundamental. Sem ele, sem a dúvida, negar-se-ia o próprio referencial Pós-estruturalista. Questionar é um ato político de pertencimento.

Posto isso, as citadas dimensões avaliativas deverão fazer parte de todo o itinerário formativo da ESP/MA, sendo fundamentais para o alcance da qualidade avaliativa prospectada.

A diagnóstica deverá ser vivenciada antes do trabalho de cada unidade temática. A processual/formativa deverá ser vivenciada no percurso de desenvolvimento das unidades, sendo incorporada a lógica nas práticas, estágios e residências. A somativa ao final das unidades temáticas.

Enquanto que as dimensões diagnóstica, processual/formativa e somativa são tácitas, a dimensão emancipadora é filosófica, constituindo-se um produto das demais dimensões, desde que trabalhadas em um viés político/crítico.

Na tessitura da avaliação, consideramos a epistemologia interdisciplinar, ou seja, a complexidade dos saberes integrados, a partir da definição dos objetos de conhecimento. Desse modo, valoriza-se o aprofundamento e a sofisticação teórica e prática, produzindo inteligências diferenciadas e significativas.

Assim é que a avaliação, independente do seu instrumento, deverá problematizar, contextualizar e flexibilizar saberes, pois são características interdisciplinares. Problematizar, ao indagar o objeto nele mesmo; contextualizar, ao buscar relações do objeto de conhecimento com ciências/disciplinas, além de exemplificar, e flexibilizar, ao atravessar questões de relevância social por meio do objeto de conhecimento que deu origem à investigação.

O fazer interdisciplinar também comporta o confronto entre as disciplinas, possibilitando relações de afirmação, negação e complementação entre elas, o que é comum na constituição dos saberes científicos.

12.1 CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Devem ser intencionalizados e sistematizados pelo/a docente, considerando as competências prospectadas no projeto político pedagógico do curso. São fundamentais quando do estabelecimento do ato avaliativo, pois o

juízo do saber não deve ter como produto a nota pela nota, mas a constituição de um perfil previamente planejado.

Planejar perfis não é sinônimo de romper com a flexibilidade do processo formativo, mas ter um norteador para a execução das atividades.

Assim é que o/a docente, tendo as competências como fundamento, e de posse das unidades de trabalho que correspondem à disciplina, deve pensar, estruturar e avaliar os instrumentos avaliativos, buscando entender a sua validade para o processo formativo, tendo como foco a geração de saberes e a mudança comportamental.

Então, na seara de sistematização dos instrumentos avaliativos e de planejamento para sua aplicação, há a necessidade da definição dos critérios. Eles marcam aquilo que será “medido” no comportamento do/a aluno/a, sem que seja gerado um padrão entre os discentes, pois o foco é a competência, ou seja, ela é o parâmetro a ser observado, é o norteador. Cada aluno/a tem um jeito próprio de elaborar e vivenciar o conhecimento.

A partir do (re)conhecimento da turma e das individualidades dos sujeitos do processo fica mais fácil o estabelecimento dos critérios avaliativos.

Em uma unitária atividade avaliativa, vários critérios poderão ser definidos, sendo cada um deles pontuado. É a partir deles, da soma realizada que a nota/média será definida.

Abaixo segue um exemplo. Nele foram estruturados comportamentos a serem observados/avaliados. Os comportamentos estão seguidos pelo peso, ou seja, pelo valor numérico correspondente à cada critério. Ao lado do peso, tem-se a pontuação, com variação de 1 (um) a 5 (cinco). Caso o/a aluno/a atinja a pontuação 5 (cinco), por óbvio, terá o valor numérico máximo, referente ao peso.

Critérios		Peso	Avaliação				
1	Ortografia e gramática	0,1	1	2	3	4	5
	O texto corresponde as normas da ABNT e possui correta grafia ortográfica?						
2	Estrutura de Resumo Expandido	0,1	1	2	3	4	5
	Os elementos pré e pós textuais da estrutura de Resumo Expandido foram apresentados?						
3	Título	0,1	1	2	3	4	5
	O texto é objetivo, claro e resume a intenção do trabalho?						
4	Objetivos	0,1	1	2	3	4	5
	O objetivo geral, bem como os objetivos específicos estão claros e coerente com o que o trabalho se propôs a fazer?						
5	Metodologia	0,1	1	2	3	4	5
	O método e técnica apresentados definem a população, amostra e linha temporal de aplicação da pesquisa? Os instrumentos de coleta de dados são apresentados e pertinentes ao trabalho pesquisado? (LEMBRE-SE! Trata-se de uma pesquisa realizada por alunos de contato recente com a Estatística).						
6	Referencial Teórico	0,1	1	2	3	4	5
	Foi feita uma revisão de literatura condizente com o que o estudo se propõe a realizar?						
7	Análise e Resultados	0,1	1	2	3	4	5
	As análises e resultados foram apresentados e correspondem ao proposto nos objetivos?						

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Criterios-de-avaliacao-do-trabalho-escrito_fig2_334456978

No trabalho com critérios não existe a obrigatoriedade da definição de pesos, podendo o/a docente optar apenas por pontuações, que quando somadas resultarão na nota/média do/a aluno/a.

Os critérios deverão ser valorizados em todas as dimensões tácitas do processo avaliativo: diagnóstica, processual/formativa e somativa. Se assertivamente utilizados, a dimensão avaliativa emancipadora será um produto significativo da ação intencionalizada.

O norteador filosófico do processo avaliativo é o referencial Pós-estruturalista, logo os critérios terão que valorizar não apenas as normas, as técnicas, o saber científico, mas também os saberes pré-existentes, a multiplicidade de saberes e as formas de manifestação. Questões relacionais são bem-vindas e perfeitamente aceitas à luz da base teórica definida pela ESP/MA.

Posto isso, compreende-se que avaliar sem o estabelecimento de critérios é tornar o aspecto quantitativo muito mais importante do que o qualitativo, reduzindo as possibilidades da geração e manifestação de saberes pertinentes e capazes de responder à sociedade contemporânea, com toda a sua complexa demanda cultural, profissional e de serviços.

12.2 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Serão definidos no projeto de cada curso, sem qualquer prejuízo ao que aqui é proposto, pois seguirão a filosofia e a pedagogia institucional, destacando a metodologia ativa como elemento fundante da nossa ação educativa.

Nesse cenário, a Taxonomia de Bloom (revisada) apresenta-se como norteadora para a composição de planejamentos pedagógicos. Portanto, de instrumentos avaliativos.

Cabe destacar que cada nível da pirâmide deverá ser trabalhado observando-se o nível maturacional/intelectual do/a aluno/a, bem como da turma, pois o processo de ensino e aprendizagem tem foco prioritário na aprendizagem e não na mera disseminação de um conteúdo curricular.

12.2.1 Provas, questionários, fóruns, jogos e similares

Devem apresentar questões problematizadas:

- a. Definição do objeto;
- b. Articulação do objeto, contextualmente, a diversos saberes, que estão organizados em disciplinas, pois é preciso que o/a leitor/a perceba a profundidade da discussão, além de sua aplicação. Nesse quesito a exemplificação é válida;
- c. Enriquecimento da discussão através da flexibilização, ou seja, conteúdos de relevância social/temas sensíveis são incorporados à narrativa/dissertação. Como: drogas, desemprego, fome, feminicídio, gênero e sexualidade, meio ambiente, trabalho e consumo etc.;
- d. A problematização também poderá ser feita através de gravuras, gráficos, tabelas, mapas, gibis, matérias de jornais e revistas, filme etc.

Qualquer um dos instrumentos avaliativos, acima mencionados, devem ser explicados ao/a discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação.

Quando a prova for utilizada como instrumento avaliativo, deverá observar a seguinte organização:

- a. Sete (7) questões;
- b. Duas dissertativas, valendo 2,0 (dois) pontos cada;
- c. Duas de múltipla escolha, valendo 0,50 (meio) ponto cada;
- d. Uma de associação entre colunas, valendo 0,50 (meio) ponto;
- e. Uma de complementação de sentença, valendo 0,25 (vinte e cinco) décimos;
- f. Uma que contenha a análise de gravura e a necessária justificativa pelo/a aluno/a, valendo 1,25 (um ponto e vinte e cinco décimos).

12.2.2 Seminários, mesas redondas e similares

Devem apresentar questões problematizadas:

- a. Definição do objeto;
- b. Articulação do objeto, contextualmente, a diversos saberes, que estão organizados em disciplinas, pois é preciso que o/a leitor/a perceba a profundidade da discussão, além de sua aplicação. Nesse quesito a exemplificação é válida;
- c. Enriquecimento da discussão através da flexibilização, ou seja, conteúdos de relevância social/temas sensíveis são incorporados à narrativa/dissertação. Como: drogas, desemprego, fome, feminicídio, gênero e sexualidade, meio ambiente, trabalho e consumo etc.
- d. A problematização também poderá ser feita através de gravuras, gráficos, tabelas, mapas, gibis, matérias de jornais e revistas, filme etc.

Qualquer um dos instrumentos avaliativos, acima mencionados, devem ser explicados ao/a discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação.

Cabe ressaltar que tais instrumentos avaliativos deverão ser aplicados após a apresentação e trabalho com os conteúdos equivalentes pelo/a docente em sala de aula ou virtualmente.

No caso dos seminários, observa-se:

- a. definição de tema;
- b. definição de problema por tema ou por temáticas, a partir da divisão dos grupos;
- c. cada grupo deverá ter 5 (cinco) participantes, sendo 1 (um) responsável pela introdução do trabalho, 2 (dois) responsáveis pelo desenvolvimento, 1 (um) responsável pelas considerações finais e 1 (um) responsável por responder aos questionamentos;
- d. o grupo é previamente definido pelo/a docente ou a partir de outra estratégia, mas é no dia da apresentação do seminário que cada grupo saberá, por sorteio, a sua função no seminário;
- e. a nota deverá ser individual e constituída a partir dos critérios de avaliação elencados e apresentados pelo/a docente;
- f. as regras de introdução, desenvolvimento e consideração final devem seguir o modelo acadêmico-científico.

12.2.3 Fichamentos, sínteses, resumos e similares

Qualquer um dos instrumentos avaliativos, acima mencionados, devem ser explicados ao/a discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação. É importante se pensar em obras fundamentais para a formação e não em materiais complexos que não estariam contribuindo objetivamente ao processo. As obras que serão fichadas, sintetizadas, resumidas etc. deverão ser utilizadas em outros contextos de ensino e aprendizagem, no mesmo módulo, através de casos clínicos, estudos de caso etc.

12.2.4 Casos clínicos

São narrativas menos complexas do que os estudos de caso, mas que guardam singularidades:

- a. Definição do tema/objeto de estudo;
- b. Desenvolvimento do caso: caracterização do paciente, contexto e identificação do problema;
 - problematização – indaga o objeto de conhecimento;
 - contextualização – articulação entre disciplinas/ciências;
 - flexibilização – valorização de questões de relevância social;
- c. Elaboração das questões do caso:
- d. Questão conceitual – associada a definição, classificação, normativa e etc. considerando o tema;
- e. Questão procedimental – associada ao procedimento, manejo e técnica, tendo como fundamento a teoria;
- f. Questão atitudinal – associada a competência técnico-científica da formação.
- g. Referências bibliográficas – a literatura a ser investigada deve ser direcionada pelo facilitador e conforme projeto de Curso.

OBSERVAÇÕES:

É importante que a correção do caso clínico seja feita em grupo, sofisticando a temática e a sua aplicação.

O caso clínico deve ser explicado ao/à discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação e resolução.

12.2.5 Estudos de caso

São narrativas complexas que guardam algumas singularidades:

- a. definição do tema/objeto de estudo;
- b. narrativa: história real ou fictícia que organiza na mesma trama elementos científicos, culturais e dos serviços;
- c. problematização – indaga o objeto de conhecimento;
- d. contextualização – articulação entre disciplinas/ciências;
- e. flexibilização – valorização de questões de relevância social;
- f. após a elaboração da narrativa, as referências que fundamentam o caso deverão ser apresentadas;
- g. o caso deverá ser inédito, impondo a criatividade para sua resolução;
- h. questões que deverão discutir o objeto a partir do caso: conceitual – associada a definição, classificação, normativa e etc. considerando o tema (de 1 (uma) a 2 (duas) questões); procedimental – associada ao procedimento, manejo e técnica, tendo como fundamento a teoria (de 2 (duas) a 3 (três) questões); e atitudinal – associada a competência técnico-científica da formação (de 1 (uma) a 2 (duas) questões);
- i. um cronograma deverá ser elaborado, apresentando as datas e tempos para discussão de cada questão (todas problematizadas e referenciadas);
- j. todas as questões deverão ter o peso relativo à sua complexidade, bem como critérios estabelecidos;
- k. sugere-se que a atividade seja resolvida em grupos;
- l. os grupos deverão ser definidos pelo/a professor/a ou através de alguma técnica;
- m. depois da solução de todo o caso, um produto do estudo deverá ser originado, podendo ser um artigo científico;
- n. no caso do artigo científico, novos critérios e pesos deverão ser estabelecidos, conforme as orientações previstas nessa sistemática de avaliação.

OBSERVAÇÕES:

É importante que a correção das questões do estudo de caso seja feita em grupo, sofisticando a temática e a sua aplicação.

O estudo de caso deverá ser explicado ao/à discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação e produto, após resolução.

12.2.6 Artigos científicos

Devem ser explicados ao/a discente, quando da sua aplicação, apresentando seus critérios e pesos avaliativos, eliminando quaisquer dúvidas referentes à sua estruturação.

Nascem de inquietações, investigações e definição de objetos de conhecimento, devendo agregar ao arcabouço científico da ESP/MA, bem como da comunidade científica e sociedade.

A escrita deverá ser norteadada pela norma ABNT ou Vancouver, conforme demanda institucional ou de revista e livro.

12.2.7 TCC

Conforme o Regimento da Pós-graduação da ESP/MA, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC organiza-se da seguinte forma:

Capítulo V Das Comissões Julgadoras e do Julgamento dos TCC Seção I Dos TCC

Artigo 51 – Os TCC devem ser depositados pelo/a aluno/a, ou por seu representante legal, em meio impresso (três vias) e digital (CD), mediante anuência do/a orientadora, na Secretaria de Pós-Graduação da ESP/MA, obedecendo-se aos prazos regimentais e aos requisitos estabelecidos.

§ 1º – O TCC será incorporado à Biblioteca da ESP/MA, pela Secretaria de Pós-Graduação da Unidade.

Artigo 52 – Os TCC serão redigidos e defendidos em português, conforme estabelecido no presente Regimento. Todos o TCC deverão conter título, resumo e palavras-chave em português e inglês.

Artigo 53 – A norma técnica que fundamenta os trabalhos de conclusão de curso, na área da saúde, é Vancouver.

Artigo 54 – É estabelecido o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da entrega e depósito do TCC, para designar a comissão julgadora.

§ 1º – Após a primeira indicação da Comissão Julgadora, pela Coordenação, alterações em sua composição poderão ser realizadas, desde que canceladas por ela.

Artigo 55 – O prazo máximo para defesa do TCC é 30 (trinta) dias, contados a partir da primeira designação da comissão.

Parágrafo Único – O prazo disposto no *caput* pode ser prorrogado pela Coordenação, a partir de solicitação do/a aluno/a, com aval do/a orientador/a, antes do seu vencimento, instruída com justificativa detalhada, indicação da comissão julgadora e data da defesa.

Seção II

Das Comissões Julgadoras

Artigo 56 – As comissões julgadoras de TCC devem ser constituídas por três examinadores/as.

§ 1º – A participação do/a orientador/a na Comissão Julgadora será como Presidente, sem direito a voto;

§ 2º – Na falta ou impedimento do/a orientador/a ou coorientador/a, a Coordenação designará substituto/a para presidir a Comissão Julgadora;

§ 3º – Os membros das comissões julgadoras deverão ser portadores, no mínimo, do título de Especialista;

§ 4º – É vedada a participação, na comissão julgadora de TCC, de cônjuge, de parente em linha direta ou colateral até quarto grau do/a aluno/a, assim como membros que possuam qualquer relação percebida como impeditiva de uma avaliação isenta;

§ 5º – A Coordenação designará, no mínimo, 1 (um/a) suplente para cada membro titular, seguindo os mesmos requisitos estabelecidos para a definição dos membros titulares;

§ 6º – Os membros titulares da comissão julgadora, quando necessário, serão substituídos pelos/as suplentes.

Seção III

Do Julgamento dos TCC

Artigo 57 – O julgamento dos TCC será feito em sessão pública de defesa.

Artigo 58 – A sessão de defesa do TCC deve ser realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos:

§ 1º – A arguição, após exposição de, no máximo, 60 minutos, realizada pelo/a candidato/a, ocorrerá em sessão pública e não deverá exceder o prazo de 1h:30minutos (uma hora e trinta minutos);

I – A apresentação dar-se-á em um tempo mínimo de 30 (trinta) minutos e máximo de 60 (sessenta) minutos, sendo acrescido de um tempo de 30 (trinta) minutos para que o/a aluno/a responda aos questionamentos da Comissão Julgadora;

II – O tempo máximo para cada candidato/a é de 1h:30min.

§ 2º – A Coordenação poderá autorizar a participação de examinadores na sessão pública de defesa do TCC, por meio de videoconferência ou outro suporte eletrônico à distância equivalente.

Artigo 59 – Imediatamente após o encerramento da arguição do TCC, cada examinador/a expressará seu julgamento em sessão secreta, considerando o candidato/a aprovado/a ou reprovado/a.

Artigo 60 – A comissão julgadora deve apresentar Ata da Defesa à Coordenação.

TÍTULO IV

Do Recurso

Capítulo I

Artigo 61 – O recurso contra decisões dos órgãos colegiados deve ser interposto pelo/a interessado/a, no prazo máximo 48h (quarenta e oito horas), contados da data de ciência da decisão a recorrer.

§ 1º – O recurso formulado por escrito ao órgão de cuja decisão se recorre deve ser fundamentado com as razões que possam justificar nova deliberação;

§ 2º – O órgão recorrido pode, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reformular sua decisão, justificadamente, ou mantê-la, encaminhando o recurso ao órgão hierarquicamente superior;

§ 3º – Caso haja pedidos de vista na reunião do colegiado de curso, o recurso deverá ser apreciado, obrigatoriamente, na reunião subsequente;

§ 4º – Na hipótese do parágrafo anterior, situações excepcionais serão decididas pelo Presidente do Colegiado;

§ 5º – O recurso poderá ter efeito suspensivo, a juízo do colegiado recorrido.

12.3 SISTEMATIZAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Seção II Das Avaliações

Artigo 34 – A natureza avaliativa da ESP/MA fundamenta-se no Pós-estruturalismo, devendo ser diagnóstica, formativa e somativa, fomentando no sujeito da aprendizagem uma cidadania emancipadora, portanto, política e crítica.

Parágrafo Único: a formação a que se pressupõe é para os serviços e cidadania.

Artigo 35 – Critérios de avaliação deverão ser sistematizados, considerando as competências da formação em cada curso.

Parágrafo Único: são os critérios de avaliação que fundamentarão o olhar avaliativo do/a docente, devendo ser claros para os/as alunos/as.

Artigo 36 – Os instrumentos avaliativos serão sistematizados a partir da estrutura renovada da Taxonomia de Bloom, partindo do lembrar até o criar.

Artigo 37 – O/a aluno/a deverá atender às exigências do presente Rendimento, além de terem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas disciplinas e média, mínima, de 7,0 (sete) em cada disciplina para estarem de acordo com suas obrigações acadêmicas.

Artigo 38 – Para efeito de sistematização da avaliação de desempenho escolar, deve-se observar:

- I - a avaliação é feita por disciplina;
- II - integra o processo de ensino e aprendizagem, como um todo articulado, incidindo sobre a frequência, ações atitudinais e o aproveitamento do/a aluno/a nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina;
- III - respeitando o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina: 1- desenvolvimento de capacidades cognitivas (conceituais, procedimentais e atitudinais) / competências; 2 - assimilação progressiva do conhecimento; 3 - trabalho individual e/ou em grupos em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento;
- IV - ao conjunto desses aspectos verificados no decurso letivo ou período especial correspondem as seguintes avaliações: a) Avaliação Formativa/Processual (sendo estruturada por 1 (uma) prova e por 1 (uma) ou 2 (duas) atividades avaliativas a cada disciplina. A prova deverá ter peso 5 (cinco) e as atividades avaliativas 5 (cinco). Caso sejam aplicadas 2 (duas) atividades avaliativas, o peso 5 (cinco) deverá ser dividido entre elas, sem que o valor tenha que ser proporcional) e Avaliação Final (1 (uma), contendo de 7 (sete) a 10 (dez) questões, caracterizando-se por ser mista – questões objetivas e dissertativas, tendo peso igual a 10 (dez));
- V - independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, seja presencialmente ou virtualmente;
- VI - a verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do que se apresenta no item anterior, da Secretaria Acadêmica;
- VII - o/a aluno/a está obrigado/a a submeter-se a avaliações por disciplina. A média aritmética para aprovação nas avaliações será igual ou superior a sete (7,0);
- VIII - o/a aluno/a que, após as avaliações disciplinares, alcançar média inferior a sete (7,0) deverá submeter-se à Avaliação Final, que versará sobre todo o conteúdo programático da disciplina;
- IX - a nota para aprovação na Avaliação Final é sete (7,0);
- X - o/a aluno/a reprovado/a poderá ser promovido/a ao módulo seguinte, desde que tenha pendência em até 2 (duas) disciplinas;

- XI - as Coordenação e o Núcleo Pedagógico deverão supervisionar a atividade de lançamento de notas, intervindo em caso de omissão docente;
- XII - é atribuída nota zero (0) ao/a discente que usar meios ilícitos para resolução de atividades avaliativas;
- XIII - é garantido ao/a discente o direito de pedido de reconsideração e revisão de notas atribuídas pelo/a docente da disciplina;
- XIV - é considerado aprovado o/a discente que: 1- obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina e obtiver, após as avaliações formativas/processuais, média igual ou superior a sete (7,0); e 2- obtiver, após avaliação final, média igual ou superior a sete (7,0);
- XV - os/as discentes que tiverem extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora, composta por 1 (um/a) docente do Curso, 1 (um) membro da Coordenação de Curso e 1 (um/a) Pedagogo/a, poderão ter abreviadas a duração dos seus cursos;
- XVI - para concessão dos benefícios previstos no item XV, observar-se-á rigorosamente: a) A conclusão do ciclo básico do currículo do curso em que o/a discente estiver matriculado/a; b) Experiência profissional de 1 (um) ano; c) Comprovação de experiência profissional, considerando a área de conhecimento solicitada para aproveitamento; d) Aprovação em prova mista, contendo 10 (dez) questões. Necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0 (sete); e) Aprovação em prova prática. Tal avaliação simulará situação real associada à área de conhecimento solicitada para aproveitamento, necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0 (sete);
- XVII - o/a docente terá até 48h para corrigir e socializar resultados;
- XVIII - após o lançamento das notas no sistema, o/a discente terá até 24h para recorrer, formalmente, do resultado. Caso a situação não seja resolvida, a pauta será levada, inicialmente, para a Coordenação e, se necessário, ao Colegiado;
- XIX - os/as alunos/as que perderem momentos avaliativos formativos/processuais deverão requerer formalmente uma segunda oportunidade, em um prazo de até 48 horas. Serão aceitas as solicitações que tiverem na ausência discente a justificativa de doença e/ou óbito em família, comprovando através de atestado;

XX - a revisão de notas, provas e frequências dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o lançamento no sistema acadêmico e que corresponda ao módulo em pauta;

XXI - caso a ausência do/a discente perdure, após registro das médias, por 15 (quinze) dias, será necessário que o/a discente, ou representante legal, solicite o exercício de atividades domiciliares;

XXII - nos dias de avaliação formativa/processual, deve-se observar o tempo de sua aplicação, sendo igual à carga horária diária trabalhada em sala de aula ou virtualmente;

XXIII - os docentes deverão entregar para o Núcleo Pedagógico as suas provas ou atividades avaliativas para análise. Caso o docente não observe a demanda expressa pelo Núcleo Pedagógico e pelas Coordenações, as provas e atividades avaliativas não serão realizadas, resultando em advertência ao/a docente;

XXIV - o/a docente terá até quinze dias úteis, antes da aplicação da prova ou atividade avaliativa, para a apresentação do instrumento avaliativo;

XXV - tendo a chancela de aprovação do material pelo Núcleo Pedagógico, a prova ou atividade avaliativa será entregue na reprografia da ESP/MA, estando na responsabilidade do setor. Após xerocopiada, a prova ou atividade avaliativa será entregue na Coordenação do Curso e depois para o/a professor/a.

Artigo 38 – Os alunos da ESP/MA terão direito a processos de **Recuperação da aprendizagem**.

Parágrafo Único: vide sistemática de avaliação da ESP/MA.

Artigo 39 – Após a divulgação do calendário das disciplinas não se podem alterar as datas de início e término das turmas.

Parágrafo Único – Em casos excepcionais, a alteração dessas datas poderá ocorrer por solicitação do docente responsável pela disciplina, com anuência da Coordenação.

13 **RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

No processo avaliativo, a recuperação de aprendizagens também é necessária, assim pensamos a recuperação paralela e a recuperação final.

A paralela deverá ser vivenciada ao final de cada unidade de ensino, tendo como foco a aprendizagem e não a nota, embora concordemos com a substituição de notas, caso ocorra a evolução por parte do/a aluno/a:

- a. ao final de cada unidade de trabalho, o/a professor/a planejará a aplicação da recuperação paralela. Sendo necessário o acompanhamento individual do/a aluno/a, observando a sua evolução na disciplina. A recuperação envolve componentes teóricos e práticos.

O/a professor/a deverá desenvolver um planejamento específico para atender a demanda.

A recuperação final deverá ser vivenciada ao final da disciplina, conforme orientação dessa sistemática de avaliação:

- a. A recuperação final será aplicada ao final da disciplina e envolve componentes teóricos e práticos.

A prova ou atividade avaliativa a ser aplicada no módulo terá o peso 10,0 (dez) e substituirá a menor nota alcançada em seu desenvolvimento, haja vista o conjunto das atividades avaliativas e prova, quando a recuperação for paralela.

14 CERTIFICAÇÃO

Será conferido o certificado de conclusão ou diploma de acordo com o curso ou programa ao qual o discente estiver regularmente matriculado, quando:

- a. tiver bom desempenho escolar/acadêmico, a partir dos critérios estabelecidos, obtendo, no mínimo, média 7,0 (sete) para aprovação em todas as atividades curriculares;
- b. obtiver a frequência mínima exigida nas atividades curriculares, independente de presenciais, à distância ou híbridas, que é de 75% (setenta e cinco por cento);

- c. concluir com êxito o curso, e quando for o caso, também as práticas, estágios e residências;
- d. elaborar e defender TCC (artigo científico ou projeto de intervenção), obtendo, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

15 DOS CURSOS E RESPONSABILIDADES DA ESP/MA

15.1 CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO nº 031/2018 DO CEE/MA

São cursos de **Educação profissional técnico de nível médio** que apresentam carga horária mínima definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, os cursos estão divididos em 13 eixos tecnológicos, conforme Resolução nº 1, do CNE/Câmara de Educação Básica (CEB) de 5 de dezembro de 2014 e Resolução nº 031/2018- Conselho Estadual de Educação (CEE/MA).

A ESP/MA trabalha com os cursos voltados para os eixos tecnológicos – Ambiente e saúde, e segurança – apresentam carga horária mínima de 1200hs, sem incluir a carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, o qual é orientado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 e resoluções do Conselho Estadual de Educação.

15.2 CURSOS TÉCNICOS, PÓS-TÉCNICOS, APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Os cursos de aperfeiçoamento e atualização objetivam, principalmente, aprimorar, aperfeiçoar e melhorar conhecimentos e habilidades técnicas de trabalho em uma área de conhecimento. Neste caso, determinados profissionais, que já atuam em uma área específica, seja por experiência acadêmica, ou por experiência profissional, necessitam aprimorar ou aperfeiçoar seus conhecimentos em função das mudanças e das inovações ocorridas nas técnicas de trabalho ou na estrutura do campo de ação.

São considerados cursos de aperfeiçoamentos com duração mínima de 180 horas, visando ao aperfeiçoamento em determinado aspecto pontual da formação profissional do discente.

O curso de Especialização Técnica de Nível Médio se destina aos técnicos de nível médio, apresenta carga horária igual ou superior a 20% (vinte por cento) da carga horária do curso de nível técnico ao qual se vincula, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, Parecer CNE/CEB nº 14/02 e Resolução CEE/MA 134/2001.

Atualmente, o projeto de curso Técnico em Prótese Dentária foi elaborado, com objetivo de obter credenciamento e autorização para oferta e certificação do mesmo junto ao Ministério da Educação.

No percurso de 2003 até a atualidade a Etsus-MA já executou 06 cursos de aperfeiçoamento até 2016, 07 cursos técnicos até 2020, 02 pós-técnicos até 2016, 05 qualificações e atualização até 2020 conforme tabela 1:

Tabela 1 - Principais atividades no âmbito da educação profissional no período 2008-2020

MODALIDADE	CURSO	PERÍODO	QUANTI. ALUNOS CERTIFICADOS
APERFEIÇOAMENTO	Saúde do adulto e idoso	do do 2015-2016	936
	Saúde da criança	da 2015-2016	925
	Atenção primária os ACS	para 2013-2015	6.397
	Maternidade	2012-2014	770
	UTI Neonatal	2013-2014	153

Materno 1.142
 Infantil 2012-2014
 (APTEC)

Tabela 1 - Principais atividades no âmbito da educação profissional no período 2008-2020

MODALIDADE	CURSO	PERÍODO	QUANTI. ALUNOS CERTIFICADOS
	Análise clínicas	2015-2017	77
	Técnico em Enfermagem	2012-2016	455
	Hemoterapia	2012-2016	221
	Radiologia	2013-2015	34
	Saúde Bucal	2012-2017	519
	Vigilância em saúde	2015-2016	240
	Técnico em Agente		14.279
TÉCNICO	Comunitário de saúde – Etapa Formativa I	2008-2014	
	Técnico em Agente		1089
	Comunitário de saúde – Etapa Formativa II e III	2017-2020	
	Técnico em Agente	2019-2020	505
	Comunitário de		

saúde – Etapa Formativa II e III (em andamento)			
PÓS TÉCNICO	UTI Adulto	2015-2017	205
	UTI Neonatal	2015-2017	203
QUALIFICAÇÃO	Caminhos do Cuidado	2015	17.808
	Agente de combate as Endemias	2015-2016	520
	Auxiliar em saúde Bucal	2016-2017	117
	Humanização do parto	2017-2018	284
	Saúde em Libras	2018	137
	Capacitação Pedagógica	2007-2019	1.131
	I Encontro de Docentes do TACS	2018	24
FORMAÇÃO DE DOCENTES			

15.3 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

O curso de pós-graduação *lato sensu* é um curso de especialização que se destina, no mínimo, aos profissionais graduados. Os cursos apresentam carga horária mínima de 360 horas, e deverá seguir as diretrizes para reconhecimento de acordo com a Resolução CEE/MA nº 109/2016.

Art. 1º - As Escolas de Governo criadas e mantidas pelo poder público estadual ou municipal, na forma do art. 39, § 2, da Constituição Federal de 1988, poderão ser credenciadas e reconhecidas, para oferecer cursos presenciais de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. (MARANHÃO, 2016, p. 1).

Tendo como objetivo inicial oferecer cursos de especializações em Saúde Materno Infantil, Especialização Educação Permanente em Saúde e Gestão em Saúde.

Os cursos oferecidos pela ESP/MA serão definidos de acordo com a demanda dos municípios, as necessidades da saúde, necessidade de implantação e acompanhamento das residências médica e multiprofissional, bem como organização dos estágios curriculares das instituições de ensino do Estado e pelos recursos da Educação Permanente em Saúde objetivando diminuir a precarização do trabalho e o baixo investimento na qualificação de recursos humanos.

O local de implantação das atividades será baseado na identificação das necessidades regionais e das pactuações nas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde no Maranhão.

Recentemente, a Coordenação de Ensino de Pós-graduação elaborou o seu primeiro projeto de Pós-Graduação, curso de especialização em Saúde Materno Infantil com objetivo de obter credenciamento e autorização para oferta e certificação do mesmo junto ao Ministério da Educação.

15.4 ESTÁGIO E PRÁTICA CURRICULAR

O Estágio Curricular Obrigatório e a Prática Curricular na ESP/MA tem por fundamento suas políticas internas de formação, além das Bases Legais:

- a. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.
- b. PORTARIA/SES/MA Nº 713, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019.

15.5 PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

Este programa tem como missão promover a melhoria da qualidade da atenção à saúde no Maranhão, desenvolvendo programas educacionais na modalidade de Residências para os profissionais da saúde. O principal objetivo é o de fortalecer a rede de serviços do SUS, observando a legislação vigente.

As residências em saúde podem ser médicas, uniprofissional e multiprofissionais.

A Residência Médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação para médicos, na forma de cursos de especialização (*lato sensu*), caracterizada por treinamento em serviço, que ao final o profissional recebe o título de especialista na área escolhida.

A inicialização da implantação do Programa de Residência Médica pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão deu-se no ano de 2009, no Hospital “Tarquínio Lopes Filho”, (HOSPITAL GERAL) com os Programas de Residência Médica em CIRURGIA GERAL (07 vagas), CLÍNICA MÉDICA (04 vagas)

Atualmente, existem quatro Programas de Residências Médicas que a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão oferece e estão distribuídos nos Hospitais da Rede da seguinte maneira:

- a. **Hospital Dr. Carlos Macieira** funciona o Programa de Residência Médica em Cirurgia Básica com 7 vagas, Cirurgia Geral com 2 vagas, Clínica Médica com 10 vagas, Dermatologia com 6 vagas e Urologia com 3 vagas;
- b. **Hospital de Câncer do Maranhão: Tarquínio Lopes Filho** funciona o Programa de Residência Médica em Cancerologia Cirúrgica com 2 vagas, Ortopedia e Traumatologia 3 vagas;
- c. **Hospital Infantil Dr. Juvêncio Mattos** funciona o Programa de Residência Médica em Pediatria com 6 vagas;
- d. **Hospital Nina Rodrigues** funciona com o Programa de Residência Médica em Psiquiatria com 14 vagas;
- e. **Maternidade Carmosina Coutinho (CAXIAS)** funciona o Programa de Ginecologia e Obstetrícia com 04 Médicos Residentes;
- f. **Hospital Regional Dr. Everaldo Aragão (CAXIAS)** funciona o Programa de Clínica Médica com 03 Médicos Residentes.

Com relação as Residências Multiprofissionais, também são programas de pós-graduação destinados aos profissionais da saúde, cuja característica é o treinamento em serviço, que ao final o profissional recebe o título de especialista na área escolhida. Atualmente existem três Programas: distribuídos em Hospitais da Rede:

- a. **Hospital de Câncer do Maranhão: Tarquínio Lopes Filho** funciona o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção em Oncologia com 2 Enfermeiros, 2 Psicólogos, 2 Farmacêuticos, 2 Serviços Sociais e 2 Nutricionistas Residentes;
- b. **Hospital Infantil Dr. Juvêncio Mattos** funciona o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção em Neonatologia com 2 Enfermeiros, 2 Fisioterapeutas e 2 Psicólogos Residentes;
- c. **Hospital Dr. Carlos Macieira** funciona o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção em Unidade de Terapia Intensiva Adulto com 2 Enfermeiros, 2 Fisioterapeutas, 2 Nutricionistas e 2 Odontólogos.

16 INOVA SAÚDE

O programa Inova Saúde é uma iniciativa do governo brasileiro, a ideia foi lançada em 2013 (gov. Dilma Roussef), por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas), em cooperação com o Ministério da Saúde (MS), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com objetivo de criar condições de fomento e financiamento a projetos cujos os resultados possam contribuir de maneira efetiva para diminuição da dependência tecnológica do país em relação ao fornecimento de importantes insumos utilizados no campo da saúde humana.

Cabe dizer que, a efetividade das inovações, implementadas pela assistência médica e saúde pública, repercute diretamente sobre o bem-estar da população, que é o objetivo final do conjunto do subsistema de inovação da saúde, considerando que indicadores das melhorias de bem-estar social são a ampliação da expectativa de vida.

O foco do INOVA SAÚDE é a tecnologia. A literatura da Economia da Tecnologia enfatiza as diferenças intersetoriais nas relações entre ciência, tecnologia e produção, por exemplo, discorrem longamente sobre a emergência das tecnologias relacionadas à ciência, constrói uma taxonomia (disciplina biológica que define os grupos de organismos biológicos, nomenclaturas com base em características comuns e dá nomes a esses grupos), de fluxos tecnológicos na qual um setor “baseado na ciência” é destacado. É enfatizada por acadêmicos da Economia da Tecnologia a proximidade e o entrelaçamento existente entre a ciência e a tecnologia no setor saúde.

A produção de inovações no setor saúde tem por pré-requisito uma estrutura de formação universitária e de pós-graduação abrangente e razoavelmente sofisticada, dado o tipo de interação e interdisciplinaridade que ela apresenta.

O INOVA SAÚDE na ESP/MA trata de um espaço regional, sob a coordenação da SES/MA, de articulação e integração dos sistemas nacionais de educação e de ciência, tecnologia e inovação com o SUS. Este espaço disporá de uma Secretaria Executiva e terá por atribuições a coordenação operacional dos trabalhos e apoio técnico-administrativo.

O Estado, por meio da Escola, incentivará o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores no âmbito da gestão estadual do SUS, na forma da Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

O Inova Saúde apoiará atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), em projetos de PD&I de estudantes oriundos de instituições públicas e privadas, contribuindo assim de maneira efetiva para a inovação no campo da saúde humana.

17 PROGRAMA ESTADUAL DE BOLSAS DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

É um instrumento de incentivo à produção, agregação e disseminação de conhecimento científico e tecnológico, à pesquisa em serviço e à geração de inovações em ambientes produtivos do setor da saúde. Este Programa apoiará, por meio da concessão de bolsas, projetos e atividades desenvolvidas no escopo da educação, ciência, tecnologia e inovação em saúde previstos no âmbito do INOVA SAÚDE.

18 PARCERIAS REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA FORTALECIMENTO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Considerando a necessidade do estabelecimento de parcerias em favor da excelência do tripé (ensino, pesquisa e extensão) e da qualidade na formação de profissionais para a oferta de serviços de saúde no Maranhão, a ESP/MA prospecta, além do que já possui, parcerias com instituições públicas e privadas de educação e saúde, haja vista a sua responsabilidade social, bem como visão, missão e valores institucionais.

São instituições parceiras:

ANA NERI - TÉCNICO	SÃO LUÍS - MA
CEMP - TÉCNICO	SÃO LUÍS - MA
CEST - SUPERIOR	SÃO LUÍS - MA
CETA - TÉCNICO	IMPERATRIZ - MA
ESCOLA MAGNÍFICA - TÉCNICO	BARREIRINHAS - MA
FACAM - SUPERIOR	SÃO LUÍS - MA
FACEMA - SUPERIOR	CAXIAS - MA
FAESF - SUPERIOR	PEDREIRAS - MA
FLORENCE - TÉCNICO	SÃO LUÍS - MA
FLORENCE - SUPERIOR	SÃO LUÍS - MA
GIANNA BERETTA - GRADUAÇÃO E PÓS	SÃO LUÍS - MA
IESF - GRADUAÇÃO	SÃO LUÍS - MA
N.S.DAS GRAÇAS	SÃO LUÍS - MA
PITAGORAS - GRADUAÇÃO	IMPERATRIZ - MA
UEMA - GRADUAÇÃO	MARANHÃO
UFMA - GRADUAÇÃO	MARANHÃO

UNIASSELVI - GRADUAÇÃO	SÃO LUÍS - MA
UNICEUMA - GRADUAÇÃO E PÓS	MARANHÃO
UNINASSAU	SÃO LUÍS - MA
UNISÃOLUIS/ ESTÁCIO -GRADUAÇÃO	SÃO LUÍS - MA
GONÇALVES DIAS - TÉCNICO	SÃO LUÍS - MA
UNIFAE - GRADUAÇÃO	SÃO PAULO
FACULDADE SEVEN	COROATÁ
COLÉGIO JOÃO PAULO II	COLINAS
LABORO	SÃO LUÍS - MA

19 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO EGRESSO: GERAIS E ESPECÍFICAS

O egresso de cursos da ESP/MA deve ser capaz de formular, implementar e avaliar propostas de intervenção transformadoras que qualifiquem a atenção em saúde e promovam a inserção social dos usuários do SUS, integrando a teoria à sua prática profissional.

Além disso, deve ser reflexivo e crítico na sua ação, sendo criativo, inovador e resolutivo, com respeito às diferenças e com valorização das iniciativas construtivas, sem descuidar de uma postura ética e profissional.

Competências gerais

- a. Atenção à saúde: os profissionais de saúde devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, realizando seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, bem como no trabalho interdisciplinar;
- b. Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas;
- c. Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação

com outros profissionais de saúde e com o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura;

- d. Liderança: no trabalho em equipe, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;
- e. Gestão: os profissionais devem estar aptos a fazer o gerenciamento da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- f. Educação permanente: ter capacidade de aprender/apreender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. A responsabilidade, o compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais não ocorre apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços. E levando sempre em conta os 5 (cinco) princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão.

Estas competências serão fomentadas intencionalmente através dos planos de ensino e planos de curso das disciplinas, bem como das avaliações e atividades acadêmicas promovidas pelo curso e pelos docentes.

Competências específicas

Para aquisição de competências e habilidades específicas, o perfil do profissional privilegia a formação do profissional crítico e reflexivo, com competência técnico, científico, ético-política e social-educativa, capaz de:

- a. Atuar profissionalmente, compreendendo o homem individualmente e dentro do contexto social, bem como dentro das suas fases do ciclo vital;

- b. Incorporar o cuidado como instrumento de intervenção profissional, respeitando as necessidades e peculiaridades das pessoas e grupos e os princípios da legislação em vigor e da ética;
- c. Reconhecer o contexto social, sua estrutura, formas de organização e os significados de expressão, bem como compreender suas transformações;
- d. Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis e a transição epidemiológica das populações;
- e. Reconhecer as relações entre saúde, ambiente, saúde e cultura, saúde e gênero, pautadas na realidade regional;
- f. Reconhecer-se como sujeito no processo de formação de recursos humanos e como facilitador educador para a saúde em todas as circunstâncias;
- g. Propor e implementar ações de saúde através de intervenções planejadas, considerando as características de cada região;
- h. Comprometer-se com estudos e com a solução de problemas sociais;
- i. Sentir-se membro do seu grupo profissional;
- j. Identificar fontes, buscar e produzir conhecimentos para o desenvolvimento da prática profissional;
- k. Buscar sua permanente qualificação profissional frente às demandas atuais.

20 PLANEJAMENTO DOCENTE

O planejamento (diário, semanal, quinzenal, mensal, bimestral...anual) flexível é uma ação pedagógica de fundamental importância para o/a professor/a, para o processo de ensino-aprendizagem, para a escola, etc., guardando em si todo um norteamento legal, filosófico, pedagógico, cultural, político, científico, etc.

Ele também contém os pressupostos e crenças do/a docente, pois não existe ação pedagógica sem a marca histórica – vivência, experiência e formação - construída pelo/a educador/a. Planejar é um ato político e educativo.

Planejar é sistematizar o ensino, a pesquisa e a extensão, a prática e o estágio, sugerindo vivências conceituais, procedimentais e atitudinais, com vistas ao surgimento das competências.

As competências, por outro lado, devem ser avaliadas por critérios pré-estabelecidos, antes mesmo de serem pensados os objetivos, conteúdos, metodologias e avaliações, pois todo planejamento tem um propósito, um alvo a ser atingido. Elas formam um conjunto de saberes e comportamentos previstos nos documentos oficiais, inclusive no PPPC – Projeto Político-Pedagógico do Curso.

Entende-se que o planejamento deve apresentar conteúdos curriculares explícitos e implícitos, uma vez que as questões de relevância social fazem parte dele, organizando-se por atos estratégicos de transversalidade e interdisciplinaridade, traduzindo a escola que pertencemos e quais horizontes pretendemos percorrer.

Daí a importância da ESP - Escola de Saúde Pública do Maranhão - sistematizar espaços de planejamento em que os/as professores/as, os/as tutores e os/as preceptores/as, bem como as coordenações e os/as pedagogos/as da escola estejam presentes, pois quem executa e quem pensa a oferta precisa participar da sua organização.

A ação educativa intencionalizada resulta em objetivos claros e significativos, necessitando que todos os envolvidos estejam lúcidos quanto ao processo formador.

A ESP/MA definiu para si o referencial Pós-estruturalista, entendendo a importância de conduzir um trabalho a partir dos estudos culturais, valorizando o legado histórico e social das pessoas e suas comunidades. O que não nega o poder da ciência e de seus saberes, mas o complementa, situando as subjetividades em meio ao discurso cartesiano.

Sendo assim, o planejamento da ESP/MA já guarda uma intencionalidade bastante delineada, visto que no processo de qualificação do trabalhador para os serviços a ciência, a técnica e as subjetividades e suas culturas serão valorizadas, fundamentando todo o trabalho de planejamento.

Escolhe-se como parâmetro para o planejamento a Taxonomia de Bloom, visto a sua disposição didática para sistematizações dessa ordem, sem, no entanto, compreendê-la como uma verdade inquestionável, mas como recurso

pedagógico de importante valor, especialmente para os profissionais que transitam pelo cenário da educação e que possuem pouca ou nenhuma qualificação pedagógica.

Nessa dimensão do planejamento, as metodologias ativas são entendidas como importantes estratégias de ensino, com vistas à aprendizagem e à autonomia intelectual do/da discente. Por tal, devem ser incorporadas no planejamento.

São atividades das Coordenações de cada área e do Núcleo Pedagógico da ESP/MA, ao se tratar sobre planejamento:

- a. Receber a demanda externa de curso e sistematizá-la, junto à equipe técnica demandante;
- b. Pensar a oferta de curso, a partir das necessidades comunitárias do entorno da ESP/MA;
- c. Usar corretamente os instrumentos e técnicas de planejamento, conforme as orientações da ESP/MA;
- d. Submeter os planejamentos ao Conselho de Educação, órgão colegiado e demais instituições e setores que se fizerem necessários;
- e. Orientar, avaliar, supervisionar o planejamento e a sua execução, considerando a filosofia e metodologia da ESP/MA;
- f. Ministrando formação pedagógica (Núcleo Pedagógico), considerando a filosofia e metodologia da ESP/MA;
- g. Elaborar relatórios;
- h. Participar de reuniões com o corpo diretor da ESP/MA.

São elementos constitutivos do plano de aula:

HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	Relacionadas ao mundo do trabalho e aos objetivos específicos. As questões científicas, técnicas e culturais deverão ser lembradas quando da sistematização do comportamento esperado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<u>Conceituais</u> (conteúdos acumulados pela humanidade e ciência), <u>procedimentais</u> (teoria+prática/ é o exercitar) e <u>atitudinais</u> (habilidade e competência – é a consagração da <i>práxis</i> (teoria+prática+teoria). Precisarão ser estruturados entendendo a organização do conhecimento – do mais simples ao mais complexo - (<u>lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e construir</u> – TAXONOMIA DE BLOOM)

CONTEÚDO	Deverá ser sistematizado na necessária compreensão da articulação com a habilidade esperada e mesmo com o tempo destinado ao trabalho.
METODOLOGIA APLICADA	Estudos Culturais – entendendo a diversidade da demanda de sala de aula e de seus saberes. Taxonomia de Bloom - organização da proposta de trabalho, entendendo que as categorias do saber são fundamentais e jamais serão alcançadas em uma única aula (lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e construir). Metodologia Ativa – problematização (Arco de Maguerez, Gameficação etc.)
RECURSOS DIDÁTICOS	Viabilizadores de aprendizagem.
AVALIAÇÃO	É preciso pensar a avaliação na dimensão dos objetivos: SE conceitual, SE procedimental, SE atitudinal, elegendo os critérios de avaliação e pesos. A natureza avaliativa deverá ser clara – diagnóstica, processual/formativa, somativa/classificatória e emancipadora.
REFERÊNCIAS	Devem ter relação com o plano de ensino, que tem relação com o plano de curso. Apresenta o “estado da arte” de discussão sobre o objeto de estudo.

São elementos constitutivos do plano de ensino:

Apresentação – nome da instituição, nome do curso e disciplina, nome do/a professor/a, período do curso ou disciplina, turno e modalidade: presencial/EAD.
Demanda – diz do perfil do público alvo.
Ementa – conjunto de temáticas que serão trabalhadas na disciplina. Já é prevista no projeto/plano de curso. Não pode ser alterada, sem que o projeto/plano sofra modificação. Para tal, os núcleos colegiados deverão deliberar, junto à coordenação.
Competências - relacionadas ao mundo do trabalho e tratam sobre o perfil que será alcançado por meio de uma disciplina ou curso. Para sua aquisição, muitas habilidades precisarão ser desenvolvidas.
Objetivos gerais – guardam relação com as competências.
Conteúdos – devem ser descritos a partir das unidades temáticas, que deverão apresentar suas respectivas cargas horárias: Unidade I – XXXXXXXXXXXXXXXX (CH X) Unidade II – XXXXXXXXXXXXXXXX (CH X) Unidade III – XXXXXXXXXXXXXXXX (CH X)
Metodologia – ativa (problematização, desenvolvimento do conteúdo, atividade, síntese da aula, avaliação e encaminhamentos).
Recursos – viabilizadores de aprendizagens.
Avaliação – é preciso tratar nas dimensões da natureza – diagnóstica, formativa, somativa e emancipatória – e do instrumento – seminário, prova, fichamento, artigo científico etc. -, estabelecendo critérios e pesos avaliativos.
Referências básicas e complementares – de acordo com o plano de curso. Se existirem adições posteriores, serão nas complementares.

São elementos constitutivos do plano de curso:

Apresentação – nome da instituição, nome do curso, coordenação, período de duração, CH, turno, modalidade: presencial/EAD e número de vagas.
Demanda – diz do perfil do público alvo.
Público alvo
Formação acadêmica exigida do (a) aluno (a)
Processo seletivo
Requisitos de aprovação
Contextualização do Estado do Maranhão
Histórico da Escola de Saúde Pública do Maranhão
Justificativa do curso
Competências e habilidades - relacionadas ao mundo do trabalho e tratam sobre o perfil que será alcançado por meio do curso. Para a aquisição das competências, muitas habilidades precisarão ser desenvolvidas. O PPPI apresenta competências gerais.
Objetivos gerais – relacionam-se com as competências.
Objetivos específicos – relacionam-se com as habilidades (conceitual/procedimental/atitudinal) e com o mundo do trabalho.
Ensino, pesquisa e extensão – com base nos Regimentos da ESP.

Estágio e prática – com base nos Regimentos da ESP.
Desenho curricular – deve também valorizar os Estudos Culturais.
Disciplinas e suas ementas
Bibliografias básicas e complementares – existentes na escola e que serão imediatamente adquiridas. Devem conversar com a proposta do curso.
Cronograma de oferta das disciplinas
Coordenação do curso, sua titulação e experiência profissional nos últimos cinco anos
Quadro de professores/as e de suas titulações
Metodologia – ativa. Não deve ser esquecido o referencial Pós-estruturalista e a Taxonomia de Bloom como recurso pedagógico de singular importância para o processo de sistematização do ensino e aprendizagem.
Recursos físicos
Recursos pedagógicos – viabilizadores de aprendizagens. Importante focar na inovação.
Recursos financeiros
Avaliação – com base na sistemática de avaliação da ESP/MA.
Recuperação – com base na sistemática de avaliação da ESP/MA.
Crterios de avaliação – com base na sistemática de avaliação da ESP/MA.
Atividades complementares – com base nos Regimentos da ESP.
TCC – com base nos Regimentos da ESP.
Certificação
Política de acompanhamento de egressos/as – com base nos Regimentos da ESP.
Referência bibliográfica – considerando as fontes que embasaram a elaboração do PPC.

21 PLANO GESTOR BIANUAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Toda instituição organiza-se por uma política pedagógica, além de administrativa, financeira etc., tendo sua sistematização apresentada no PPPI, conforme preconiza a LDBEN 9.394/96.

Do documento maior, PPPI, nascem todos os outros documentos institucionais, como:

- a. Regimento Interno
- b. Normas Acadêmicas
- c. Plano Gestor – ensino, pesquisa e extensão (destacando a sustentabilidade)
- d. Plano de Ação por setor - anual
- e. PPP dos Cursos
- f. Sistemática de Avaliação
- g. Sistemática de Planejamento
- h. Política de qualificação e acompanhamento docente
- i. Política de qualificação e acompanhamento do Corpo Técnico-administrativo

- j. Manual do/a Professor/a
- k. Manual do/a Aluno/a
- l. Regimento de Prática e Estágio
- m. Regimento da Pós-graduação
- n. Regimento da Residência
- o. Regimento da Pesquisa e extensão
- p. Regimento da Revista da ESP/MA
- q. Regimento de TCC
- r. Portarias, Resoluções e Atas dos Núcleos Colegiados
- s. Regimento da EAD e Ensino Híbrido
- t. Memórias das reuniões de setores
- u. Instrumentos de avaliação institucional – sociedade civil, docente, discente, egresso, administrativo e gestão
- v. Padronização dos documentos – ofícios, portarias, resoluções, atas etc.
- w. Estabelecimento de fluxos e rotinas, a partir da definição clara do organograma

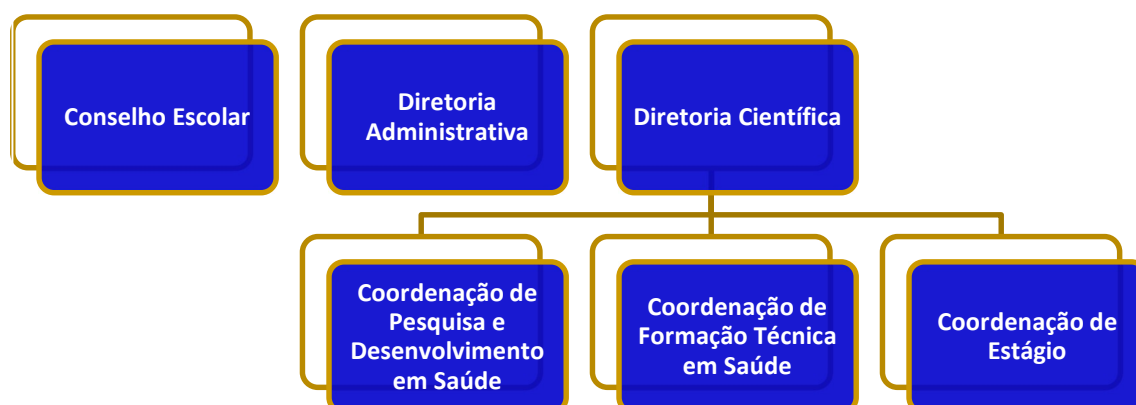
Assim é que o Plano Gestor tem o objetivo de traduzir as intenções da instituição através de um planejamento que envolve todos os seus setores e representações, definindo pautas, ações, metodologia, responsáveis e prazos.

O Plano deverá ser avaliado a cada dois anos, implicando no replanejamento de todo o processo, sem perder a excelência do que foi preconizado no PPPI.

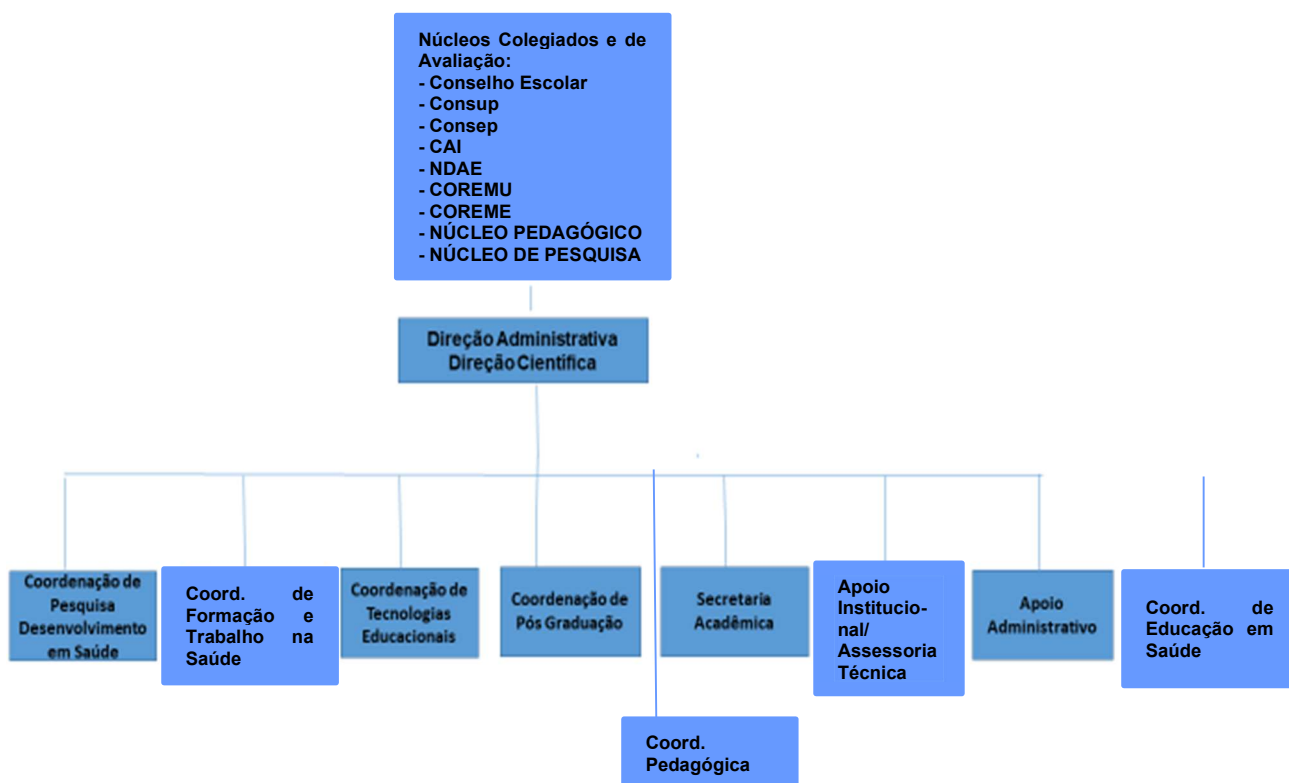
A ESP/MA prospecta a elaboração do seu primeiro Plano Gestor em 2021, tendo o período de execução até 2023, quando iniciará um novo ciclo de avaliação e produção.

22 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL, A PARTIR DA LEI ESTADUAL Nº 11.114 DE 02/10/2020

20.1



FLUXOGRAMA DA ESP/MA



22.1.1 Núcleos Colegiados e de Avaliação Institucional

Toda instituição de ensino, na contemporaneidade, tem se guiado por princípios da gestão democrática, considerando a política educacional brasileira difundida a partir da última LDBEN – 9.394/96.

Posto isso, a ESP/MA prospecta a criação e organização de três grupos colegiados, além do Conselho Escolar:

22.1.1.1 Conselho Escolar

A Escola de Saúde Pública do Maranhão, conta com o Conselho Escolar, caracterizado por um espaço de interlocução, atuando em caráter deliberativo, participativo e propiciando a transparência na execução de suas atividades e na utilização dos seus recursos.

O Conselho Escolar tem por finalidade discutir sobre a política geral da Escola. Será coordenado por um membro eleito anualmente, podendo ter somente uma recondução ininterrupta.

Reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente sempre que se fizer necessário. É constituído pela: Diretoria Científica; Diretoria Administrativa; Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde; Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde; Coordenadoria de Estágio; Secretaria Acadêmica e Escolar; Secretaria Executiva do INOVA SAÚDE; Representante Discente; Representante Docente.

22.1.1.2 CONSUP: Conselho Superior

O CONSUP é o órgão máximo, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal da ESP/MA. É constituído por 1(um/a) Diretor/a da ESP/MA, que o preside; O/a Coordenador/a da Pós-Graduação; As Coordenações de Área; O/a Coordenador/a de pesquisa e Extensão; 1(um/a) representante docente, escolhido/a e designado/a pela Direção da ESP/MA; 1(um/a) representante discente, escolhido/a e designado/a pela Direção da ESP/MA, com mandato de 1 (um) ano, admitida uma recondução por igual período.

O/a representante do corpo discente deve estar regularmente matriculado/a, não estar em dependência, ter frequência e desempenho satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O CONSUP reúne-se ordinariamente no início e no fim de cada período letivo e, extraordinariamente, quando convocado pela Direção da ESP/MA, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao CONSUP:

- a. Exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição da ESP/MA;
- b. Aprovar Regimento, suas alterações e emendas;
- c. Aprovar o plano de gestão da ESP/MA;
- d. Deliberar, atendendo à legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações;
- e. Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- f. Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pela Direção Geral;
- g. Decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso da ESP/MA e da sua comunidade acadêmico-administrativa;
- h. Referendar, no âmbito de sua competência, os atos da Direção Geral praticados na forma “ad referendum”.

22.1.1.3 CONSEP: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O CONSEP é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da ESP/MA. É constituído por 1(um/a) Diretor/a da ESP/MA, que o preside; O/a Coordenador/a da Pós-Graduação; As Coordenações de Área; O/a Coordenador/a de pesquisa e Extensão; 1(um/a) representante docente, escolhido/a e designado/a pela Direção da ESP/MA; 1(um/a) representante discente, escolhido/a e designado/a pela Direção da ESP/MA, com mandato de 1 (um) ano, admitida uma recondução por igual período.

O/a representante do corpo discente deve estar regularmente matriculado/a, não estar em dependência, ter frequência e desempenho satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O CONSEP reúne-se ordinariamente no início e no fim de cada período letivo e, extraordinariamente, quando convocado pela Direção da ESP/MA, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao CONSEP:

- a. Fixar diretrizes e políticas de ensino, pesquisa, extensão;
- b. Fixar normas acadêmicas complementares às deste Regimento sobre processo seletivo, currículos, matrículas, transferências, adaptações, avaliação e aproveitamento de estudos, além de outros congêneres;
- c. Aprovar o Edital do Processo Seletivo para ingresso nos cursos de Pós-Graduação e suas normas específicas;
- d. Aprovar e encaminhar ao Conselho Superior, mediante parecer, proposta de criação e extinção de curso de Pós-Graduação;
- e. Analisar, propor e aprovar as normas de funcionamento de estágios supervisionados e de Trabalho de Conclusão de Curso;
- f. Apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- g. Aprovar o Calendário Escolar;
- h. Deliberar, em primeira instância, ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência;
- i. Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da ESP/MA, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pela Direção Geral;
- j. Dar parecer sobre a composição dos currículos e suas alterações e decidir sobre questões relacionadas à sua aplicabilidade;
- k. Aprovar projetos de pesquisa, programas de extensão e projetos de Cursos de Pós-Graduação;
- l. Referendar, no âmbito de sua competência, os atos da Direção Geral;
- m. Aprovar e encaminhar para publicação os manuais do docente e do discente que regem a vida acadêmica e o semestre letivo.

Das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP, cabe recurso ao Conselho Superior, por estrita arguição de ilegalidade, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data da ciência pessoal do teor da decisão pelo interessado.

22.1.1.4 NDAE – Núcleo Docente Assistencial Estruturante

O NDAE consiste em um órgão consultivo das coordenações e representantes (tutores e preceptores) dos programas de residência multiprofissional do Estado do Maranhão, sendo responsável pelo processo de consolidação e contínua atualização dos projetos pedagógicos dos programas, servindo como instrumento da qualidade acadêmica dos programas.

22.1.1.5 COREMU - Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão

É um colegiado encarregado pelo acompanhamento de todos os programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da saúde da SES-MA e responsável pela supervisão das atividades desenvolvidas pelos Residentes em suas diversas áreas de atuação, bem como pela avaliação dos mesmos.

22.1.1.6 COREME – Comissão de Residência Médica

A **COREME** da Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão é uma instância auxiliar da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e da Comissão Estadual de Residência Médica (CEREM) e tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os Programas de Residência Médica (PRM) da instituição.

22.1.1.7 CAI: Comissão de Avaliação Institucional

A CAI é o órgão avaliativo e consultivo da ESP/MA. Deverá ser composto pela representação de alguns seguimentos da instituição, sendo 1(um) das Coordenações, 1(um) da equipe Docente, 1(um) do grupo dos Discentes (técnico, Pós e egresso), 1(um) da equipe de técnicos-administrativos e 1(um) da sociedade civil, com vistas à avaliação da ESP/MA, com mandato de 1 (um) ano, admitida uma recondução por igual período.

A CAI tem em sua estrutura um/a Presidente, designado por voto coletivo, responsável por pensar e instituir os processos internos de avaliação. É o/a Presidente da CAI que apresenta os resultados das avaliações institucionais para o coletivo institucional.

A CAI tem em sua estrutura um/a Secretário/a, responsável pela memória das atividades e reuniões da Comissão, arquivando toda a documentação recebida e produzida. Os demais membros da Comissão são demandados pela Presidência da CAI, conforme necessidades próprias da avaliação institucional interna e externa.

A partir da aplicação anual da avaliação, através de formulários próprios, relatórios são elaborados e apresentados para a comunidade escolar/acadêmica, objetivando identificar potencialidades e fragilidades, a fim de que tomadas de decisão sejam executadas, em favor da qualidade dos serviços prestados.

Compete à CAI:

- a. Prestar assessoria aos núcleos da ESP/MA, a partir dos resultados da avaliação e da escuta institucional, sempre objetivando a qualidade dos serviços prestados pela escola;
- b. Elaborar instrumentos avaliativos, por seguimentos institucionais, para serem aplicados anualmente e em todas as formações promovidas pela ESP/MA;
- c. Gerar relatórios, a partir das avaliações realizadas;
- d. Divulgar resultados da avaliação, evidenciando potencialidades e fragilidades dos serviços prestados pela ESP/MA;
- e. Ser um núcleo institucional que tem por fundamento do seu trabalho a filosofia e política da ESP/MA.

22.1.1.8 Núcleo Pedagógico

Órgão deliberativo e consultivo da ESP/MA. É composto pela Gestão institucional, coordenações de setores e coordenação pedagógica.

Compete ao Núcleo Pedagógico:

- a. Pactuar, administrativamente e financeiramente, junto à SES a oferta de cursos e de seus acompanhamentos;
- b. Eleger um membro para elaboração das atas de reunião, coleta de assinaturas e arquivamento;
- c. Sugerir Filosofia institucional, Referencial Pedagógico, Metodologia de Ensino, Sistema de Avaliação, PPPI, PDI, Regimento Interno da ESP/MA, Normas Acadêmicas, Plano Gestor, Fluxo de Trabalho dos Setores, Calendário Acadêmico, Política de Qualificação e Acompanhamento Docente, Política de Qualificação e Acompanhamento do Corpo Técnico-administrativo, Manual do/a Professor/a, Manual do/a Aluno/a, Regimento de Prática e Estágio, Regimento da Pós-graduação, Regimento da Residência, Regimento da Pesquisa e extensão, Regimento da Revista da ESP/MA, Regimento de TCC, Portarias, Resoluções e Atas dos Núcleos Colegiados, Regimento da EAD e Ensino Híbrido, Instrumentos de avaliação institucional – sociedade civil, docente, discente, egresso, administrativo e gestão – CAI, Padronização dos documentos – ofícios, portarias, resoluções, atas etc., Atas de posse dos membros dos conselhos;
- d. Validar as produções pedagógicas das Coordenações;
- e. Fomentar a elaboração das Memórias de reuniões dos setores;
- f. Articular as demandas externas com a ESP/MA e deliberar sobre elas;
- g. Demandar formações de natureza pedagógica, administrativa e de gestão;
- h. Sistematizar calendário de estudo anual, considerando os setores da ESP/MA;
- i. Produzir e apresentar relatórios;
- j. Acompanhar e apoiar reuniões pedagógicas realizadas fora da ESP/MA;

- k. Participar do processo de elaboração do plano de trabalho da Diretoria de Ensino;
- l. Elaborar o plano de trabalho do Núcleo;
- m. Definir as atividades de educação especial, inclusão educacional, educação em saúde e estudos culturais;
- n. Dar suporte à Biblioteca, alimentando-a das referências necessárias;
- o. Analisar os resultados de avaliações internas e externas e propor medidas para melhoria dos indicadores da educação;
- p. Fundar o laboratório de metodologias ativas;
- q. Sistematizar o PQV – Projeto Qualidade de Vida, que tem como maior objetivo a integração dos colaboradores da ESP e a diminuição do estresse ocasionado pelo próprio labor;
- r. Aproximar a filosofia e política da ESP/MA das demais instituições de saúde, bem como da própria SES;
- s. Definir o papel dos Tutores, Preceptores e Professores Conteudistas dentro da organização das ofertas de cursos;
- t. Definir um calendário de atividades anuais para ESP/MA.

20.1.1.9 Núcleo de Pesquisa

O Núcleo de Pesquisa da ESP/MA foi idealizado a partir da iniciativa de colaboradores da instituição interessados em discutir, formular e aperfeiçoar projetos de pesquisa e de intervenção em saúde pública/coletiva. Dessa forma, almejando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção, que possam ter impacto na sociedade em nível local e regional.

As reuniões do núcleo acontecem semanalmente, às quartas e quintas-feiras, das 8h30 às 10h00, com a participação ativa de colaboradores previamente selecionados com base em perfil de competência voltado para a avaliação, acompanhamento e execução de pesquisas científicas.

Compete ao Núcleo de Pesquisa:

- a. Produzir conhecimentos acerca do processo de estruturação e execução de projetos de pesquisas científicas no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- b. Estruturar linhas de investigação científica em linhas estratégicas de atuação da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão: rede materno-infantil, vigilância em saúde, atenção primária e gestão em saúde;
- c. Promover desenvolvimento científico e a produção acadêmica por meio da interação e integração entre graduandos, pós-graduandos, docentes e profissionais de equipe interdisciplinar com os serviços da rede de atenção à saúde;
- d. Desenvolver atividades integradas de pesquisa, ensino e extensão em contribuição para a formação de pessoal da área de saúde;
- e. Realizar oficinas, minicursos, seminários e mostras de audiovisuais, com a participação de docentes, discentes dos cursos de Comunicação e da área da saúde e afins, voltados para os profissionais, comunidades envolvidas e público em geral.

22.1.2 Diretoria Científica

É uma instância executiva responsável pela gestão e qualidade das ações da Escola de Saúde Pública do Maranhão (ESP/MA), juntamente com a diretoria Administrativa. Trata-se inclusive de um setor que deverá promover a execução técnico-científica que tem por missão contribuir para o desenvolvimento da investigação científica coerente com o planejamento da ESP/MA, desencadeando articulações interinstitucionais e provendo suporte técnico às demais áreas técnicas da ESP/MA bem como da SES/MA.

A Diretoria Científica conta com: Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde e Coordenadoria de Estágio.

Compete à Diretoria Científica:

- a. Assegurar o cumprimento das disposições legais, das políticas públicas da área e das normas gerais da ESP/MA;
- b. Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Escolar;
- c. Representar a ESP/MA perante órgãos e/ou autoridades do poder público e em atividades de caráter cívico, social e cultural do interesse da comunidade escolar;
- d. Controlar e avaliar as atividades pedagógicas da ESP/MA em conjunto com o Conselho Escolar;
- e. Distribuir funções e atribuir responsabilidades, estimulando o desempenho de todos os setores sob a sua responsabilidade;
- f. Convocar e presidir todas as reuniões realizadas na ESP/MA, exceto aquelas para as quais houver normas específicas previstas em legislação vigente;
- g. Decidir sobre requerimentos, recursos e processos, no âmbito de sua competência remetendo-os com informações aos interessados, nos prazos legais;
- h. Articular com gestores, áreas técnicas e serviços de saúde a implementação das ações da ESP/MA;
- i. Discutir estratégias para otimizar o uso de recursos captados junto às agências de fomento e outras organizações;
- j. Incentivar a identificação dos objetivos de pesquisa a partir das práticas de educação permanente em saúde, desenvolvidas pelos departamentos vinculados à diretoria;
- k. Estabelecer critérios a serem aplicados na constituição de comissões examinadoras para os processos de seleção e qualificação, bem como para a defesa de trabalhos de conclusão de curso;
- l. Subsidiar a coordenação dos cursos em questões referentes à matrícula, dispensa de disciplinas, transferência, aproveitamento e reconhecimento de créditos;
- m. Apoiar e acompanhar a coordenação dos Programas de Residências Médicas, Uniprofissional e Multiprofissional em saúde, junto às comissões;

- n. Colaborar na elaboração dos relatórios de avaliação dos programas relativos às agências de fomento;
- o. Coordenar a avaliação das práticas e do impacto da Educação Permanente em Saúde, desenvolvidas no âmbito do estado;
- p. Definir estratégias de apoio para a produção e divulgação científica;
- q. Assegurar o cumprimento do fluxo de documentos e informações necessárias ao funcionamento dos cursos, em tempo hábil para a secretaria acadêmica e escolar;
- r. Coordenar a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde;
- s. Participar da elaboração do Plano Estadual de Saúde (PES), Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), Plano Plurianual (PPA), Programação Anual de Saúde (PAS), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), concernente às ações da ESP/MA;
- t. Elaborar e acompanhar a execução dos projetos, contratos, convênios, termos de cooperação, aditivos, termos de colaboração, acordos de cooperação, no que concerne aos aspectos de execução das metas e prazos; administrativos e financeiros;
- u. Representar a ESP/MA perante órgãos e/ou autoridades do poder público e em atividades de caráter cívico, social e cultural do interesse da comunidade escolar;
- v. Apoiar no controle e avaliação das atividades pedagógicas da ESP/MA em conjunto com o Conselho Escolar;
- w. Convocar e presidir as reuniões realizadas na ESP/MA;
- x. Articular com gestores, áreas técnicas e serviços de saúde a implementação das ações da ESP/MA;
- y. Discutir estratégias para otimizar o uso de recursos captados junto às agências de fomento e outras organizações;
- z. Acompanhar a execução orçamentária da ESP/MA, em parceria com o Conselho Escolar, realizando os ajustes necessários.

22.1.3 Diretoria Administrativa

A Diretoria Administrativa da Escola de Saúde Pública do Maranhão terá como base o novo paradigma de gestão, concentrando seus esforços no sentido de favorecer a participação democrática, onde as decisões são resultados de atuação de todos os envolvidos na busca de um objetivo comum no conhecimento profissional e no acompanhamento e avaliação sistemática de todo o processo educativo.

A ESP/MA tem corpo técnico administrativo próprio, oriundo do quadro da Secretaria de Estado da Saúde ou posto à disposição por outro órgão, e contratado pela escola.

Compete à Diretoria Administrativa:

- a. Coordenar o planejamento, organização, execução e controle das atividades da gestão administrativa, financeira, institucional, Tecnologia da Informação (TI), comunicação de acordo com deliberação e diretrizes estabelecidas em legislação específica;
- b. Participar da elaboração do Plano Estadual de Saúde (PES), Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), Plano Plurianual (PPA), Programação Anual de Saúde (PAS), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), concernente às ações da ESP/MA;
- c. Elaborar e acompanhar a execução dos projetos, contratos, convênios, termos de cooperação, aditivos, termos de colaboração, acordos de cooperação, no que concerne aos aspectos administrativos e financeiros;
- d. Articular o desenvolvimento individual e institucional, das ações e os serviços e a gestão local de atenção à saúde e o controle social;
- e. Assegurar o cumprimento das disposições legais, das políticas públicas da área e das normas gerais da ESP/MA;
- f. Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Escolar;
- g. Representar a ESP/MA perante órgãos e/ou autoridades do poder público e em atividades de caráter cívico, social e cultural do interesse da comunidade escolar;
- h. Apoiar no controle e avaliação das atividades pedagógicas da ESP/MA em conjunto com o Conselho Escolar;

- i. Distribuir funções e atribuir responsabilidades, estimulando o desempenho de todos os setores;
- j. Convocar e presidir todas as reuniões realizadas na ESP/MA;
- k. Decidir sobre requerimentos, recursos e processos, no âmbito de sua competência remetendo-os com informações aos interessados, nos prazos legais;
- l. Articular com gestores, áreas técnicas e serviços de saúde a implementação das ações da ESP/MA;
- m. Discutir estratégias para otimizar o uso de recursos captados junto às agências de fomento e outras organizações;
- n. Coordenar as despesas, cabendo-lhe designar o corresponsável pela formalização dos atos pertinentes, de acordo com as diretrizes da SES/MA;
- o. Coordenar e assegurar a gestão administrativa, envolvendo recursos humanos e serviço de apoio operacional;
- p. Elaborar e encaminhar ao órgão competente o relatório das atividades técnicas, administrativas e financeiras da ESP/MA;
- q. Acompanhar a execução orçamentária e financeira junto ao Fundo Estadual de Saúde (FES), incluindo os rendimentos;
- r. Elaborar previsão de recursos orçamentários e financeiros para viabilizar as atividades da Escola;
- s. Instituir normas de rotina e funcionamento dos serviços da ESP/MA, de acordo com o estabelecido pela SES/MA;
- t. Solicitar abertura de processo licitatório de acordo com o planejamento da ESP/MA e a disponibilidade orçamentária;
- u. Encaminhar ao órgão competente os processos relacionados a pagamentos e despesas;
- v. Acompanhar a execução e movimentação dos créditos de natureza orçamentária e produzir dados para as alterações que se fizerem necessárias;
- w. Cumprir e fazer as disposições regulamentares pertinentes ao âmbito de atuação da ESP/MA;
- x. Inventariar anualmente o material existente da ESP/MA;

- y. Acompanhar a execução orçamentária da ESP/MA, em parceria com a Conselho Escolar, realizando os ajustes necessários;
- z. Promover a gestão dos convênios, contratos e cooperação da ESP/MA, coordenando a fiscalização dos mesmos;
- aa. Participar da comissão de análise da documentação dos processos licitatórios;
- bb. Manter arquivado e em boa ordem todos os processos administrativos referentes a convênios, contratos e cooperação, durante toda a vigência dos mesmos, anexando-lhes todos os documentos recebidos pertinentes à execução do objeto da contratação;
- cc. Exercer as demais atividades, correlatas ou inerentes à Diretoria Administrativa da Escola e as que forem legais ou regularmente estabelecidas.

22.1.4 Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

A Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, tem por objetivo formar e desenvolver trabalhadores para o SUS, promovendo à integração entre ensino, serviço e comunidade. Sendo composta pelos departamentos de pesquisa, estágio, extensão e residências em saúde (médica e multiprofissional).

Compete a esta coordenação, a saber: a definição da capacidade da rede de saúde para campos de estágios, bem como a análise dos processos de solicitação e alinhamento dos processos de trabalho com a direção e coordenadores dos campos, formalização do termo de cooperação técnica com as instituições de ensino superior (IES), determinação dos valores das contrapartidas, o recebimento e gerenciamento das mesmas. Analisar, autorizar e fiscalizar as pesquisas a serem executadas na rede estadual, prospecção, elaboração, execução e acompanhamento de projetos de extensão, planejamento e execução de eventos científicos, elaboração, submissão e acompanhamento do projeto de criação da revista maranhense de saúde pública, supervisão e viabilização para adequada execução dos programas de residências em saúde, propor ações de aperfeiçoamento e melhoria do processo ensino aprendizagem dos residentes,

acompanhamento e apoio para a elaboração do projeto pedagógico para abertura e credenciamento de novos programas.

22.1.5 Coordenação de Pós-Graduação

À Coordenação de Pós-Graduação compete planejar, acompanhar e coordenar o ensino de pós-graduação *lato sensu*, desenvolvendo cursos de especialização ou aperfeiçoamento na área da Saúde, conforme diretrizes da educação nacional e estadual. Também executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

22.1.6 Coordenação de Tecnologias Educacionais

À Coordenação de Tecnologias Educacionais compete implementar processos educacionais mediados por tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Cabe à coordenação apoiar e gerenciar o desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras mediadas por tecnologias para a Educação Permanente em Saúde visando a oferta e ampliação do acesso às diversas formas de qualificação, sejam presenciais, semipresenciais e à distância.

22.1.7 Coordenação de Formação e Trabalho na Saúde

A Coordenação de Formação e Trabalho na Saúde compreende o desenvolvimento das atividades referentes a educação permanente em saúde e educação continuada articuladas com as demais coordenações da ESP/MA, outras instâncias da Secretaria Estadual de Saúde, e ainda outras instituições. A proposta de difusão de conhecimentos técnicos e científicos, por meio do ensino e de publicações devem atender a demanda do setor de saúde para diversas áreas de atenção, visando à formação e à qualificação de profissionais para o SUS no âmbito da: atenção à saúde, vigilância em saúde e gestão em saúde.

Nesse sentido, a presente coordenação, articular-se-á diretamente com as coordenações constitutivas da ESP/MA, bem como, Superintendência de Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica,

Unidades Regionais de Saúde e outros setores da SES, bem como, manter ações de articulação com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Departamento de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde e Departamento de Gestão Participativa.

Nessa perspectiva, apoiará a implantação Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, coordenando a executando o acompanhamento pedagógico dos processos formativos, no que compreende cursos de formação profissional técnica de nível médio, qualificação, aperfeiçoamento e cursos livres para trabalhadores inseridos no Sistema Único de Saúde.

22.1.8 Coordenação de Educação em Saúde

A Coordenação de Educação em Saúde tem como objetivo desenvolver processo de educação voltados para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a partir do diálogo entre a diversidade cultural, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, a produção de conhecimentos e a inserção destes no SUS. Compreende-se que os objetivos da Educação em Saúde cabem desenvolver nos pacientes, cuidadores e trabalhadores da saúde o senso de responsabilidade pela sua própria saúde e pela saúde da comunidade a qual pertencem e a capacidade de participar da vida comunitária de uma maneira construtiva.

Nesse sentido, a presente coordenação, articular-se-á diretamente com as coordenações constitutivas da ESP/MA, bem como, Superintendência de Atenção Primária em Saúde, Vigilância em Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Unidades Regionais de Saúde e outros setores da SES, bem como, manter ações de articulação com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Departamento de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde e Departamento de Gestão Participativa.

Nessa perspectiva, apoiará a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, Política Nacional de Promoção da Equidade e Política Nacional de Promoção da Saúde, colaborando na elaboração de projetos para implementar as políticas voltadas para o fortalecimento das ações de Educação em Saúde e Controle Social, cabendo a essa coordenação promover capacitação de

lideranças comunitárias, controle social e população em geral para desenvolver ações de Educação em Saúde nos territórios.

Ressalte-se ainda, o apoio técnico e logístico as demais Unidades/Departamentos e instituições de ensino em saúde, quando solicitado pelos mesmos, apoiando e fortalecendo as ações educativas de promoção e prevenção da saúde junto aos Departamentos, Unidades Gestoras Regionais de Saúde e dos municípios, tendo em vista, a elaboração e disponibilização de material educativo para o fortalecimento das ações de Educação em Saúde nos municípios.

22.1.9

Coordenação Pedagógica

Constituída por um/a Coordenador/a com formação em Pedagogia, além de seus membros pedagogos, psicopedagogos e psicólogos.

Compete à Coordenação Pedagógica:

- a. Sistematizar as demandas apresentadas pelo Núcleo Pedagógico, executando-as dentro do prazo estabelecido;
- b. Apresentar no Núcleo Pedagógico as construções e intervenções de natureza pedagógica;
- c. Contribuir com as Coordenações da ESP na elaboração dos Projetos de Curso, bem como na estruturação dos instrumentos pedagógicos deles demandados;
- d. Contribuir na elaboração, por setor, dos planos anuais de ação;
- e. Sistematizar e desenvolver formações de natureza pedagógica para os técnicos e pedagogos da ESP/MA, bem como docentes e tutores participantes dos programas e projetos de qualificação da ESP/MA;
- f. Acompanhar a execução dos cursos promovidos pela ESP/MA, supervisionando, orientando e avaliando, com vistas ao alcance da qualidade dos serviços prestados, tendo como base a política e filosofia institucional;
- g. Produzir sistemáticas de planejamento e avaliação;
- h. Eleger um membro para elaboração das atas de reunião, coleta de assinaturas e arquivamento;
- i. Produzir e apresentar relatórios;
- j. Orientar os professores na implementação do currículo e de seus planejamentos, na utilização de materiais didáticos e paradidáticos;
- k. Contribuir ao processo de inclusão e socialização dos alunos deficientes;
- l. Avaliar a execução do currículo e propor os ajustes necessários;

- m. Acompanhar e orientar os professores em sala de aula, quando necessário, para garantir a implementação do currículo;
- n. Acompanhar e apoiar reuniões pedagógicas realizadas na ESP/MA;
- o. Acompanhar, dando suporte, ao sistema acadêmico e AVA;
- p. Participar de bancas de seletivo e TCC;
- q. Organizar o acervo de materiais e equipamentos didático-pedagógicos;
- r. Acompanhar e orientar o grupo discente;
- s. Supervisionar, orientar e avaliar o laboratório de metodologias ativas;
- t. Recepcionar, com toda a logística necessária, docentes e discentes;
- u. Desenvolver atividades pedagógicas junto à Coordenação de Tecnologia;
- v. Validar os materiais pedagógicos produzidos pelos tutores e preceptores.

22.1.10 Apoio Institucional/ Assessoria Técnica

Para a função de assessor técnico institucional, faz-se necessário possuir formação de ensino superior, preferencialmente da área da saúde ou educação, e registro profissional expedido pelo órgão competente. À Assessoria Técnica da ESP/MA compete assessorar a direção, as coordenações, nas questões técnico-administrativas e de gestão da tecnologia da informação. Entre suas principais atribuições estão também a coordenação do planejamento, monitoramento e avaliação das atividades e projetos desenvolvidos pela ESP/MA.

Ao assessor técnico compete:

- a. Acompanhar, avaliar e contribuir no processo de ensino-aprendizagem, com ênfase na lógica da Política Nacional de Educação Permanente e do funcionamento descentralizado dos cursos ofertados pela ESP/MA;
- b. Colaborar com a organização da instituição e a melhoria da qualidade do ensino;
- c. Contribuir para a qualificação do processo de elaboração dos instrumentos de planejamento da ESP/MA;

- d. Estimular a implementação das políticas públicas de saúde de forma horizontal, superando a fragmentação das ações na gestão e na atenção à saúde;
- e. Contribuir para qualificação dos processos de informação e comunicação em saúde;
- f. Promover a educação profissional técnica de nível médio em saúde, contribuindo para a valorização da qualificação e habilitação dos trabalhadores do SUS e da comunidade em geral, quando necessário;
- g. Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, recomendando atualização do acervo bibliográfico e introduzindo recursos tecnológicos atualizados;
- h. Auxiliar no desenvolvimento de programas educacionais profissional técnico de nível médio e superior na área da saúde, visando à transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social;
- i. Subsidiar parcerias em nível local, estadual, nacional e internacional integrando redes colaborativas no campo da educação profissional técnica de nível médio em saúde;
- j. Participar de atividades de ensino e extensão direcionadas para a educação profissional técnica de nível médio e elementar;
- k. Realizar, em colaboração com a Secretaria Acadêmica e Escolar, o processo de aproveitamento de estudos requeridos pelos discentes, se pertinente;
- l. Participar da organização do processo de estágio curricular dos programas de formação profissional técnica visando a integração ensino-serviço-comunidade;
- m. Promover atividades de formação e educação permanente para docentes;
- n. Realizar, com a colaboração das demais áreas da ESP/MA, processos seletivos de discentes, docentes e bolsistas, que participam/atuem nos programas de educação profissional em saúde;

- o. Participar da elaboração de projetos e estabelecer estratégias de captação de recursos financeiros e materiais para a educação profissional na área de saúde, em colaboração com as áreas da ESP/MA;
- p. Participar de pesquisas, em colaboração com as Coordenadorias de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, Formação Técnica em Saúde e Estágio e com o Inova Saúde, áreas técnicas da SES/MA e outras Instituições de Ensino, em nível nacional e internacional, estimulando o desenvolvimento de inovação e produção científica e tecnológica no campo pedagógico;
- q. Auxiliar nos processos de autorização, reconhecimento e aprovação dos cursos de educação profissional oferecidos pela ESP/MA e suas renovações, junto aos órgãos competentes, respeitando os prazos estabelecidos;
- r. Sugerir critérios e elaborar planos para estabelecimento de normas administrativas;
- s. Apoiar as Diretorias da ESP/MA na elaboração e execução de convênios e acordos de cooperação técnico-científica entre a Fundação e entidades nacionais e internacionais;
- t. Apoiar na elaboração de estudos setoriais e do relatório anual de atividades;
- u. Apoiar as ações de caráter técnico científico e administrativo da ESP/MA;
- v. Acompanhar pesquisas acadêmico-científicas e formação em avaliação institucional;
- w. Contribuir na elaboração e monitoramento do plano de ação da ESP/MA;
- x. Apoiar na integração das atividades de extensão e cooperação acadêmica com o ensino e a pesquisa;
- y. Apoiar o diálogo com as instituições de ensino pública e privada;
- z. Fomentar o desenvolvimento de redes colaborativas entre Escolas de Governo do Estado do Maranhão visando ao aprimoramento de ações conjuntas de ensino, pesquisa e serviços;
- aa. Assessorar na elaboração e execução de convênios e acordos de cooperação técnico-científica;
- bb. Exercer outras atividades de sua competência.

22.1.11 Apoio Administrativo

É responsável pelas atividades administrativas da Escola de Saúde Pública/MA, sendo composto pelos servidores selecionados para auxiliar na elaboração de arquivos e documentos, a emissão e conferência dos dados, requisição de materiais, programação atendimento das diretorias, receber, ordenar, registrar, expedir e acompanhar a tramitação de documentos e processos.

22.1.12 Secretaria Acadêmica

A secretaria acadêmica tem por responsabilidade organizar, sistematizar, registrar e documentar todos os fenômenos que se processam no âmbito da ESP/MA, tornando viável seu funcionamento administrativo e garantindo sua legalidade e a validade de seus atos, sobretudo a guarda dos registros das atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pela ESP/MA com todas as suas implicações.

O Secretário (a) Acadêmico é o(a) responsável legal pela gestão da Secretaria Acadêmica. A função de Secretário (a) Acadêmico é exercida por profissional com formação mínima em nível médio, afim de bem desempenhar seu papel e cumprir suas responsabilidades, é necessário ao (a) profissional que se dedica a essa atividade possuir algumas características pessoais: ser ético, responsável, organizado e ter habilidade para o relacionamento interpessoal.

23 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da ESP/MA é constituído majoritariamente de profissionais de nível superior com experiência na área específica da unidade de estudo, capacitado técnica e pedagogicamente, preferencialmente atuando nos serviços da rede SUS. Estes profissionais assumem temporariamente, após processo de seleção e capacitação, a função de docente nos cursos oferecidos.

O corpo docente é constituído de colaboradores da ESP/MA, que desenvolverá suas atividades comprometidos com a missão, a visão, os valores, os

objetivos e metas da Escola, sendo composto por especialistas, mestres e doutores. A título eventual, e por tempo determinado, a ESP/MA pode dispor para as atividades de formação de: a) Professores/as convidados/as, colaboradores/as, visitantes, nacionais e estrangeiros; b) Servidores/as da Secretaria da Saúde do Estado do Maranhão, lotados em outros Departamentos que atuam como docentes convidados/as; c) Professores/as selecionados/as e contratados/as por meio de edital público.

Os/As docentes dos cursos da ESP/MA devem ter conhecimento dos objetivos dos cursos, da metodologia e do perfil do profissional que se quer formar. Devem possuir conhecimento técnico-científico na sua área de atuação e habilidade para o exercício da docência.

A seleção dos/as instrutores(as)/supervisores(as) para atuar nos cursos é feita sob a supervisão da coordenação de formação técnica da ESP e requer do/a docente:

- a. Espírito inovador para envolver o estudante no processo educativo;
- b. Partir da prática para a reflexão, retornando e avaliando a nova prática;
- c. Estimular o educando a recriação dos métodos tradicionais, com base nos seus valores éticos e culturais;
- d. Utilizar interação teoria-prática e compromisso profissional, político, social e ético;
- e. Atenção aos pressupostos filosóficos, pedagógicos e políticos da ESP/MA;
- f. Sensibilidade às questões de natureza pedagógica.

23.1 CONTRATAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOENTE

Para o desenvolvimento dos cursos oferecidos pela ESP/MA serão necessários profissionais conhecedores da filosofia e fundamento pedagógico institucional, competentes para o trabalho com as metodologias ativas e suas peculiaridades. Deverá ter embasamento teórico suficiente para elaborar os materiais e recursos da sua disciplina, sendo conteudistas.

Haverá situações, dependendo da lógica da oferta, que o professor poderá ser o tutor e/ou orientador de TCC.

Os docentes serão selecionados por meio da análise de currículo devidamente comprovado, além de entrevista e aula teste.

Ao estarem em atividade docente na ESP/MA serão acompanhados, orientados e avaliados por suas respectivas coordenações.

24 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Considerando que toda ação pedagógica é uma ação política por excelência, a participação dos atores envolvidos no ato educativo é primordial para a construção, avaliação e implantação do Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico da ESP/MA, construído de forma coletiva, deve ser objeto de avaliação contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas e correção de desvios e possibilitar ajustes das atividades propostas.

Nesse sentido, a Diretoria Científica acompanhará as ações dos discentes e docentes, verificando se estão em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Escola, enquanto que as Coordenações de Cursos e Coordenação Pedagógica acompanharão a execução dos seus planos, projetos e regimentos.

As avaliações propriamente ditas, com a participação de toda a comunidade acadêmica deverão acontecer a cada 2 anos ou quando houver necessidade de alterar algum capítulo.

O Conselho Escolar da ESP/MA e CONSUP fornecerão as condições de ensino e infraestrutura, caso necessário, para implementação das mudanças advindas do acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Estas alterações ocorrerão com anuência do Conselho Escolar e CONSUP.

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do projeto político-pedagógico traz a compreensão de uma nova atitude em relação à educação profissional e a certeza de que a ESP/MA vai sendo construída à medida que todos são envolvidos no processo de reflexão e

decisão. Sendo um projeto que define a identidade da escola e indica caminhos para desenvolver o ensino-aprendizagem com qualidade. Nesse projeto reúne propostas de ação concreta a ser executada durante determinado período de tempo, e ele é político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. E é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Nesta trajetória, os profissionais passam a elaborar suas propostas específicas, considerando as diretrizes e características do projeto institucional e as possibilidades e os limites de cada uma das iniciativas. O objetivo, contudo, é um só: transformar a Escola de Saúde Pública do Maranhão em uma referência nacional de educação profissional voltada para os trabalhadores do SUS.

A construção do Projeto Político-Pedagógico leva um longo tempo para ser “finalizada”, e é muito importante ter a compreensão e a consciência de que os resultados não aparecem de um dia para o outro.

É relevante destacar que um trabalho com essa perspectiva exige colaboração, solidariedade e corresponsabilidade. Assim, é preciso que toda a equipe compreenda e abrace o Projeto Político-Pedagógico como um desafio e um divisor de águas na construção da ESP/MA.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA SES/MA. **Matriz geral do painel de bordo de monitoramento do mapa estratégico**. Maranhão: ASPLAN, 2020.

BARROS, Alexsandra Gomes. SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **Pedagogia do cuidar: Uma nova perspectiva para a enfermagem**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 02, pp. 59-72. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/pedagogia-do-cuidar>

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da Problematização no Ensino Superior e sua contribuição para o plano da práxis**. Semina, Londrina, v. 17, p. 7-17, 1996. Número Especial.

BORDENAVE, J.; PEREIRA, A. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, CARLOS DA FOSENCA. **LDB: passo a passo**. SP: Avercamp. 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação

Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial União: seção 1, Brasília, DF, n. 162, 22 ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. (Normas e manuais técnicos).

BURIN, Poliana Campos, et al. **A importância do desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital**. Dourado: Revista Agrarian, 2014. v.7, n.23, p.1-10.

BUSS, P. M.; RAMOS, C. L. Desenvolvimento local e Agenda 21: desafios da cidadania. **Cadernos da Oficina Social**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 13-65, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. SP: Paz e Terra. 2012.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

COHN, Amélia; EDISON, Jacobi R.; KARSCH, Ursula. **A saúde como direito e como serviço**. São Paulo: Cortez. 1991.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório do Planejamento estratégico (2020 – 2023)**. ESP/MA, 2020.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (FNES). **Documento síntese do fórum nacional de educação superior (FNES)**. Brasília: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, C. **Seca e poder: entrevista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)⁶ 2019**.

⁶ Fonte: IBGE/2020 “A PNS é uma pesquisa amostral domiciliar, realizada em convênio com o Ministério da Saúde, e essa é a sua segunda edição. A primeira foi em 2013. Antes da PNS, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) fez investigações suplementares explorando a temática saúde. Isso aconteceu nos anos de 1998, 2003 e 2008. Através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), o IBGE vinha investigando a temática antropometria. O **macro objetivo da PNS 2019** é dotar o país de informações sobre os determinantes, os condicionantes e as necessidades de saúde, o uso e a avaliação dos serviços de saúde junto à população.”

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados:** Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: 10 nov. 2019.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 109, de 18 de agosto 2016.** Dispõe sobre credenciamento e credenciamento de Escolas de Governo para fins específicos de oferta de cursos presenciais de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. São Luís: Conselho Estadual de Educação, 2016.

MARANHÃO. **Lei nº 11.114, de 2 de outubro de 2019.** Institui a Escola de Saúde do Estado do Maranhão - ESP/MA, cria o Programa INOVA SAÚDE e o Programa Estadual de Bolsas de Estudo, Pesquisa e Extensão no Sistema Único de Saúde. São Luís: Assembleia Legislativa, 2019c.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde. **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado do Maranhão:** 2019-2020. São Luís: Secretaria de Estado da Saúde, 2019b.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Plano Plurianual – PPA 2020-2023 do Governo do Estado do Maranhão.** São Luís: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, 2019a.

MAYER, J. D.; SALOVEY, P.; CARUSO, D. **Emotional IQ test.** Needham: Virtual Knowledge, 1997.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica.** Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. <http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <https://www.gov.br/mec/pt-br>.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011.

MUELLER, S.P.M. **O periódico científico.** In: CAMPELLO, B.S; CÉDON, B.V.; KREMER, J.M. (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OPAS. Organización **Panamericana de la Salud**. Reunión de Ministros de Salud (grupo de estudio). Washington: Oficina Sanitaria Panamericana. 1963.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PINHEIRO, S. S. F. **A democracia em uma formação social periférica, dependente e oligárquica**: um estudo do Maranhão de 2002 a 2016. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais-Política) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

PROJETO DE CRIAÇÃO DE REVISTA CIENTÍFICA: **REVISTA BRASILEIRA DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE**. ESP/MA, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Saúde. Escola de Saúde Pública. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2014-2018. Porto Alegre: Secretaria de Saúde, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES). **Diário Oficial do Estado**. Maranhão, 22/07/2011, p.7.

STUMPF, I.R.C. **Reflexões sobre as revistas brasileiras**. Intexto | E-ISSN 1807-8583. RS, 1998

VALERIO, P.M. **O periódico científico**. *Revista de investigação em Artes*, 2006-2007. Florianópolis, v.2, n.2. Disponível em: acesso em 24 de out. 2020.